

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

FLÁVIO RODRIGUES ANDRADE

**UMA MANOBRA ESTRATÉGICA DE D. DINIS NA CRIAÇÃO DA ORDEM DE
CRISTO**

Alfenas/MG

2017

FLÁVIO RODRIGUES ANDRADE

**UMA MANOBRA ESTRATÉGICA DE D. DINIS NA CRIAÇÃO DA ORDEM DE
CRISTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, como exigência para obtenção do título de Mestre em História Ibérica.
Orientadora: Prof. Dr. Aparecida Maria Nunes.

Alfenas/MG

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

Andrade, Flávio Rodrigues.

Uma manobra estratégica de D. Dinis na criação da ordem de Cristo /
Flávio Rodrigues Andrade. -- Alfenas/MG,
2017.

125 f. -

Orientadora: Aparecida Maria Nunes.

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade
Federal de Alfenas, 2017.

Bibliografia.

1. Iberica, Peninsula (Espanha e Portugal). 2. Templarios.
3. Religião -- Aspectos econômicos. I. Nunes, Aparecida Maria.
II. Título.

CDD-946.902

FLÁVIO RODRIGUES ANDRADE

“UMA MANOBRA ESTRATÉGICA DE D. DINIS NA CRIAÇÃO DA ORDEM DE CRISTO”.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 29 / 09 / 2017

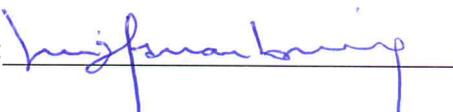
Profa. Dra. Aparecida Maria Nunes
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Profa. Dra. Lericice de Castro Garzoni
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS – Campus Poços

Assinatura: 

Prof. Dr. Luiz Eduardo da Silva
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Dedico à orientadora Prof. Dr. Aparecida Maria
Nunes por me orientar neste
Trabalho com muita dedicação e paciência.

AGRADECIMENTOS

Presto meus agradecimentos primeiramente ao Deus dos cristãos porque este também é meu Deus, por me proporcionar mais esta vitória. Agradeço a minha sogra; Rita Felismina dos Santos e minha esposa Lúcia Helena Farias da Luz por terem me apoiado muito nesta caminhada.

A todos os docentes do Programa de Pós Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL.

A todos os colegas de curso que contribuíram para mais este aprendizado.

Aos membros da banca examinadora e a sociedade brasileira que pagam os impostos que me proporcionaram cursar este mestrado isento de mensalidades.

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar a Ordem de Cristo, herdeira da Ordem Templária. Esta última foi “extinta”, devido ter adquirido muito poder e riqueza. Compreender a transição da Ordem Templária para a Ordem de Cristo, e a relação dessas duas ordens com a Igreja Católica e com a monarquia portuguesa é fundamental para contextualização da expansão marítima portuguesa e compreensão do êxito obtido por Portugal nas navegações e descobrimentos territoriais. O elemento religioso foi fator decisivo para a criação destas duas Ordens, a Ordem Templária; criada para combater os muçulmanos no Oriente e a Ordem de Cristo; para combater os muçulmanos em Portugal. D. Dinis rei de Portugal no início do século XIV conseguiu realizar uma manobra estratégica quando obteve autorização papal para criar a Ordem de Cristo, que se tornou ao longo dos séculos o cerne da expansão territorial portuguesa além – mar. A presente pesquisa não se restringe apenas a confecção da dissertação de mestrado para a obtenção do título de mestre, desenvolvemos um objeto de aprendizagem virtual composto por dois itens: história em quadrinhos no formato PDF desenvolvido através da Plataforma Pixton e um quiz no formato HTML elaborado através do Freeware Hot Potatoes atendendo as normas do Programa de Pós - graduação em História Ibérica - PPGHI da Universidade Federal de Alfenas/MG disponibilizando-o ao programa no final da pesquisa.

Palavras chave: Ordem Templária. Ordem de Cristo. Portugal.

ABSTRACT

This work proposes to analyze the Order of Christ, heiress of the Templar Order. This last one was "extinct", due to having acquired much power and wealth. Understanding the transition from the Templar Order to the Order of Christ, and the relationship of these two orders with the Catholic Church and the Portuguese monarchy is fundamental for the contextualization of the Portuguese maritime expansion and understanding of the success achieved by Portugal in territorial navigations and discoveries. The religious element was decisive factor for the creation of these two Orders, the Templar Order; created to fight the Muslims in the East and the Order of Christ; to combat Muslims in Portugal. Dinis king of Portugal in the beginning of the fourteenth century was able to carry out a strategic maneuver when he obtained papal authorization to create the Order of Christ, which became over the centuries the core of Portuguese territorial expansion overseas. The present research is not restricted to the preparation of the master's dissertation to obtain the title of master, we developed a virtual learning object composed of two items: comic book in PDF format developed through the Pixton Platform and a quiz in HTML format elaborated through the Freeware Hot Potatoes meeting the norms of the Postgraduate Program in Iberian History - PPGHI of the Federal University of Alfenas / MG making it available to the program at the end of the research.

Keywords: Templar Order. Order of Christ. Portugal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Toleta de marteloio	85
Figura 2 - Quadrante aos olhos do observador	87
Figura 3 - Nocturlábio	91
Figura 4 - Nocturlábio aos olhos do observador	92
Figura 5 - Astrolábio planisférico	93
Figura 6 - Astrolábio náutico.....	94

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	O PAPEL EXERCIDO PELA ORDEM DE CRISTO NA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA	10
1.2	MOTIVOS DA CRIAÇÃO DA ORDEM DE CRISTO	10
1.3	MOTIVOS QUE LEVARAM D. DINIS A TUTELAR A ORDEM DE CRISTO	10
1.4	SOBRE A AQUISIÇÃO DOS CONHECIMENTOS DE NAVEGAÇÃO OBTIDOS PELOS PORTUGUESES	11
2	DA ORDEM TEMPLÁRIA PARA A ORDEM DE CRISTO	12
2.1	ORIGEM E PROPAGAÇÃO DO ISLÃ	12
2.2	A ORDEM DO TEMPLO	18
2.3	AS ESTRUTURAS DE PODER MEDIEVAIS	24
2.4	A FORÇA TEMPLÁRIA NA PENÍNSULA IBÉRICA	27
2.5	MALDITA RIQUEZA	30
2.6	A ORDEM DE CRISTO	42
2.7	AS FRONTEIRAS ENTRE PORTUGAL E CASTELA	45
3	MOTIVOS QUE LEVARAM D. DINIS A NÃO CONFIAR A “TUTELA” DA ORDEM DE CRISTO À IGREJA DE ROMA	50
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A TUTELA DA ORDEM DE CRISTO	50
3.2	NAVEGAÇÕES HENRIQUINAS	60
3.3	AS COLÔNIAS DA ÁFRICA	65
4	O ENVOLVIMENTO DA REALEZA COM A “ESCOLA DE SAGRES” ...	72
4.1	FATORES QUE FIZERAM EMERGIR A EXPRESSÃO “ESCOLA DE SAGRES”	72
4.2	EQUIPAMENTOS E CONHECIMENTOS NÁUTICOS	84
4.3	OS SACRIFÍCIOS DE NAVEGAR NO ATLÂNTICO	95
4.4	DAS ÍNDIAS PARA O BRASIL	98
5	OBJETO DE APRENDIZAGEM VIRTUAL	112
5.1	UMA JUNÇÃO ENTRE TIC, APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO	112
6	CONCLUSÃO	119
	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

A escolha em primeiro momento do tema desta pesquisa foi influenciada pela própria experiência como estudante em escolas públicas durante o ensino fundamental e médio, e depois; como docente. A ausência de um estudo um pouco mais aprofundado sobre a história de Portugal deixa inúmeras lacunas nitidamente visíveis nos livros didáticos da rede pública de ensino.

O marco histórico da “descoberta do Brasil pelos portugueses” e o tema: expansão marítima portuguesa não é bem contextualizada nos livros didáticos como deveria ser. Algumas curiosidades dos alunos precisam ser respondidas, sobre: a origem de Portugal, como esse país manteve sua soberania, o que estava por trás dos descobrimentos marítimos, os fatores que tornaram Portugal o país pioneiro nas navegações, qual era a característica militar e religiosa do país, quais eram suas principais atividades econômicas, como era relação com seus vizinhos, etc. A intenção de trabalhar com esse tema é, justamente, trazer esclarecimento aos alunos do ensino médio da escola pública e preencher o vazio que fica em consequência da falta de estrutura, e do conteúdo resumido que o material didático oferece.

A decisão de pesquisar a atuação da Ordem de Cristo na expansão marítima portuguesa implica em estudar também a Ordem Templária. Os Cavaleiros da Ordem de Cristo foram os sucessores dos Cavaleiros Templários. Com a perseguição Templária realizada por Felipe, o Belo, rei da França, no início do século XIV causando a ruína da Ordem, houve a criação da Ordem de Cristo em 1317 por D. Dinis, rei de Portugal que integrou os templários que sobreviveram ao tribunal de Inquisição à nova Ordem.

A presente pesquisa foi norteada pelas quatro perguntas problemas, vamos começar pela pergunta do problema geral que é a seguinte:

- a) Qual foi o papel da Ordem de Cristo na expansão da monarquia portuguesa?

Agora vamos as que compõem a problematização específica:

- b) Quais motivos levaram D. Dinis a criar a Ordem de Cristo?
- c) Por que D. Dinis não deixou a tutela da Ordem de Cristo nas mãos da igreja?

- d) Como a Ordem de Cristo obteve os conhecimentos náuticos que elevaram os portugueses ao status de pioneiros das navegações?

1.1 O PAPEL EXERCIDO PELA ORDEM DE CRISTO NA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

Além de ser a grande financiadora dos descobrimentos marítimos a ordem de Cristo era o braço militar e espiritual que atuava a serviço da Coroa portuguesa. Combatia o avanço do Islã, seja pelo uso de armas, seja pela cristianização dos povos. Representava Deus e o rei de Portugal, dava legitimidade às reivindicações territoriais de terras já ocupadas, tentando fazer com que, fossem cumpridos os acordos formalizados entre; Portugal e Espanha através das bulas papais e tratados.

1.2 MOTIVOS DA CRIAÇÃO DA ORDEM DE CRISTO

Continuar a luta contra o infiel mantendo o espírito de cruzada, proteger as fronteiras de Portugal contra os muçulmanos, reaproveitar os conhecimentos de navegação e rotas marítimas dos remanescentes Templários para utilizá-los no projeto além - mar e recuperar os bens Templários de origem portuguesa.

1.3 MOTIVOS QUE LEVARAM D. DINIS A TUTELAR A ORDEM DE CRISTO

D. Dinis quando compartilha a guarda da Ordem de Cristo com a Igreja Católica ele passa a exercer maior influência do que ela na administração da Ordem. Com isso tratou de proteger os bens Templários que foram recuperados das mãos dos Hospitalários.

A Ordem de Cristo passa a atender plenamente os interesses da Coroa portuguesa sem correr o risco de ser usurpada por outros monarcas poderosos que poderia exercer certa influência sob a Igreja e colocar em risco o projeto expansionista de D. Dinis. A estratégia do rei era para ao mesmo tempo em atender aos interesses da realeza não deixar a Ordem de Cristo vulnerável aos monarcas estrangeiros mais influentes a exemplo do que aconteceu com a

Ordem do Templo quando Felipe IV, o Belo levou a Ordem a sua destruição. Lembrando que o Papa Clemente V era o tutor soberano da Ordem e que não foi capaz de conter o rei francês durante sua perseguição implacável aos Templários.

1.4 SOBRE A AQUISIÇÃO DOS CONHECIMENTOS DE NAVEGAÇÃO OBTIDOS PELOS PORTUGUESES

Embora, não ter vivido na época do ápice das navegações portuguesas D. Henrique foi quem impulsionou a Ordem de Cristo nas navegações durante o tempo que esteve no seu comando. O Infante contou com os melhores pilotos de navegação; marinheiros, cosmólogos, cartógrafos. Mas, para isso contava com o apoio da Família Real (Surgimento da expressão - “Escola de Sagres”). Os membros da Família Real eram: o rei D. João I e a rainha Felipa de Lancaster, o condestável Nuno Álvares Pereira, a infanta D. Isabel e os infantes, D. Henrique, D. Fernando e D. Pedro.

Para atender as exigências do Programa de Pós - graduação em História Ibérica - PPGHI da Universidade Federal de Alfenas/MG desenvolvemos um objeto de aprendizagem virtual visando facilitar a aprendizagem dos alunos tornando o aprendizado mais interessante e descontraído e ao mesmo tempo estimular o interesse dos alunos pela leitura do. O objeto de aprendizagem é composto por duas partes, à primeira é um texto em história em quadrinhos no formato PDF, a segunda é um quis no formato HTML, o objeto de aprendizagem está vinculado a esta dissertação de mestrado de uma forma mais didática e adaptada ao ensino médio.

A operacionalidade de ambas as partes que compõe o objeto de aprendizagem é bem simples. Basta os alunos terem conhecimentos básicos de informática que é possível acessá-las.

O objeto de aprendizagem-OA está direcionado aos alunos do ensino médio dentro do componente curricular de História Geral e do Brasil e tem como objetivo: incentivar a autonomia dos alunos e o interesse pela leitura tornando a aprendizagem menos cansativa e mais interessante amenizando a tensão dos alunos em relação ao processo avaliativo.

2 DA ORDEM TEMPLÁRIA PARA A ORDEM DE CRISTO

Para compreendermos melhor a preocupação da Igreja Católica em perder seus fiéis para o Islamismo, é imprescindível analisar a expansão do Islã e os fatores que fizeram com que a Igreja “justificasse” as cruzadas no Oriente e na Guerra de Reconquista na Península Ibérica. A “Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo” foi a grande força que fez com que a presença cristã em Jerusalém permanecesse intensa durante muito tempo, combatendo os Islâmicos e assegurando Jerusalém sob domínio cristão por um longo período apesar de ter fracassado simultaneamente com as cruzadas. Desde a primeira metade do século XII, atuou na Península Ibérica de forma eficiente contra os muçulmanos, na Guerra de Reconquista trazendo enormes benefícios à Portugal.

Analisamos o contexto em que a Ordem Templária surgiu, suas características e os fatores que levaram sua “extinção”. De igual maneira realizamos uma análise sobre a criação da Ordem de Cristo pelo monarca de Portugal D. Diniz em 1317, os motivos que justificavam sua criação, que está intrinsecamente ligada a suas finalidades, e também a Ordem Templária. Ambas foram vinculadas à Igreja Católica, como Ordens religiosas e militares, porém atuaram em momentos diferentes da história.

2.1 ORIGEM E PROPAGAÇÃO DO ISLÃ

As primeiras frases do Corão, livro sagrado da religião islâmica, surgiram aproximadamente em 610 d.C., em um contexto em que a tribo dos coraixitas e as demais tribos Beduínas obtiveram forte ascensão econômica, comparada a vida nômade que levavam nas estepes da Arábia. Essas tribos sofreram com doenças infecciosas e subnutrições, e conviviam com o risco de extinção constantemente devido suas más condições de sobrevivência.

Com enriquecimento das tribos e as novas formas de vida, ocorreu o esfacelamento dos antigos valores tribais, a riqueza os fez se sentirem imortais e donos de seus destinos. Meca se tornou um grande centro internacional comercial, que proporcionava os coraixitas, e as outras tribos Beduínas, uma vida melhor e o acúmulo de fortunas. Isso foi o suficiente para que elas

deixassem de se importar com os fracos passando a se preocupar mais com as riquezas pessoais.

Maomé percebeu tais mudanças e temia pela extinção da tribo causada pelos novos valores individualistas trazidos pela riqueza. Ele pertencia à tribo dos coraixitas que, mesmo com todas essas mudanças comerciais, não conseguiram atingir um bom desenvolvimento econômico comparado a outras tribos, que se destacaram economicamente.

Anteriormente, a vida nômade valorizava o coletivo, onde era estabelecida uma relação de reciprocidade em busca da sobrevivência, ou seja, uns ajudando os outros, o que mantinha a tribo unida e os fortes cuidavam dos fracos. Com o novo cenário social, econômico e político as características de viver em comunidade foram substituídas pelo individualismo e pela competição entre os grupos familiares ou clãs.

Hashim era o clã da tribo dos coraixitas e de Maomé. Ambos tinham consciência do risco que corriam por não terem um bom desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, econômico. Não possuíam uma força expressiva na luta entre clãs pela disputa das riquezas que Meca proporcionava, sendo assim, eles temiam por suas sobrevivências.

Maomé acreditava que os coraixitas precisavam de algo transcendental que tornasse o centro de suas vidas e ajudasse a superar a ganância e o egoísmo. Isso fortaleceria ou ao menos equilibraria a tribo moralmente e politicamente, afastando o risco de ruína e até mesmo brigas internas. “Nessa época, toda solução política tendia a ser de natureza religiosa”. (ARMSTRONG, 2008, p.177).

A riqueza de Meca causava disputa entre as famílias de diferentes clãs que lutavam entre si para obterem parte da riqueza daquele centro comercial próspero que a cidade havia se transformado. Nos demais territórios da Arábia, os Beduínos lutavam pela sobrevivência de forma aguerrida, buscando suprir suas necessidades básicas como foi o caso dos territórios de Najd e Hedjaz durante séculos. Os árabes, aderiram a uma seita denominada **muruwab**, que estabelecia algumas regras sociais e cultuavam divindades pagãs.

Não imaginavam uma vida após a morte, mas acreditavam que o *darb*, que podemos traduzir como “tempo” e “destino”, era supremo – uma atitude provavelmente essencial numa sociedade com uma taxa de mortalidade tão elevada. (ARMSTRONG, 2008, p.178).

Embora, não tenha sido caracterizada como uma religião, e baseada em credences, o muruwab exercia papéis característicos de uma religião, estabelecendo padrões à vida em sociedade. Uma das regras desta seita consistia na obediência incondicional ao **sayyid – chefe**, outra determinação da mesma era de vingança há quem atacasse ou ofendesse a tribo de alguma forma, a missão consistia nos fortes protegerem os mais frágeis. A riqueza da tribo era distribuída uniformemente entre os seus integrantes, com o propósito de garantir a sobrevivência da tribo.

No caso de a tribo ter um dos seus membros assassinados, o sayyid vingava a morte do assassinado com a morte de um dos membros da tribo do assassino. Não precisava ser necessariamente o próprio assassino, pelo motivo de que se ele fugisse a tribo dele ficava impune. O objetivo da rixa de sangue era conter a imposição de uma tribo sobre a outra, porém, dependendo da interpretação da vingança, as tribos poderiam se envolver em um ciclo intenso de violência, em caso de julgarem o ato de vingança excessivo à ofensa.

O muruwab, apesar de ser violento, tinha seus pontos positivos. Um deles era o incentivo de igualdade, se tratando dos bens materiais das tribos, tendo como a principal virtude à generosidade em um tempo em que suprir as necessidades básicas já era extremamente difícil. O significado de muruwab possui certa amplitude, pode significar: coragem em combate, dedicação à tribo, paciência, conformismo no sofrimento e, na opinião dos estudiosos modernos, significa virilidade.

A seita cumpriu sua função por muitos séculos, mas ao passar do tempo não atendia mais a necessidade dos povos árabes, e através das declarações dos mercadores que entravam na Arábia e que viajavam para o Iraque ou para a Síria, eles ficam sabendo das maravilhas da civilização. As tribos se mantinham constantemente em guerras e não conseguiam acumular recursos para manter a união entre povos, visando unidade e assim formar uma civilização própria, ficando dessa forma expostas às explorações das grandes potências.

Maomé e os clãs aliados a ele, desejando um dia alcançar o status de civilização vendo isso como uma necessidade. Estavam em busca de um

elemento unificador que no caso seria a religião. A cultura tribal era incompatível com a fé cristã que prega a salvação e vida eterna individualmente. Aderir à cristandade seria romper com a própria cultura tribal e com os ideais de viver em comunidade, contrariando a crença de que a imortalidade estava ligada na sobrevivência da tribo, e até mesmo na questão da unidade entre os povos tribais na busca pela própria civilização.

O primeiro passo, para o surgimento de uma religião autêntica dos árabes, foi dado no Monte Hira, na sétima noite de Ramadã, Maomé seguia pregando aos coraixitas. Até o momento de sua morte ele tinha conseguido juntar quase por completo as tribos que viviam na Arábia. E, em um período de aproximado de cem anos fundaram um grande império, que ia do Himalaia aos Pireneus formando a tão sonhada civilização própria.

O que Maomé não contava era com a proporção que o Islã tomaria no decorrer alguns séculos após sua morte. A propagação da fé islâmica e a conquista do norte da África possibilitaram aos muçulmanos a ocupação de territórios, e um grande domínio religioso e político na península ibérica.

Inicialmente os árabes usaram o elemento religioso como fator de unidade, conseguindo islamizar os povos nativos da região norte da África, denominados: bereberés. Os islâmicos foram pactuando com eles e, dessa forma, iam estabelecendo alianças até que chegam à região peninsular.

De hecho, a medida que la conquista avanzaba hacia el oeste, los bereberés iban adoptando el islam como religión, hasta el punto de que cuando esa conquista llegó al Magreb Extremo, la mayoría de las tropas estaba compuesta por bereberés islamizados. En 670 fue fundada la ciudad de Qayrawan, en el interior del actual país de Túnez. Qayrawan habría de ser la base militar y política de las conquistas hacia el oeste. (MANCHADO; QUESADA; LASALA, 2005, p. 22).

Após os muçulmanos conquistarem a cidade de Tânger, se tratando de África, se dão por satisfeitos e o alvo de novas conquistas passa a ser a península ibérica. Através da decisão e iniciativa pessoal do governador berbere de Tânger, Tariq b. Ziyad, sem que lhe fosse concedida a permissão e seus superiores sendo eles: o governador árabe de Qayrawan Musa b. Nusayr e o califa de Damasco al-Walid para tal feito, Tariq decide por conta própria invadir a península ibérica.

Há uma suspeita de que Tariq reunira um exército com oito mil homens, sendo a maior parte dele formado por norte-africanos bereberés, e sua minoria

formada por árabes. Eles cruzaram o estreito de Gibraltar na primavera de 711 e fixaram-se no monte que atualmente é conhecido como monte de Gibraltar, onde ocuparam Algeciras e seus arredores sem que houvesse resistências. A batalha de Guadalete possibilitou aos árabes várias conquistas, ela ocorreu no dia 20 de julho deste mesmo ano, no sudeste de Medina Sidonia.

O exército de Tariq enfrentou e derrotou o dividido exército do rei Rodrigo conquistando alguns locais de AL-Andaluz. O exército de Rodrigo tinha de um lado, os irmãos do ex rei falecido Witiza que torciam por sua derrota para poderem subir ao trono e de outro lado, seus adeptos.

Com esta vitória Tariq ajudado por um oficial bizantino de Ceuta, o conde Julián que conhecia muito bem o estreito de Gibraltar, invade Córdoba enfrentando alguma resistência, e depois Málaga, Elvira e Toledo. Tariq conquistou vários territórios da península ibérica em um espaço curto de tempo chamando a atenção de Musa b. Nusayr, que em 713 iniciou com seu exército, composto na sua maioria por árabes, uma marcha rumo à península em busca de realizar suas próprias conquistas desembarcando em Algeciras.

Musa b. Nusayr trilhou um caminho diferente de Tariq, conquistou Carmona, Sevilha e depois Mérida, que reagiu fortemente e tinha uma consistente muralha da época romana, mas não conseguiu evitar o domínio árabe e foi tomada em julho de 713. Os islâmicos quando não conseguiam pactuar suas permanências em determinada localidade, impunham-se pela força e tomavam o local. O domínio de um local pela força só não ocorria se tivesse uma resistência armada suficientemente capaz de impedir tal ato, como foi ocorrido em Astúrias, na batalha de Covadonga em 722, onde Pelayo conseguiu derrotar o exército de Andaluz comandado pelos islâmicos.

O sistema político árabe na península, de início se deu na forma de Valiado (714-756). Os valís eram nomeados pelo governador de Qayrawan ou, em alguns casos, pelo próprio Califa.

A sede administrativa era Córdoba tendo na hierarquia política e administrativa o dever de prestar contas ao governador de Qayrawan no norte da África, que era subordinado ao Califado de Damasco. Ao término do Valiado, Abd al-Rahman foi proclamado emir de Córdoba no ano 756. A forma de governo - emirado termina com o surgimento do Califado (929-1031).

Em 1031, os influentes cordobeses optaram por extinguir o califado de Córdoba, dando origem aos reinos de taifas. Os reis de taifas adquiriram maior autonomia política, porém, não havia mais um poder central, o qual era muito importante no campo militar tanto para defesa dos territórios, quanto para o ataque de territórios.

Em 1031 a dinastia Omíada é extinta por rivalidades entre os diferentes grupos muçulmanos, principalmente árabes e berberes. Seu território é transformado em um conglomerado de “cidades-estados”, chamadas de Taifas. Estas existiram até por volta de 1080 quando ocorre a invasão Almorávida, vinda da África que de certa forma reunificou o território. (COGINI, 2008, p. 2).

Segundo Baruque (2006), os reinos de taifas foram quase todos unificados, com exceção dos territórios de Valência e Murcia, governados por Ibn Mardanis até 1272. Após a invasão dos Almorávidas, ocorreu a invasão dos Almohadas (1174-1184), último império islâmico a cair durante a chamada Guerra de Reconquista, tendo seu desfecho na reconquista de Granada (1492) pelos cristãos.

Alguns estudiosos consideram o período da reconquista, desde quando Pelayo resistiu e derrotou as tropas árabes na batalha de Covadonga por volta de 722, outros acreditam que foi quando Afonso I (739-757) ampliou o reino de Astúrias derrotando os árabes em algumas batalhas tomando várias cidades.

Contudo, de acordo com Cogini (2008), estas afirmações não procedem, pelo fato de que foram batalhas eventuais que nem sempre eram intencionais e tinham o objetivo de conquista permanente dos territórios. Um bom exemplo disso é a região conquistada por Afonso I, que ficava entre al-Andaluz e o reino de Astúrias, onde se localizava as cidades de Oporto, Ledesma, Salamanca, Anegia entre outras. Era uma terra onde não havia um poder definido, ou seja, um local politicamente neutro ainda não controlado por ninguém.

A Guerra da Reconquista, na Península Ibérica possui, em sua essência, um discurso político, religioso, ideológico e legitimador, apoiado nos alicerces da Igreja e isso vai ocorrer somente no século XI. O processo de reconquista dos territórios tem como justificativa retomar os territórios cristãos que se encontravam sob dominação muçulmana, nesse sentido, podemos dizer que esse discurso atendia os interesses da nobreza cristã, unificando os territórios da península e consolidando as monarquias. “No entanto, foi somente no

século XI que o componente religioso se consolidou nos ideais do guerreiro cristão, naquele processo que chamamos atualmente de “Cruzadas Espanholas” ou “Reconquista””. (SOUZA, 2011, p. 1-2).

Pelo lado da igreja havia também uma intencionalidade que era de unificação religiosa, esperando reconverter ou converter quem nunca foi cristão ou quem era cristão e havia se convertido ao islã. Dessa forma, a igreja pretendia influenciá-los e concluir um processo de unificação religiosa, que seria o catolicismo. Os nobres sem dúvida teriam vantagens durante e após a guerra justa, mas, no entanto, teriam suas responsabilidades, que eram de combater os muçulmanos e unificar a península com reinos cristãos.

É importante ressaltar que o movimento de reconquista foi autorizado pelo próprio papa, e além disso estimulada pelos papas que se sucederam. *Os mesmos direitos de indulgências e privilégios que eram oferecidos a quem combatesse no Oriente, eram também oferecidos a quem combatesse no Ocidente*, o papa Alexandre II mesmo, conferia indulgências a quem combatesse os islâmicos.

As guerras de reconquista possibilitaram não só favorecimentos religiosos, mas também ofereciam possibilidades dos combatentes cristãos de conquistar bens materiais, adquirindo ou aumentando suas posses, e isso inclui principalmente as conquistas de territórios. O “caminho de Coimbra”, interligava o norte cristão campesino, senhorial e guerreiro à zona urbanizada do sul, a região atraiu os cavaleiros cristãos por ser um território próspero e muito rico devido às cidades muçulmanas.

2.2 A ORDEM DO TEMPLO

Se tratando da Ordem Templária não é surpreendente o quanto esta Ordem religioso-militar se tornou poderosa ao longo de aproximados dois séculos de sua existência. A bravura de seus cavaleiros e a devoção à Deus, a forma de organização e administração dessa instituição foi muito eficiente, e, apesar dos contratempos no Oriente Médio, ela se tornou muito rica e poderosa tanto nos âmbitos militar e econômico, como também no político.

Na Península Ibérica, os Templários ajudaram muito na formação do reino português e no seu processo de independência, frente ao reino de Leão e

Castela, reconquistando territórios cristãos e apropriando-se das riquezas dos muçulmanos a cada território conquistado, contribuindo para a expansão das monarquias cristãs. Os Templários foram sem dúvida, importantes aliados dos reis portugueses e foram muito bem recompensados por isso.

Sempre apoiada pela Igreja, sobretudo pelos Papas, a Ordem do Templo acumulou muitas conquistas militares e teve como consequência o acúmulo de riqueza em demasia. Contudo, no início do século XIV, o rei da França Felipe IV, o Belo, passando por grave crise econômica, devido aos conflitos com a Inglaterra, arma uma estratégia a qual envolveu o Papa Clemente V, com o objetivo de destruir a Ordem Templária e apoderar-se dos seus bens. Felipe, o Belo, acusou os Templários de cometerem heresias e os levou ao tribunal da inquisição causando a destruição da Ordem do Templo.

A primeira cruzada foi realizada em terras orientais, dando início a várias outras no Oriente e no Ocidente, sob um contexto de fé popular que contagiou toda Europa, a fervorosa fé cristã, que aglutinava pessoas simples e também as mais intelectualizadas. Os nobres se dirigiam à Terra Santa se lançando em combate, como foram os casos de Gunter di Bamberg e Guglielmo d'Angoulême. Muitos deles abriam mão de seus bens, tendo em vista a possibilidade de que poderiam morrer; mas, em contrapartida, havia a probabilidade da graça de serem enterrados ao lado do Santo Sepulcro. Entre os dois nobres citados, estava Hugo de Payens, que comandava o feudo vizinho de Troyes, um corajoso guerreiro que fez votos de fé ligando para sempre seu destino à Jerusalém.

As expedições da primeira cruzada foram comandadas pelos grandes senhores feudais com recursos próprios. Tais guerreiros chegavam à Palestina por terra ou pelo oceano. No dia 15 de julho de 1099 ocorreu a conquista da grande fortaleza de Jerusalém pelos cruzados em uma batalha sangrenta que culminou na morte de aproximadamente setenta mil pessoas e que teve duração de três dias. No entorno do ano de 1100, os reinos cristãos já se formavam.

Mesmo com a conquista cristã e a formação dos reinos cristãos, as emboscadas e massacres realizados pelos muçulmanos aos peregrinos aconteciam constantemente. Por volta de 1119 ocorreu novamente um violento massacre aos cristãos perto do Jordão que repercutiu na Europa nas Crônicas

de Alberto de Aix. Na cidade de Nablus em 1120 foi realizada uma assembléia que reuniu os chefes cristãos, onde assuntos referentes à defesa do reino de Jerusalém foram enfatizados.

“Naquele ano, Balduíno II lançou um novo apelo à sociedade cristã, ressaltando que a Terra Santa necessitava de uma estrutura capaz de assegurar um efetivo serviço de polícia”. (FRALE, 2005, p. 26). O reino possuía seu exército, mas precisava dele para garantir a defesa da Terra Santa, dispersá-lo e afastá-lo do Santo-sepulcro seria enfraquecê-lo, tornando Jerusalém vulnerável aos ataques dos Sarracenos.

Desde 1118, Hugo de Payens, e outro cavaleiro chamado Godofredo de Saint-Omer, decidem criar uma Ordem militar e religiosa. Surge então na Palestina, entre 1118-1119, a “Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo”. Hugo de Payens, visando a proteção dos peregrinos, reúne um grupo de cavaleiros. Inicialmente, três homens foram fundamentais para a formação deste grupo do qual, derivou a mais gloriosa e mais sangrenta das Ordens religioso-militares que já existiu: a Ordem Templária.

Conforme Silva (2001), [...] “alguns meses depois, juntaram-se a eles outros cavaleiros: Geoffroy Bisou, Payen de Montdidier, Archambaud de Saint-Aignan, André de Montbard (tio de São Bernardo), Gondemar e Jaques de Rossal” (SILVA, 2001, p. 13). É bem provável que o cavaleiro que resta aqui para compor os nove seja Hugues Rigaud, de acordo com Cuesta (2009), visto que Hugo de Champagne se torna um cavaleiro Templário somente em 1126 quando retorna à Terra Santa.

O grupo de cavaleiros organizou-se como ordem religiosa jurando proteger as estradas e demais caminhos que levavam aos territórios santos, porque muitos peregrinos haviam sido atacados por mulçumanos em emboscadas e mortos. Também juraram abandonar a vida mundana fazendo votos de castidade, pobreza e obediência para que estivessem extremamente focados em seus propósitos, e assim lutarem com a mente pura em nome de Deus, e do legítimo rei.

Os próprios Cavaleiros Templários se denominavam e se reconheciam como os “Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão”. Mas, para os planos de Balduíno II, não havia como a Ordem Templária ser pobre e muito menos ter um número insignificante de cavaleiros. Para proteger os

peregrinos e os reinos cristãos um minúsculo grupo de cavaleiros com certeza seria exterminado nos confrontos iniciais ou se não, no primeiro.

Para enfrentarem os ataques de muçulmanos aos cristãos nos caminhos de peregrinação, e os poderosos exércitos dos reis muçulmanos na luta entre os reinos, era preciso uma organização militar que suportasse os fortes ataques e os intensos combates que foram travados na época como a história nos mostra. A manutenção desta infraestrutura militar sem dúvida não custaria pouco, em termos econômicos, e Balduíno II sabia disso.

Os combates eram realizados a cavalo, os cavaleiros usavam armaduras pesadas, espadas e também tinham suas despesas pessoais, como alimentação e vestimentas. As nomenclaturas Ordem do Templo, Cavaleiros Templários e Ordem Templária, entre outras, derivam do fato de os nove primeiros cavaleiros terem fixado residência em uma parte do antigo Templo de Salomão, mediante doação do rei de Jerusalém, Balduíno II, em 1120, concedendo-lhes parte do palácio real que estava em construção, ao reconhecer a utilidade que eles teriam ao reino e aos cristãos. Os cavaleiros iriam proteger os peregrinos que percorriam o caminho da cidade de Jafa a Jerusalém.

Posteriormente, o número de cavaleiros aumenta com a chegada de 12 monges. Desse momento em diante houve a ampliação gradativa da Ordem em número de guerreiros.

O reconhecimento oficial da Ordem, solicitado anteriormente como Milícia de Cristo, ocorreu no Concílio de Troyes mudando o nome para *A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão*, contendo regras militares e religiosas.

Alguns historiadores acreditam que as regras da Ordem Templária foram escritas pelo abade Bernardo de Claraval, outros já questionam e até colocam em xeque esta afirmação. No livro de FRALE (2005), por exemplo, a autora levanta uma discussão sobre a exclusividade da autoria de Bernardo de Claraval, expressa no prólogo do texto, aprovado em Troyes no tocante as regras da Ordem do Templo.

Assim como Demurger (2010), nos alerta, dando a entender que o conjunto de regras dos Templários foram elaboradas coletivamente entre os membros que estavam presentes Concílio de Troyes. Este acontecimento é

citado em sua obra na data de 13 de janeiro de 1129. A Ordem Templária foi à primeira Ordem religioso-militar medieval, a existir, passando de uma organização clandestina para uma instituição reconhecida e amparada pela Igreja Católica.

Ambos os autores denotam que no Concílio de Troyes, após Hugo de Payens apresentar aos seus membros os costumes que a fraternidade possuía até aquele presente momento, esperava-se que os padres conciliadores os remodelasse para atender também a vida religiosa e a moral.

No decorrer do Concílio começava a ser descartado o que não convinha continuar na Ordem, e mantido o que eles acreditavam estar adequados. Houve também correções, procurando adaptar a parte religiosa, ao exercício da guerra.

Após longas discussões, não privadas de perplexidade ou de algum contraste, o concílio formulou um modelo religioso que, a tudo somado, responderia muito bem ao pedido formulado por Balduíno II na sua suposta carta a São Bernardo: uma ética e um estilo de vida adaptados às necessidades da guerra, mas, simultaneamente, não em contraste com a dignidade da ordem religiosa. (FRALE, 2005, p. 53).

Na Península Ibérica, especificamente no período da reconquista (XI-XV), as ordens militares e ordens de cavalaria foram fundamentais para a recuperação dos territórios “usurpados” pelos muçulmanos. Mas, é importante analisar a discussão levantada por Alain Demurger. “Devemos tomar cuidado com a confusão: ordem militar não é equivalente de ordem de cavalaria”. (DEMURGER, 2002, p. 9). A expressão “Ordem de Cavalaria” é característica das sociedades ocidentais no século XI, devido ao surgimento das cruzadas e à cavalaria ter se tornado não só um meio de transporte, mas um grande instrumento militar aos exércitos, no que se refere ao aumento do potencial de combate.

A Ordem religioso-militar do Templo surgiu para combater no Oriente devido às cruzadas, depois é que ela se instala no Ocidente para combater na Península Ibérica nas chamadas Guerras de Reconquista. Assim como os hospitalários e teutônicos, a Ordem Templária é associada por alguns autores às ordens de cavalaria laicas, criadas pelos príncipes ocidentais. Por combaterem em cavalos e se servindo da cavalaria, às Ordens religioso-militares passaram a ser vista sob uma ótica cavalheiresca, porém, os

costumes e os princípios entre as ordens religioso-militares e as ordens de cavalaria laicas, são bem distintos.

O patrono e tutor da Ordem do Templo de Salomão, o Abade Bernardo de Claraval, conhecia muito bem as características habituais das ordens de cavalarias laicas, pois nasceu em uma. As ordens religioso-militares viviam sob plena devoção a Deus, e seguiam a doutrinas e regras religiosas conservadoras da igreja católica, agiam em nome de Deus e não em causa própria, pelo menos isso era o que a igreja pregava e esperava de seus cavaleiros.

O Abade tinha consciência de que dificilmente seria possível conciliar as cavalarias leigas com as ordens religioso-militares. Os homens das cavalarias laicas, na sua visão, eram arrogantes, apreciavam o luxo e a ostentação, eram violentos e compatíveis com a mentalidade da aristocracia guerreira, que via como maior mérito de um cavaleiro a coragem, pois exaltava o combate pelo combate.

De acordo com Flori (2005), o processo de perseguição dos Templários sob as graves acusações de Felipe, o Belo colaborou para a associação das Ordens religioso-militares, com as Ordens de Cavalaria laicas.

Esses valores laicos, caricaturados e fustigados por Bernard não eram desprovidos de traços éticos de origens diversas. Uns são eclesiásticos e se referem, por exemplo, á proteção das igrejas e dos fracos; os outros foram veiculados pela literatura, principalmente a romanésca, e valorizam a honra, a glória, os valores fundamentais desenvolvidos pela cavalaria no decorrer dos séculos, e que, nos séculos XIII e XIV, têm o nome de nobreza, proeza, generosidade e cortesia, fasto e ostentação. (FLORI, 2005, p.181).

O autor demonstra que, os torneios nos séculos XIV – XV, relatam a mudança do ideal de Cavalaria alterando as suas características, distanciando-as daquelas que a Ordem do Templo se esforçou por aproximados dois séculos, para servir de exemplo para a sociedade feudal no aspecto religioso e moral. Segundo este autor os torneios se tornaram ritualistas e faltosos nesta época, valorizando as castas representadas nos brasões e o gosto pela aparência.

“Os grandes torneios do século XIV ainda ampliam esse movimento: eles exigem de seus participantes quatro quartos de nobreza, nas linhagens paterna e materna”. (FLORI, 2005, p. 182). A Cavalaria, nos séculos XIV – XV, remonta seus vínculos sociais na medida em que os ideais cavalheirescos,

influenciados também pela literatura romanesca, se modificam valorizando o simbolismo dos gestos.

Pesou sobre a Cavalaria desta época a acusação de ter se desviado das finalidades da guerra. Nos torneios, o individualismo e o combate eram exaltados, não havia a intenção de eliminar os combates dos torneios. Pelo contrário, isso era parte da afirmação da glória pessoal de um nobre cavaleiro.

Porém, Jean Flori (2005) adverte que, as características acentuadas nos séculos XIV – XV já estavam presentes no século XI – XII e cita alguns exemplos como, a derrota dos cavaleiros cristãos em Hattin em 1187. A outra derrota ocorreu na batalha da Mansura, no século XIII, quando Robert de Artois promove um ataque inconsequente, calcado na busca pela glória pessoal, que levou a Cavalaria cristã a desastrosa derrota. “A partir do século XI, como vimos, a cavalaria criou no interior do mundo da guerra um código deontológico particular, cuja eficácia não era o valor primordial”. (FLORI, 2005, p. 182).

A historiografia aponta alguns fatores que comprometeram a ética e o espírito cavalheiresco da Cavalaria, nos séculos XIV – XV. As pilhagens e o butim¹ passaram a ser o objetivo principal durante a Guerra dos Cem Anos, e as rapinas² ocorriam constantemente. A Cavalaria Suíça é um exemplo, a mesma contou com mercenários em seu efetivo e os combates, priorizavam a sobrevivência econômica.

2.3 AS ESTRUTURAS DE PODER MEDIEVAIS

Max Weber (1982) explica como se formam as estruturas de poder na idade média. A busca pelo prestígio e pela honra está intrinsecamente ligada às guerras, as estruturas internas são formadas através do estamento. As sociedades medievais valorizaram muito as posições de prestígio, e por isso estabeleceram as estruturas de poder através das hierarquias políticas, para ele poder e prestígio não são coisas separadas, um advém do outro.

Para o vassalo feudal, a expansão do poder significa a aquisição de novos objetos de enfeudamento e mais provisões para sua progênie. Em seu discurso em favor das Cruzadas, o Papa Urbano focalizou a atenção nessas oportunidades, e não, como se tem dito, na “superpopulação”. Além desses

¹ Butim: produto de roubos.

² Rapina: roubo praticado de forma violenta.

interesses econômicos diretos, que naturalmente existem em toda parte entre as camadas que vivem do exercício do poder político, a luta pelo prestígio concerne a todas as estruturas específicas de dominação e, portanto, a todas as estruturas políticas. (WEBER, 1982, p. 188).

As estruturas políticas podem se formar e permanecer de forma isolada ou de forma expansionista. No caso dos cavaleiros medievais, as cruzadas foram à oportunidade de se santificarem e de buscarem o perdão divino para si próprio, e para seus entes queridos e, ao mesmo tempo, tinham a oportunidade de obterem riqueza, poder, prestígio social e político.

Com isso, enquanto ocorriam às fundações das monarquias cristãs e a expansão territorial das mesmas durante as guerras de reconquista na Península Ibérica, nos territórios reconquistados pelos cristãos ocorria o povoamento, principalmente nos arredores dos Castelos, utilizados também como fortalezas militares. Obviamente isso significava também o aumento dos fiéis católicos e o fortalecimento da igreja perante os islâmicos.

A forma hierárquica de formação das estruturas políticas medievais na Península Ibérica não se deu somente internamente, mas também externamente nos confrontos de cristãos com os islâmicos e cristãos contra cristãos, visando à ampliação dos territórios e do poder alcançando a glória. “Muito frequentemente, a luta pelo poder também é condicionada pelas “honras” sociais que ele acarreta”. (WEBER, 1982, p. 211).

É importante ressaltar que, nem toda sociedade tem pretensões expansionistas ou se mantém militarmente organizada o suficiente para expandir seu poder político e dominar outros povos conquistando outros territórios, um exemplo disso foi à cidade de Ceuta, que foi facilmente conquistada pelos portugueses, a mesma era uma cidade sem ambições expansionistas e despreparada militarmente.

O ideal para um reino que detém grande poder e prestígio, é que não tenha vizinhos fortes. Isso lhe confere uma situação confortável de dominação e prestígio na circunvizinhança impotente, correndo menos riscos de perder sua hegemonia política e conseqüentemente o seu prestígio. Quanto maior é o poder e o prestígio de um reino, mais ele incita a competição entre outros reinos detentores de poder e prestígio também.

Um rei pode submeter outros povos aos seus domínios, ou expulsá-los de seus territórios dependendo da força que ele dispõe para atingir seus

objetivos. Em alguns casos pode conseguir isso somente pela ameaça que representa ao seu inimigo, dependendo da dimensão de seu poder, e nessa dinâmica o fator econômico é extremamente importante, passando a ser determinante para o sucesso ou fracasso na busca e manutenção do poder, seja por quanto tempo durar. O poder puramente econômico não confere às honrarias e prestígio social tão almejado pelos homens, pode ser simplesmente uma realização pessoal restrita.

[...] “é comum referir-nos as comunidades que parecem ser portadoras do prestígio do poder como as “Grandes Potências””. (WEBER, 1982, p. 189). Lembrando que empregando esse conceito, o reino português na sua época de império chegou a estar entre as grandes potências daquele tempo.

Por motivos gerais da “dinâmica do poder” em si, as Grandes Potências são, com frequência, potências expansionistas; ou seja, são associações que visam a expandir os territórios de suas respectivas comunidades políticas pelo uso, ou ameaça de uso, da força, ou por ambas as coisas. (WEBER, 1982, p. 189).

Comparando a Igreja com a monarquia portuguesa, percebe-se duas coisas em comum entre elas que são determinantes para que a Ordem de Cristo permanecesse tutelada pelos monarcas portugueses durante todo o processo de expansão marítima. A primeira é que ambas são instituições estamentais, a segunda é que ambas são instituições expansionistas. Enquanto de um lado a monarquia buscava ampliar seus territórios, elevar seus rendimentos, ajustar a nobreza ao estamento burocrático, estabelecendo às posições dignas de honrarias e prestígio, que conferiam poder as pessoas de posição social, do outro a igreja expandia a fé e seus territórios, aumentava seus rendimentos, ampliava e organizava o estamento eclesiástico.

Segundo Weber (1982), não é sempre que as grandes potências são orientadas para a expansão, uma grande potência sofre constantes mudanças e o fator econômico é determinante nesse sentido, porém, a expansão política influencia mais a economia do que a economia influencia a expansão política. Para este autor as cruzadas foram a grande oportunidade de dilatação das relações comerciais e aquecimento econômico, que beneficiaram desde os príncipes até os filhos mais jovens dos funcionários hereditários da nobreza. Consideração importantíssima pelo fato da influência que as cruzadas tiveram

na expansão política e econômica das monarquias, possibilitando a expansão interior, que foi crucial para que os reinos se lançassem na expansão marítima como atividade complementar as cruzadas, ou seja, exercendo um papel secundário, ressaltando que, as bases que deram maior sustentação política e econômica que permitiu esse feito, foram através da participação nas cruzadas.

“O comércio nem sempre apontou o caminho da expansão política. O nexo causal foi, frequentemente, o inverso”. (WEBER, 1982, p.193). Por trás dos interesses capitalistas, dos arrendatários de impostos, dos fornecedores e credores do Estado, dos comerciantes em estabelecer as relações comerciais além-mar, privilegiados pelo Estado e depois pelos capitalistas coloniais, está o poder político guiando para a expansão. Desta forma, os interesses desses grupos são atendidos por meio do poder executivo.

Na concepção de Max Weber (1982), a escravização dos habitantes, ou seu aprisionamento na terra, cuja finalidade é a exploração agrícola dentro das colônias adquiridas além-mar, renderam excelentes oportunidades de alta lucratividade aos grupos capitalistas. “A aquisição de colônias no além-mar também facilita a monopolização do comércio com essas colônias, pela força, e possivelmente outras áreas também”. (WEBER, 1982, p. 196).

A exploração das colônias no capitalismo imperialista, mantida através da força do Estado e do trabalho compulsório, oferecia maior lucratividade do que propiciavam as colônias existentes, que trabalhavam para as empresas industriais atendendo as exportações dirigidas para o comércio pacífico, com as pessoas de outras sociedades políticas. O capitalismo imperialista surgiu no âmago da sociedade política local, que buscou a coletividade pública, se fortalecendo e se deslocando para o além-mar. A importância ou sucesso desse tipo de capitalismo dependia do quanto era forte a economia coletiva, refletindo em sua gestão colonizadora.

2.4 A FORÇA TEMPLÁRIA NA PENÍNSULA IBÉRICA

Referindo agora à Península Ibérica sob a ótica cristã, muitas regiões precisaram de apoio militar dos Templários, como foi à região do Mondego no flanco Sul desde 1116. Devido as invasões dos almorávidas, essa localidade necessitava de interferência militar para a reconquista dos territórios cristãos

ocupados pelos muçulmanos. Os Templários, os portugueses e os castelhanos queriam unir forças na luta contra os muçulmanos.

Os Cavaleiros Templários chegaram à Península Ibérica por volta de 1126, se instalando na região do Minho, há indícios que a casa principal deles era em Braga, embora possuíssem outras propriedades entre o Douro e o Minho. Anteriormente a essa data, segundo Costa (2013), já havia presença de Freires Templários na península e o registro de algumas poucas propriedades pertencentes à Ordem do Templo, em torno de 1122-1123.

Em 1127, D. Tereza, regente do trono português, se torna viúva e passa a governar o Condado Portucalense doando a vila de Fonte Arcada à Ordem do Templo, e, em 1128, no dia 19 de março, doa também o castelo de Soure e as terras entre Coimbra e Leiria. As doações atenderam ao pedido de aliança realizado pelo cavaleiro Raimundo Bernardo, e foram importantes para fortalecer a Ordem do Templo no reino português, sobretudo porque as localidades doadas eram consideradas pontos estratégicos de combate.

Em 1130, Raimundo III de Barcelona, se engaja na Ordem e junto com ele o castelo de Oranera, mas as doações não pararam por aí. Logo após a junção dos bens de Raimundo III, veio à polêmica doação do rei Afonso em 1131.

Quanto ao rei Afonso de Castela e Aragão, quis inclusive doar, por testamento, um terço do seu reino aos templários. Elevaram-se protestos e o testamento acabou por ser anulado, mas a Ordem foi indenizada apesar de tudo, com a atribuição das fortalezas de Curbin, Montjoye, Calamera, Monzon e Remolina. (LAMY, 1996, s/p.).

O auxílio dos Templários no processo de reconquista dos territórios cristãos contribuiu bastante para o reconhecimento de Afonso Henriques filho e sucessor de D. Tereza ao trono como rei, por Afonso VII de Leão e Castela, e na emancipação política dos Portucalenses. O fato de Afonso Henriques ter êxito como guerreiro e conquistador foi fundamental para que isso ocorresse.

Por causa dos Templários terem tido grande participação na reconquista dos territórios cristãos, Afonso Henriques cumpriu a promessa que havia feito a Bernardo de Claraval, qual seja, a de construir um mosteiro como recompensa. Após as conquistas de Santarém, no dia 15 de março em 1147, e também

Lisboa, no dia 24 de outubro deste mesmo ano, ele constrói o mosteiro de Alcobaça.

A Ordem do Templo expandia-se rapidamente devido seu grande potencial militar e econômico. Outras pequenas Ordens militares que foram criadas em Aragão e Castela integravam-se a do Templo, como foi o caso da Ordem de Montreal, e nesses casos ocorre também à junção dos bens.

Assim a Ordem Templária seguia reconquistando os territórios sob domínio Islâmico e adquirindo posses por meio de doações da realeza, sendo algumas delas: Santarém em 1147; Ceras em 1159; Tomar e Almourol em 1160.

Foi assim que D. Afonso de Portugal lhes concedeu a de Ceira e toda a região que a rodeava, com a condição de expulsarem os sarracenos que a ocupavam. Eles fizeram-no e aproveitaram para fundar as cidades de Coimbra, Ega e Ródão. (LAMY, 1996, s/p.).

Depois de aproximadamente cinco anos, os Templários receberam os territórios de Monsanto e Idanha e, em 1169, auferiram um terço das terras conquistadas na região sul do rio Tejo. Chegaram ao Castelo de Almourol por volta de 1170, onde fundaram Golegã e Casével.

O surgimento de Portugal, e sua permanência como reino cristão, foi possível graças à Ordem, ao apoio da igreja e à cooperação dos reis na época da reconquista. Vale salientar que, D. Afonso III, em 1271, em seu testamento, declarou a doação de duas mil libras à Ordem do Templo, entendida como maior quantia em dinheiro recebida até aquele momento.

Com inúmeros privilégios, grandes doações e boa administração econômica, os Templários passaram a causar descontentamento dentro da própria Igreja. À medida que aumentava o círculo de relacionamento dos Templários, intrigas, calúnias e inimizades também surgiam. Esse fato merece atenção, porque houve, inclusive, a necessidade de intervenção papal no sentido de que seriam excomungados todos os que perseguissem os Templários, cuja Ordem não demorou muito para se expandir e se instalar na Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Espanha, França, Armênia, Itália, Chipre e na Terra Santa.

No século XIII, os Templários continuavam a receber doações. Por volta de 1213, o conde de Bar doou todas suas posses em Pierrevilliers. No ano de

1255, em Auxerre, Estêvão Colomb, um cônego vinculado à catedral de Saint-Étienne, doa uma parte do censo³, que recebia juntamente com outras quatro pessoas no burgo Saint-Amâtre. Em 1284, Miles IX de Noyers doa o que possuía em Vermenton, também na região de Auxerre, à Ordem Templária.

Além das ofertas e privilégios de que usufruíam, os Templários eram ótimos negociantes e não mediam esforços para canalizarem excedentes, objetivando a qualquer custo manter o exército no Oriente, que por sinal ficava muito caro, devido ao poder bélico de seus adversários e seus numerosos exércitos. Nos locais em que permaneciam não havia fome, pois criavam silos que armazenavam cereais. Nos anos em que a produção era alta, revendiam os mantimentos a preço maior e, em anos nos quais a colheita era ruim, comercializavam a preço acessível.

Os Templários, contudo, não criavam encargos em cima de doações, agiam sempre gerando fontes de renda que lhes proporcionassem saldo positivo. No caso de terceiros que detinham alguns direitos sobre bens ou terras que lhes foram cedidas, davam um jeito de comprá-las para que pudessem usufruir o máximo dessas posses, livres de encargos.

Hugo de Payens, assim como os outros oito cavaleiros, inicialmente idealizaram uma Ordem religioso-militar simples, modesta, no sentido de viverem como pobres cavaleiros mesmo, isso faria parte dos votos religiosos. Mas, as coisas não funcionaram bem assim. Ao longo dos poucos mais de duzentos anos da existência, a Ordem estava longe de corresponder à expressão *Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão*. Na própria nomenclatura, mesmo nos primeiros anos de vigência, já havia um contraste no que idealizara Hugo de Payens, isto é, os votos de pobreza da Ordem, e sua residência no Palácio real.

2.5 MALDITA RIQUEZA

Os Templários desempenhavam atividades financeiras, e para executá-las recorreram a certas práticas e aos instrumentos bancários. As operações financeiras eram consequência das guerras e os votos de pobreza eram somente para os indivíduos, e não para a ordem enquanto instituição. Não só

³ Espécie de pensão paga anualmente paga ao senhor pela posse ou arrendamento de terras.

no Templo, mas nas outras ordens religioso-militares, era comum o depósito de tesouros, como joias e outros objetos preciosos, dinheiro e arquivos, que eram administrados pelo grão comendador e, só no final do século XIII, tais bens passaram a ser administrados pelo tesoureiro da ordem.

Muitos pesquisadores acreditam que os Templários realizavam empréstimos com fundos próprios e com de terceiros. Mas, Demurger (2010) tem outra opinião sobre este assunto. Para ele os Templários não emprestavam dinheiro de terceiros, o que ocorria era que os cavaleiros atuavam em operações financeiras de terceiros indiretamente. Atuavam como garantidores das dívidas, como procuradores e como testemunhas dos empréstimos realizados entre as partes.

Todas essas operações lançam a questão da proveniência dos fundos utilizados pelos Templários para empréstimo. Obviamente, eles dispõem de seus fundos, próprios, mas será que, além destes, utilizam os fundos depositados pelos particulares? Conforme vimos nos exemplos de Pedro Sarrasin, Joinville e Hubert de Burgh, os depósitos dos particulares ficam “congelados” nos cofres (ou uchas) individuais, e somente os depositantes podem dispor deles. (DEMURGER, 2010, p. 333).

Demurger (2010) alega que a Ordem Templária não se constituía em um banco. Para o autor as transações financeiras que os Templários realizavam não eram o suficiente para classificá-los como banqueiros. [...] “é do grande negócio que nasceu o grande banco”. Ora os Templários nunca fizeram grandes negócios”. (DEMURGER, 2010, p. 333).

Em momentos de trégua, faziam negócios até mesmo com os rivais muçulmanos, que achavam prudente ter algum dinheiro investido com os cristãos na esperança que, em uma eventualidade de ocorrer um pacto ou aliança, findasse a disputa. Segundo Garten (1987), os reis europeus confiavam suas riquezas nas mãos dos Templários, acreditando que pelo potencial militar da Ordem seus tesouros estariam bem protegidos. (GARTEN, 1987, p. 13).

Um dos reis que devia aos Templários era Felipe IV, o Belo-rei da França, principal responsável pela extinção da Ordem Templária. Na concepção de Juan de Garten, o rei foi auxiliado pelo Papa Clemente V, que foi o seu “cúmplice” durante a perseguição Templária. Porém, é preciso duvidar dessa relação de cumplicidade mencionada pelo autor, acreditamos que esta

questão vai muito além disso, se estendendo para o campo das relações de poder e que merece ser estudado com maior profundidade em outra oportunidade.

Anterior ao Papa Clemente V, o Papa Bonifácio VIII excomungou Felipe, o Belo em 1303, em decorrência de vários conflitos entre os dois. Bonifácio VIII morreu no mesmo ano, e o Papa que o sucedeu morreu em 1305, envenenado. Felipe, o Belo, tornou Papa Bertrand de Got, e este se tornou o Pontífice Clemente V, fato esse que de alguma maneira explica os vários acordos estabelecidos entre ambos, na Opinião de Garten. Porém, na obra da autora Bárbara Frale, *Os Templários e o pergaminho de Chinon*, ela nos mostra que o processo de perseguição dos Templários e a extinção da Ordem não ocorreram bem assim.

A autora explica que, no início do séc. XIV, já havia intenções dos monarcas de descentralizar o poder concentrado nas mãos da Igreja Católica. Com isso afirmariam os estados nacionais, concentrando o máximo de poder possível, nas mãos dos reis e seus respectivos territórios.

As despesas da guerra contra a Inglaterra eram exorbitantes e as arrecadações tributárias eram periódicas. Felipe, o Belo, se encontrava economicamente em um beco sem saída, utilizou como estratégia econômica a redução das moedas de ouro em 2/3 do seu tamanho, isso permitiria maior circulação de moedas e provavelmente atenderia aos aumentos de impostos, causados pela coroa em busca de solucionar sua péssima situação econômica.

A medida estratégica não surtiu efeito, e a França estava agitada, o que resultou em uma revolta em Paris, que obrigou o rei ameaçado pela população e sua corte a se refugiarem na torre dos Templários, localizada naquela cidade. O monarca conhecia a fundo o patrimônio da Ordem Templária e chegou a acompanhá-la de perto nessa ocasião contraindo uma dívida exorbitante com a Ordem do Templo.

Felipe, o Belo, exigiu do tesoureiro central, frade Jean de la Tour, o pagamento de 300 mil florins de ouro, uma soma enorme que poderia ser comparada ao balanço anual de uma das mais florescentes repúblicas do litoral italiano e que, com toda probabilidade, esvaziou praticamente todos os cofres da casa de Paris. (FRALE, 2005, p. 156).

A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão se tornou tão rica e poderosa na Europa, que despertou a atenção e o interesse

de Felipe, o Belo, em termos financeiros, causando a sua supressão. Apesar de ter retirado suas tropas de Jerusalém e abandonar o Oriente, após sofrer uma trágica derrota em São João do Acre em 1291 pelas mãos do numeroso exército do Sultão Esseraf, inclusive sofrendo a perda do mestre Templário Guilherme de Beaujeu, que morreu em batalha com uma flechada no peito. A Ordem Templária continuou muito rica e poderosa no Ocidente, possuidora de grandes quantidades de tesouros e dinheiro em estoque.

Os Templários, que estavam no Oriente, transferiram seus quartéis-generais para a Ilha de Chipre. Em 1298, Jaques de Molay se torna o último Grão-Mestre que a Ordem do Templo possuiu.

A França estava imersa em uma crise financeira provocada por Felipe IV, o Belo, devido às batalhas travadas com a Inglaterra.

Em 1294, o rei da França Felipe IV, o Belo, atacava o feudo da Gascogne, na porção sudoeste da região francesa, com o escopo de anexá-lo de fato e não somente de invadi-lo. Assim sendo, gerava uma disputa com o rei da Inglaterra, titular daquele feudo, fazendo desencadear um duro conflito que, em longo prazo, jogaria a França na trágica *Guerra dos Cem Anos*. Felipe, o Belo, de tal modo rompia uma linha política que remontava ao avô Luís IX, que havia encontrado um caminho para resolver o problema daquele amplo e rico território que cabia ao soberano inglês, mas que se encontrava no interior do reino da França. (FRALE, 2005, p. 142).

O tesoureiro, chamado Jean de La Tour, foi quem emprestou a grande quantia de dinheiro a Felipe IV sem que lhe fosse dado nada como garantia de recebimento da dívida. Jaques de Molay, no início de 1307, ao retornar do Oriente ficou sabendo do empréstimo exagerado que esvaziou os cofres Templários da França e desligou o tesoureiro do Templo, aplicando-lhe uma sanção disciplinar irreversível.

O Papa era o senhor absoluto da Ordem do Templo a única pessoa que podia levar os Templários a julgamento e puni-los. E somente ele poderia revogar um procedimento disciplinar.

Em 1306, Felipe, o Belo, expulsou os judeus da França, confiscou seus bens e ordenou que alguns deles fossem torturados. Não demorou muito, decretou, em uma sexta-feira, 13 de Outubro de 1307, a prisão de todos os Templários da França ao mesmo tempo e posteriormente, em 17 de novembro, o Papa declarou que fossem apreendidos os demais Templários espalhados por toda Europa.

Felipe, o Belo, acusou os Templários de heresia, idolatria, práticas de homossexualismo e blasfêmia, como o ato de cuspir na cruz. Segundo Frale (2005), o Papa ao acompanhar pessoalmente os interrogatórios da inquisição aos quais os Templários foram submetidos, ele percebeu uma coisa que posteriormente foi decisiva para a ruína Templária.

[...] Guillaume de Nogaret havia feito reunir uma multidão nos jardins do Palácio Real de Paris, proclamando publicamente o dossiê de acusação contra a *Ordem*: no momento da cerimônia de ingresso, o novo frade deveria *renegar a Cristo, cuspir sobre a cruz, beijar o preceptor na boca, sobre o umbigo e nas nádegas*. Após isso, era ordenado a não se negar em unir-se carnalmente com os confrades que, eventualmente, desejassem unir-se a ele. Enfim, era denunciada a existência de um ídolo possuidor de uma face masculina com uma longa barba, que os *Templários* teriam adotado secretamente, cingindo-se também com um barbante consagrado através do contato com o próprio ídolo. (FRALE, 2005, p. 181).

O que foi constatado pelo Pontífice foi que, a forma de ingresso na Ordem seguia um ritual que aos seus olhos era bastante estranho. Tudo acontecia mediante atitudes violentas e vulgares, esses fatores foram considerados vergonhosos pelo Papa, culpando os Templários por serem coniventes com tais atos difamadores da igreja, não os denunciando a um membro superior.

Mas, em primeiro momento, isso não comprometeria a unidade da Ordem, afinal. Isso é compreensível levando em consideração que a Ordem do Templo era um braço da Igreja Romana, e que não poderia ser condenada e extinta de qualquer maneira, a não ser por motivos muito fortes, muita coisa estava em “jogo”.

Nesse caso, na ótica da comissão julgadora composta por clérigos criteriosamente escolhidos pelo próprio Clemente V, tendo como membros: Pierre de La Chapelle – Taillefer da França, Landolfo Brancacci de Nápoles, o cardeal Étienne de Suisy e Pietro Colonna, este último foi um dos acusadores do Papa Bonifácio VIII, no processo que causou sua excomunhão, que posteriormente foi anulada com sua reincorporação pela igreja na reconciliação entre a Santa Sé e a França.

Na apuração dos fatos que foram acompanhados pessoalmente pelo Pontífice, não coube à acusação de heresia, pelo motivo de ser um ritual que visava simplesmente à adesão a Ordem pelo novo membro. Embora houvesse atos violentos e vulgares, não ocorria com objetivo de renegar a Cristo para

optar por outra religião ou seita, ou adotá-las paralelamente, e muito menos tinha a pretensão de fazer parte da doutrina da igreja.

O ritual de ingresso a Ordem do Templo tinha o objetivo de fazer com que o iniciante suportasse as humilhações em silêncio, demonstrando obediência e submissão, visto que isso era imprescindível entre os membros, até mesmo para um bom funcionamento e reputação da Ordem, correspondendo às expectativas pela qual foi legitimada pela igreja e treinada para também defender sua honra. Só para se ter ideia da importância da obediência e submissão dos Templários, em um episódio encontrado em uma fonte islâmica, fica explícita que a honra Templária estava acima da própria vida, o estatuto previa que mesmo que eles fossem totalmente desarmados, deveriam permanecer no campo de batalha a menos que o Grão-Mestre ordenasse que recuassem.

O corpo dos *Estatutos Hierárquicos templários*, na parte que regulava as normas a serem obedecidas durante a batalha, previa que os *Cavaleiros do Templo* não podiam abandonar o campo de batalha nem mesmo se ficassem completamente desarmados: a *honra da Ordem* requeria o sacrifício da vida. De uma fonte islâmica, como visto, aprendemos que, quando os Templários defendiam uma cidade, faziam baluarte com os seus próprios corpos, assim que o inimigo abrisse uma brecha nas muralhas: tão logo um deles caía, outro logo vinha substituí-lo. (FRALE, 2005, p. 172).

As práticas homossexuais não foram confirmadas como um costume coletivo, e sim como exceções. Esse fato contrariava o voto de castidade impresso na regra Templária, o descumprimento desta regra causava a expulsão definitiva e irreversível da Ordem e certamente o Papa não iria deixar passar em branco essa grave infração, aí sim, caberia à condenação da Ordem por ser uma ação comum a todos seus integrantes, não por heresia, mas por estar previsto no estatuto da Ordem o voto de castidade. “A catalogação dos testemunhos no processo revela-nos que de cada mil deposições apenas seis atestam relações homossexuais” [...] (FRALE, 2005, p. 175).

Vejamos agora como acontecia o procedimento de ingresso ao Templo. O iniciante era convidado pelo preceptor a analisar por três vezes o estatuto Templário, exposto por um oficial dentro de um quarto. Uma pergunta era feita ao ingressante, no sentido de que, se ele era capaz de suportar o insuportável, ele deveria responder que, com a ajuda de Deus, ele seria capaz de suportar qualquer coisa que seja.

O preceptor fazia um trabalho de desencorajamento dos candidatos, na intenção de recrutar os cavaleiros mais convictos possíveis, dispostos a encarar os sacrifícios de atuar em nome da fé em nome de nosso senhor Jesus Cristo e desencorajar aqueles indecisos, ou com menos convicção. Logo após esses procedimentos, vinham os votos monásticos de castidade, obediência e pobreza. Enfim, chegava o momento de despir-se das vestes laicas para vestir as religiosas recebendo o manto Templário, e com isso já podendo ser considerado um dos cavaleiros até que se provasse o contrário.

De fato, existia uma normativa escrita pelo próprio Bernardo de Claraval que previa testar o iniciante. Porém ela não oferecia parâmetros claros de como seria o teste, ficando a critério do livre arbítrio a sua aplicabilidade por quem fosse fazê-la.

Nesse caso, Bernardo de Claraval empregou sua confiança aos executores desse rito ao decorrer da existência da Ordem ou enquanto durasse o estatuto Templário. A ideia do Abade veio de uma frase de do apóstolo Paulo, que dizia para colocar os homens a prova para ver se eles realmente vinham de Deus.

O que se sabe, é que o teste deveria ser realizado em caráter noviciado, nesse caso, o novato iria ser submetido à convivência com seus confrades já participando dos combates com os muçulmanos, essa experimentação permitiria a ele, refletir se realmente estava apto para entregar sua vida aos sacrifícios que o código de honra do Templo empunha, a todos que estava a ele submetido. Ou seja, era preciso suportar a vida dura que lhe era imposta fisicamente e mentalmente. Esses motivos eram o que levavam a Ordem a não aceitar crianças, elas seriam um entrave para a sua organização e desempenho militar, além de não poder ser utilizadas em combate, corria-se o risco de, ao atingirem a fase adulta, optarem por não aceitar os sacrifícios daquela vida e abandonariam o Templo.

Durante o interrogatório, realizado por Clemente V, os interrogados disseram que, assim como previa a normativa, os ingressantes ao receberem o manto eram levados a uma sala ou a sacristia, e o preceptor o surpreendia dizendo que todo o juramento que havia feito até aquele momento eram apenas palavras e que não era uma prova concreta de obediência e submissão aos seus superiores. A partir daquele momento começava a parte prática da

cerimônia, onde o aspirante teria que demonstrar com atitudes o que disse em palavras, e, é aí que começa uma das etapas mais difíceis da inicialização da vida Templária.

De forma repentina e surpreendente começava a fase prática do ritual, ao iniciante era ordenado que ele negasse a Cristo cuspiendo na cruz. A cruz era a que celebrava a liturgia ou a que estava pintada na parede do altar. Em primeiro momento, o aspirante assustado, não entendendo nada daquilo, relutava em obedecer, e o preceptor lhe lembrava, em tom de desafio, que com palavras ele havia jurado obedecer a seus superiores e naquele momento estava se atrevendo a desobedecer.

Segundo Frale (2005), os depoimentos indicam que a maioria dos ingressantes recusava a obedecer a tudo o que lhes eram impostos. Uns se negavam completamente em cuspir na cruz e outro procuravam cuspir sem acertá-la, pois, eles acreditavam que isto iria macular seus votos de fé.

Os preceptores variavam suas atitudes, tanto poderiam exigir que o aspirante fosse além, como poderiam poupá-los de seguirem a diante. Com frequência os veteranos os ameaçavam de morte ou de prisão com a espada colocada rente aos seus pescoços. Logo na sequência o preceptor beijava o iniciante na boca, com o chamado beijo da irmandade monástica.

Depois vinham mais dois beijos, um sobre o umbigo e outro nas nádegas cobertas com a túnica, mas nem sempre ocorria dessa forma, vez em quando um exagerava nessa parte do rito e descobria as nádegas beijando-a descoberta, havia também quem queria beijar a região da virilha. Os ingressantes, nos casos mais humilhantes, tendiam a desobedecer aos confrades e nos casos mais moderados, ao exemplo do beijo sobre as calças, eles acabavam por aceitar. Era mais fácil a aceitação dos beijos, do que a realização do ato de cuspir na cruz e renegar a Cristo.

Pelo motivo alegado pelo preceptor ao frade aspirante, de que ele estava se iniciando em uma vida religiosa que não lhe permitia manter relações sexuais com mulheres, a ele era oferecida a vida sexual com seus confrades no caso de não suportar viver em castidade, além disso, era ordenado a ele que não poderia recusar os favores sexuais que lhe fosse solicitado por algum membro da Ordem. A reação era esboçada com muita raiva da parte do

iniciante, porém, isso era realizado apenas verbalmente para ver se ele suportaria aquilo silenciosamente, sem se rebelar contra seus irmãos de fé.

No final do ritual os noviços eram encaminhados ao capelão Templário para que confessassem suas culpas cometidas durante o processo de inicialização, para que ele os absolvesse perante o arrependimento e vergonha de seus atos. Assim o capelão alegava que suas culpas não eram tão graves assim e lhes concediam o perdão.

Um fato prejudicial à Ordem do ponto de vista moral, é que os noviços Templários confessavam fora das dependências do Templo normalmente com padres Dominicanos ou Franciscanos. Situação que gerava desonra ao Templo, pois os padres desconheciam completamente o significado do ritual de ingresso, diziam que os noviços estavam em pecado e os recomendava que fugissem da Ordem.

[...] as indiscrições desses sacerdotes de boa-fé, que eram completamente desconhecedores da verdadeira função do cerimonial secreto do *Templo*, seguramente alimentaram a fama sobre o vulto "*obsuro*" da Ordem. (FRALE, 2005, p. 175-176).

O Pontífice também descobriu que havia outros problemas comportamentais dos Templários, que não eram considerados tão graves, mas que, em uma somatória de erros contribuía para sujar a honra e a tradição da Ordem do Templo, a qual era considerada modelo para a sociedade cristã medieval. Inclusive com relação às outras Ordens religioso-militares, e as da Cavalaria Leiga, foi trago à tona abusos de poder, mesquinhas ligadas ao dia a dia dos cavaleiros e furtos, sobre esses fatores não coube também à acusação de heresia pela Vossa Santidade. Mas, mesmo assim o implacável perseguidor dos Templários Felipe, o Belo, seguia firme em seu propósito de apoderamento dos bens da Ordem do Templo.

Em alguns momentos, Clemente V, se ausenta do compromisso de resguardar a integridade física dos Templários e, mediante tortura, alguns templários fizeram algumas poucas confissões, mesmo que não tivessem cometido tais atos contra Deus e a Igreja, assim vários Templários foram condenados e queimados na fogueira. "Em 1310, centenas de Templários acorriam, de todos os lados, arrependidos das suas confissões. Mostravam-se

dispostos a revê-las, mas o Concílio de Sens condenou cinquenta e quatro cavaleiros à morte”. (SILVA, 2001, p. 52).

Mesmo desconfiando da veracidade das acusações contra os Templários, o Papa Clemente V, ao trocar cartas com o rei da França, o qual lhe concedeu a coroa, não fazia proibição alguma em relação à abertura de processo contra o Templo.

O Papa, não queria perder os fiéis do reino da França, e muito menos romper a aliança entre a Igreja Romana e a monarquia francesa. Mas, por outro lado, os serviços prestados a Igreja Católica de Roma pelos Templários, ao longo de quase dois séculos de existência da Ordem, colocavam em xeque a condenação papal, o Papa *não conseguiu dar seu veredito golpeando fatalmente e condenando a Ordem Templária a sua morte súbita*.

Clemente V, através de suas atitudes ao decorrer do processo de investigação do Templo, deixa claro sua pretensão de fundir a Ordem do Templo com a Ordem do Hospital, assim, se não podia condenar os Templários lhes deu uma única oportunidade de sobrevivência, que era a de aceitar a fusão. Com isso o Pontífice não romperia com a França, preservando o vínculo com a Santa Sé, só restava a Ordem do Templo se render as pressões e tudo estaria resolvido. Mas, o que Felipe, o Belo, queria mesmo era passar a ser o tutor da fortuna Templária, dessa forma, fundir as Ordens não era exatamente o que queria o rei, mas sim ter o controle dos bens do Templo.

De acordo com Frale (2005), o Papa acreditava que se ele perdoasse as atitudes ilícitas dos Templários, abriria precedente às outras Ordens Militares, causando um efeito dominó, que resultaria em uma crise comportamental e moral generalizada, que somente por meio de uma reforma drástica, recuperaria os valores morais perdidos. Mas, obviamente se fosse de seu interesse e do da igreja, Clemente V poderia muito bem ter resolvido os problemas internamente sem que isso se tornasse público.

Porém, a possibilidade de o Papa ter utilizado as irregularidades cometidas pelos Templários, mesmo que não consideradas por ele como heréticas, para forçar a fusão Templária com os Hospitalários, é muito grande, já que a igreja sempre foi muito boa na arte da oratória e da persuasão. Os Templários seguiram relutantes em aceitar tal proposta, como opção de resguardarem suas vidas. Um fato muito curioso, que compromete diretamente

Clemente V, é a maldição lançada por Jaques de Molay, durante sua morte, ao Papa.

O desenrolar dos fatos nos levam a crer que, a intenção do Papa era pressionar de tal forma os Templários, que não iria lhes restar outra opção a não ser se unirem a Ordem do Hospital. Mas, não foi isso que aconteceu, os Templários preferiram a morte, a aceitar a junção das duas Ordens.

No Segundo Concílio de Viena, em 1312, a Ordem dos *Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão* foi suprimida sem que fosse condenada e, seus bens, na teoria, foram repassados à Ordem do Hospital.

Aquela absolvição jamais foi revogada, e a sentença de suspensão das atividades da Ordem, sancionada no Concílio de Viena, permanece ainda hoje inalterada, mesmo após sete séculos, sob a forma de uma decisão não definitiva. (FRALE, 2005, p. 208).

Em 19 de março de 1314, foram queimados na fogueira mais alguns Templários, entre eles, o último Grão-Mestre Jaques de Molay. Vejamos agora as últimas palavras de Jaques de Molay depois que jurou a inocência dos Templários frente às acusações às quais fora submetido, antes de morrer. Enquanto queimava vivo, ele disse:

Papa Clemente, cavaleiro Guillaume de Nogaret, Rei Felipe...Convoco-os ao Tribunal dos Céus antes que termine o ano, para que recebam vosso castigo. Malditos...Malditos...Malditos...Sereis malditos até treze gerações.... (GARTEN, 1987, p.18).

De acordo com Garten (1987), no mês seguinte do mesmo ano, morre o Papa Clemente V e, em novembro, Felipe, o Belo, e seu ministro Guilherme de Nogaret, que também colaborou no processo de extinção da Ordem, desaparecem durante uma caçada. Já Silva (2001) aponta que Felipe IV teve um ataque de apoplexia, sendo isso o que causou sua morte, e Guilherme de Nogaret, morre envenenado por uma vela que feita pelo Templário Evrard. E assim encerra-se a o ciclo da poderosa Ordem religioso-militar Templária que, segundo alguns especialistas, foi a que mais derramou sangue em nome de Deus.

A Ordem do Hospital, beneficiada pelos bens do Templo, da mesma forma que proporcionou aos seus membros a satisfação em ter recebido fortuna Templária, proporcionou, na mesma medida, receio e tensão. Os Hospitalários, cientes do processo sofrido pelos Templários, temiam que o

mesmo acontecesse com eles. Felipe IV, antes da transição dos bens, exigiu que a Ordem Hospitalária fosse profundamente reformada.

Felipe IV, mediante influência de seu conselheiro desde 1310, chamado; Enguerrand de Marygny acaba aceitando a transferência dos bens para o Hospital. Houve outro ponto importante para este desfecho que foi o consentimento do Papa, que, através do Concílio de Viena, chegou a tomar medidas para que ocorresse a reforma com o objetivo de diminuir os privilégios e abusos cometidos pelos Hospitalários, ordenando que fosse aberta uma investigação em relação aos rendimentos da Ordem.

Após a morte de Clemente V, a reforma da Ordem dos Hospitalários caiu no esquecimento, lembrando que no mesmo ano morre também o principal interessado na reforma que é o rei Felipe, o Belo. O sucessor de Clemente V, o Papa João XXII, era a favor dos Hospitalários, e não se preocupou em dar continuidade as manobras de Clemente V e Felipe IV.

“Pela bula *Ad providam* de 12 de maio de 1312, o papa destinava ao Hospital, os bens do Templo, mas ainda era preciso tomar posse deles”. (DEMURGER, 2002, p. 196). Os bens, em teoria repassados aos Hospitalários, por todos os lugares foram colocados em gestão direta dos príncipes locais. Durante o ano de 1309 a realeza da França, passa a arrendar as possessões Templárias, permitindo o corte de pagamentos aos administradores contratados pela coroa, e a venda de implementos ou derivados agrícolas e de animais.

A transição prática dos bens Templários para a Ordem Hospitalária foi muito complexa, sem contar que, os bens não permaneceram intactos quando foram resgatados. Usurpações ocorreram em várias localidades, como, França, Inglaterra e Castela. Os próprios administradores reais se beneficiaram explorando, ou até mesmo apoderando-se de fatias da fortuna Templária.

A Ordem Hospitalária teve muito trabalho e transtorno para resgatar o que lhe era de direito. Demurger (2002) relata que, Felipe, o Belo, após aceitar a decisão papal da transferência dos bens, em 24 de Agosto de 1312, exigiu ao Hospital a quantia de 200.000 libras turonenses para arcar com suas despesas administrativas. Somente entre os dias 20 e 27 de Maio de 1313, foram entregues seis casas do Templo a um procurador do recém-visitador-geral, Leonardo de Tibertis.

A maior parte da entrega dos bens não se deu antes de 1316-1317, e, em algumas regiões, demorou muito mais tempo, como foram os casos da Inglaterra, que até 1327, não apresentava a situação completamente resolvida, necessitando de uma visita de Tibertis para acelerar o andamento da documentação. Em Nápoles e em Provença somente em 1334 as coisas se resolveram, na Escócia, o desfecho foi somente em 1354, e na Alemanha as famílias dos Templários se apossaram dos poucos bens que haviam por lá, sob a alegação de que aqueles bens eram por direito, parte de seus patrimônios. “As dificuldades do Hospital em recuperar o patrimônio Templário podem ser explicadas pelo “nacionalismo” dos Estados”. (DEMURGER, 2002, p.197).

2.6 A ORDEM DE CRISTO

O rei D. Dinis de Portugal, em 1317, devido ao bom relacionamento com os Templários e a crença de que a Ordem do Templo era inocente, cria a Ordem de Cristo, que é reconhecida oficialmente através da bula *Ad Ea Ex Quibus Cultus Angestur Divinus*, pelo papa João XXII, em 14 de Março de 1319, como a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, assim sendo, a ela transferiu todos os bens dos Templários relativos a Portugal. Segundo consta na Crônica da Tomada de Ceuta, escrita a mando de D. João I pelo cronista Gomes Eannes de Zurara, tendo sua conclusão em 25 de março de 1450, inicialmente, os cavaleiros passaram a seguir a regras da Ordem de Calatrava e os bens que receberam foram divididos em comendas, assim registrou Antônio Eduardo Baião, no *Arqueólogo Português*, tomo XIV, p. 157-164.

Esta Ordem contou com alguns ex Templários, e participou de combates contra os mouros durante a conquista de Ceuta, atuando efetivamente na expansão marítima portuguesa. D. Dinis não se preocupou somente em resgatar o patrimônio dos Templários, mas estava interessado na experiência deles em navegação, afinal, eram conhecedores de rotas marítimas e bons no manuseio de equipamentos como o astrolábio.

Inicialmente, percebemos que o intuito de Hugo de Payens de criar uma Ordem religioso-militar modesta é uma ideia um tanto quanto inocente, isso fica visível perante a força dos inimigos muçulmanos. O acúmulo de riquezas da

Ordem pode ser justificado pelo poderio dos adversários que também eram ricos e poderosos, ou seja, os fins justificavam os meios.

Manter a guerra no Oriente custava extremamente caro e a Igreja, por muito tempo, fez questão de manter Jerusalém sob seus domínios, devido à importância religiosa do lugar. A Península Ibérica foi uma grande financiadora dos combates Templários em Jerusalém. A convivência entre os Cavaleiros Templários e os portugueses foi muito positiva para ambos os lados, o que fica nítido quando D. Dinis cria a Ordem de Cristo em 1317.

Diante da extinção da Ordem do Templo, por conta das acusações do rei da França, Felipe, o Belo, percebe-se a força bélica de sua rival, a Inglaterra, e o desespero do rei em conseguir levantar dinheiro para sair da crise financeira, provocada pelos conflitos com os ingleses. Este rei foi oportunista ao se aproveitar da derrocada Templária e retirada das tropas do Oriente.

D. Dinis herdara uma política de governo de tendência centralizadora, que lhe impunha uma atitude de controlo sobre os outros poderes, nomeadamente sobre o exercício do poder senhorial, bem como o desenvolvimento de um relacionamento pacífico com o poder eclesiástico. (SILVA, 2002, p. 44).

O que D. Dinis fez criando a Ordem de Cristo foi reagir para que os bens da Ordem Templária não terminassem nas mãos da Ordem do Hospital, que era uma Ordem que fugia do controle português se identificando com a França e outros países da Europa, fica assim evidente que ele confiava mais nos Templários, e por isso os reincorporou na Ordem de Cristo. D. Dinis então manda seus representantes, João Lourenço de Monsaraz e Pedro Peres, apresentar uma argumentação régia que, por sinal, foi muito bem fundamentada, pois conseguiu atingir seu objetivo, que era o resgate dos bens dos Templários como o ressurgimento da Ordem do Templo na Ordem de Cristo sob a tutela da coroa portuguesa.

Havia alguns motivos que contribuíram para que o Papa João XXII reconhecesse a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, alguns deles são: os estragos causados pelos mouros aos cristãos que habitavam próximos a eles, a presença muçulmana no norte da África e em Granada, justificando a preocupação do reino português fiel ao cristianismo e ao catolicismo, sobretudo. O território mais ameaçado pelos ataques mouros era a região sul da costa da Algarvia, visto como um perigo constante a Portugal.

É inegável, que os ventos sopravam a favor de D. Dinis para que ele reconstruísse a Ordem Templária. Além de Felipe IV, o rei da França, e o Papa Clemente V, responsáveis diretos pela ruína dos Templários estavam mortos, a Ordem foi extinta, contudo, não foi condenada, ou seja, seus cavaleiros, foram condenados a prisões e mortos na fogueira da inquisição, mas, a Ordem, enquanto instituição e em sua totalidade, não fora condenada, suas atividades foram apenas suspensas.

A autora Barbara Frale em seu livro, *Os Templários e o Pergaminho de Chinon*, nos revela que o Papa Clemente V absolveu os Templários das acusações forjadas por Felipe, o Belo, através da 2ª versão da bula *Faciens misericordian*, que rebatia os conceitos da 1ª versão desta mesma bula. Esta comprovação foi realizada pela autora através do Pergaminho de Chinon, encontrado nos arquivos secretos do Vaticano depois de aproximados 700 anos dos julgamentos e punições aos Templários, causando a destruição da Ordem do Templo.

D. Dinis não viu culpa nos Templários perante os processos de acusações e perseguições a eles e, decidiu então fundar a Ordem de Cristo e reintegrá-los. Um dos fortes motivos que favoreceu o reconhecimento oficial da Ordem de Cristo pela igreja, foi a manutenção tradicional do discurso e da prática da luta contra o infiel em nome de Cristo e de Deus nosso pai, mantendo o espírito das cruzadas.

D. Dinis tinha planos para a nova Ordem e metas que desejava cumprir, porém, a Ordem de Cristo foi criada dentro de uma conjuntura de interesses deste monarca, inclusive o de reaproveitamento das experiências dos Templários em navegação. Não ficando de fora o considerável conhecimento para a época das rotas marítimas que os ex-Templários adquiriram na época das cruzadas no Oriente, a serem utilizados no projeto de expansão além-mar do Império português.

Demurger (2010) menciona em seu livro que os Templários possuíam navios no rio Nilo (Egito), na Catalunha (Espanha), Marselha (França), Gênova, Pisa e Veneza (Itália), entre outras localidades da Europa. Não era raro o transporte nessas embarcações de: soldados, cavalos, mercadorias e peregrinos.

Alain Demurger destaca a importância de Marselha como elo dos Templários da França, da Inglaterra e também da Espanha. Havia um homem encarregado de supervisionar as atividades de transporte marítimo descrito por Demurger como, mestre de Travessia.

Na época das cruzadas, existia forte comunicação através das rotas marítimas entre o Ocidente com o Oriente, afinal, os Templários estavam em solo Oriental como a própria Jerusalém e a Ilha de Chipre. A casa de Acre teve um papel de destaque nos negócios marítimos entre Oriente e Ocidente.

Apesar de D. Dinis ter reavido os bens Templários e os passou para Ordem de Cristo, a mesma, em comparação com a Ordem do Templo, iniciou-se com uma quantidade de membros muito reduzida. [...] “de acordo com seu estatuto contava com um pequeno efetivo de 69 cavaleiros, 9 clérigos e 6 sargentos, ou seja, 84 freires”. (SILVA, 2001, p. 63). Já a Ordem do Templo chegou a contar com aproximadamente 20.000 membros na metade do século XIII.

Podemos citar três fatores que contribuíram para o fortalecimento da Ordem em Portugal: 1º) Estreita e forte relação entre o mestre da Ordem e o monarca português D. Dinis, tendo este se lançado às navegações para descobrir novas terras com o auxílio da Ordem de Cristo; 2º) A característica singular com que o povo português conseguiu absorver as várias culturas dos lugares em que aportou, tornando-se mais receptivos aos que migrassem para o reino; e 3º) O sentimento de gratidão para com a Ordem do Templo. Podemos concluir que seria de todo impensável acreditar que, em Portugal, se fizesse às possessões dos cavaleiros templários o mesmo que se fez em França, ou seja, expropriá-las. (SIVA 2001, p. 62).

Após a inativação da Ordem Templária por ordem papal, o direito a terra em Portugal foi concedido aos ex Templários a título perpétuo, com isso, todos os Templários que eram perseguidos pela Europa passaram a se refugiar em Portugal. Apesar dos remanescentes Templários terem sido beneficiados em Portugal por D. Dinis e a convivência deles ao decorrer dos séculos serem positivas para este reino, nem sempre o relacionamento de membros da Ordem com o papado ou com os reis seguiam em perfeita harmonia.

2.7 AS FRONTEIRAS ENTRE PORTUGAL E CASTELA

D. Dinis com a criação da Ordem de Cristo e a política de demarcação de territórios desenvolvida por ele, almejava que esses territórios fossem

efetivamente defendidos e assegurados aos domínios portugueses, além do interesse da expansão das fronteiras para além dos mares. Além do Tratado de Alcanises foi desenvolvida por este rei uma política paralela de fortificação das fronteiras, construindo e reconstruindo castelos, fomentando o povoamento através de cartas de Foral⁴.

Duas décadas depois de sua morte a Ordem, mesmo com outro rei no trono, ainda manteve o objetivo, não só na defesa da faixa de fronteira do Guadiana diante da ameaça peninsular, mas também das regiões fronteiriças de Portugal. Porém, não era somente a ameaça dos muçulmanos que estava em questão, mas também eventuais desavenças com os próprios reinos cristãos, como ocorreu entre Portugal e Castela, por exemplo.

Entre 1336-1339 o rei de Castela Afonso XI entra em solo português pela faixa fronteiriça do Guadiana, passando por Castro Marim, Tavira, Loulé e Faro, aterrorizando e destruindo esse território. Neste episódio, a Ordem de Cristo e seu mestre mostraram-se suas capacidades em defender esse território.

Anteriormente, no ano de 1139, Afonso Henriques consegue a independência política de Portugal se tornando rei. Mas isso não garantiu tranquilidade ao reino, que teve em vários momentos a sua autonomia ameaçada durante sua história pelos infiéis ou pelos Castellanos, e vice e versa. Entre Portugal e Castela, muitas coisas estavam em jogo, sendo elas, casamentos entre os reinos, heranças, as questões de parentesco, políticas e diplomáticas envolvendo principalmente os interesses e as disputas territoriais.

Ao longo da história de Castela e Portugal foram redigidos e assinados muitos tratados para “equilibrar” as relações entre ambos os reinos, e esse procedimento se aplicou durante séculos de história entre os reinos que hoje fazem parte da Espanha e Portugal, mesmo antes da Espanha se chamar Espanha e também depois, quando se tornou Espanha. O tratado eclesiástico de Alcanises, firmado em 12 de setembro de 1297 por D. Dinis e por Fernando IV o rei de Leão e Castela, estabeleceu novamente os limites fronteiriços entre Portugal e Castela.

⁴ As cartas de Foral era um documento régio e soberano que se sobrepunha a administração feudal, o rei as concedia em determinados territórios para que estes fossem geridos em seu nome através de seus representantes, a esses locais era dado o nome de municípios ou conselhos.

E outro si por que me vós partades das demandas que me faziades sobre razon dos termos, que som antre meu Senorio, e vosso por esso me vos parto do ditos Castellos, e Villas, e Lugares de Sabugal, e de Alfayates, e de Castel Rodrigo, e de Villa Maior, e de Castel Boom, e de Almeida, e de Castel Melhor e de Monforte, e dos outors Lugares de Riba Coa que vós agora teendes à vossa maãao, com todas seus Termos, e Direitos, e perteenças, e partome de toda demanda, que eu hei, ou poderia haver contra vós, ou contra vossos sucessores per razom destes Lugares sobreditos de Riba Coa, e de cada hum delles. (TRATADO DE ALCANISES, 1297).

Portugal fica com as praças de: Campo Maior, Riba-Côa, Olivença, Serpa, Ouguela e Moura, e Castela com: Valência, Esparregal, Ferrera, Aroche, Ayamonte e Aracena. Além de definir as fronteiras, no tratado constava o casamento de Fernando IV com D. Constança, filha de D. Diniz, e da irmã de Fernando IV, Beatriz, com D. Afonso, o príncipe e herdeiro do trono português.

Depois da união definitiva entre Leão e Castela em 1230 e a tendência à unificação das coroas, Portugal e Aragão ficaram em desvantagem e o tratado de Alcanises veio em boa hora para Portugal, pois este reino se expandira o suficiente e já estava limitado pelas fronteiras vizinhas. D. Dinis renunciou seus direitos sobre poucos territórios sendo eles, Valência de Alcântara, Esparregal e Herrera, mas ganhou os direitos sobre os Territórios entre o Coa e o Águeda, em que ocupara seus castelos de forma pacífica por volta de 1296, e manteve seus domínios sobre o Algarve, região que interessava muito ao monarca.

A vantagem do lado português explica-se, em larga medida, pelas graves dificuldades políticas e militares que conhecia o reino o reino castelhano, particularmente desde a morte de Sancho IV, em 1295. (AMARAL; GARCIA, 1998, p. 968-969).

Vários fatores contribuíram para que D. Diniz explorasse as negociações fronteiriças beneficiando seu reino.

A preocupação de Castela com Aragão e o Sul Islâmico ajudou a contribuir para que Portugal aproveitasse a oportunidade de alargamento territorial nas regiões periféricas, nesse período, os portugueses já não tinham tantas opções de ampliar seus territórios, para Portugal sua geografia, enquanto reino, já estava praticamente definida e limitada pelas fronteiras. O Tratado de Alcanises favoreceu os portugueses em um bom momento, pois permitiu ao reino ampliar seus territórios delimitando as fronteiras definitivamente, reforçando sua defesa perante seu vizinho, que se tornava cada vez maior e também mais poderoso.

E outo si me parto de todo o Direito, ou jurisdiçom, ou, Seniorio Real tambem en possissom come em propriedade, come en outra maneira qualquer, que eu hi avia, e toloo de mim todo, e dos meus successores, e do Seniorio dos Reinos de Castella, e de Leom, e ponoo en vós, e em vossos Successores, e no Seniorio do reino de Portugal pera sempre. (TRATADO DE ALCANISES, 1297).

A região do Algarve foi conquistada por Afonso III em 1249, que demonstrava grande interesse por esse território, porém D. Afonso X, rei de Castela, teria questionado o domínio dessa localidade pelo rei de Portugal, no ano de 1252 em diante. Fator que gerou desconforto entre os dois reinos com a possibilidade de confronto, uma tentativa de resolver tal situação foi o casamento de D. Afonso III com D. Beatriz, filha bastarda de Afonso X, além disso, D. Afonso III se comprometia a repassar as rendas de Algarve a Afonso X, em troca de manter seu comando aquele local.

O rei português, além de manter sob seu domínio a região de Algarve, ganhou um uma boa quantidade de terras como dote, devido seu casamento com D. Beatriz. Mas, na prática, a tensão referente à Algarve continuou e os dois reinos permaneceram em conflitos. Por volta de 1263 o papa teve que intervir atuando em defesa reino português, neste mesmo ano, foi assinado um acordo de paz entre o rei português e o rei Castelhana, onde Portugal cedeu a Castela às regiões de Arouce e Aracena, vistas pelo monarca de Castela como ameaça quando em mãos portuguesas.

Para Gonçalves (1989), a regulamentação do casamento de Afonso III com D. Beatriz levaria a um golpe diplomático, o que levou Afonso X a abrir mão de seus direitos sobre Algarve e, no ano de 1267, foi assinado o tratado de Badajoz. Tratado que teve como objetivo as demarcações territoriais entre Portugal e Castela e o fim dos conflitos, porém, esse acordo não solucionou todos os problemas territoriais entre os reinos, fazendo com que fosse redigido e assinado outro tratado, com a finalidade de satisfazer os interesses tanto da coroa portuguesa, quanto os da coroa Castelhana, trazendo a paz a ambas as partes, que é o tratado de Alcanises.

O tratado de Alcanises foi assinado sob a alegação de que, o tratado de Badajoz prescreveu, pois foi realizado na época de Afonso III de Portugal e Afonso X de Castela, assim já havia perdido o seu efeito. A paz entre os reinos

durava apenas por um período, até que se instaurasse outra situação de conflito, isso ocorreu por várias vezes mesmo entre os reinos cristãos ibéricos.

O interesse por Algarve, por parte dos portugueses, se tratava de uma prioridade estratégica com relação ao acesso ao mediterrâneo pelo estreito de Gibraltar, ou seja, fazia parte de uma estratégia marítima. Na primeira metade do século XIV, Gibraltar se torna uma importante fronteira, ou melhor, uma dupla fronteira que demarcava territórios e funcionava estrategicamente para a defesa de rotas de comércio e militares. Nota-se também uma mudança militar aonde a cavalaria vai perdendo espaço para navegação, a guerra marítima e o corso vão ganhando aspecto de cruzada.

No próximo capítulo veremos o quanto às ações de D. Dinis referente à tutela da Ordem de Cristo foram fundamentais para Portugal e o quanto elas refletiram no desempenho da Ordem sob o comando de D. Henrique. Notaremos a seguir o quanto a conquista da cidade de Ceuta no norte da África e a tomada gradual das praças africanas pelos portugueses e a colonização das mesmas, foram importantes para Portugal do ponto de vista estratégico.

3 MOTIVOS QUE LEVARAM D. DINIS A NÃO CONFIAR A “TUTELA” DA ORDEM DE CRISTO À IGREJA DE ROMA

Analisaremos agora o fato de D. Diniz, desde o início de sua fundação, ter colocado a Ordem de Cristo a serviço da Coroa, fator que pode ser visto como uma faca de dois gumes. Pois, o uso indiscriminado da Ordem obteve bons frutos a Portugal, mas isso também implicou em muitas mortes e sacrifícios através de séculos de sua existência.

Percebemos que, gradualmente, a igreja foi perdendo espaço para a monarquia portuguesa no tocante a Ordem, podemos dizer que sua tutela era uma tutela “compartilhada” entre a Igreja e a Coroa, porém, a Igreja ficava com a parte espiritual e a monarquia com a administrativa, a militar e naval da Ordem. No reinado de D. Afonso IV, podemos ver claramente o quanto a Coroa portuguesa conseguiu impor-se perante a Igreja e a Ordem de Cristo, no que se refere a sua Tutela.

Destacamos a importância das ações estratégicas de D. Diniz na estruturação de Portugal em uma projeção para o futuro. Ressaltamos também a importância das colônias portuguesas na África, de D. Henrique em todo esse processo e da própria Ordem de Cristo.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TUTELA DA ORDEM DE CRISTO

Vamos recorrer a Ordem do Templo para compreender melhor a questão da tutela da Ordem de Cristo. A Ordem Templária foi colocada sob a autoridade imediata do Papa, tendo sua autonomia garantida pelo próprio Papa, com restrição a algumas regras, e usufruía da liberdade e dos privilégios que lhe fora conferido.

Porém, a autoridade Papal não permitia desvios de comportamento e nem abusos que comprometesse a sua moral e a moral da igreja, observando que uma é intrínseca a outra, mas isso não chegava a comprometer os privilégios da Ordem, pois, as medidas punitivas com relação às infrações cometidas eram realizadas de outras formas, resguardando os privilégios da Ordem.

Apenas uma vez o papado suprimiu os privilégios do Templo: em 18 de dezembro de 1312, no Concílio de Vienne. Ora, a Ordem acabava de ser abolida pela bula *Vox in excelso* (22 de março de 1312). (DEMURGER, 2010, p. 394).

Isso ocorreu devido o processo de julgamento dos Templários e a supressão da Ordem, quando suas atividades foram oficialmente suspensas pelo Papa Clemente IV. Esta restrição afetou até os Hospitalários, inicialmente, devido à transição dos bens, ainda que temporariamente, até que foi suspensa essa medida e eles puderam desfrutar dos privilégios relativos aos bens Templários adquiridos.

Os principados laicos e as monarquias conferiam aos e Templários, e também aos Hospitalários, além das funções financeiras mais expressivas, as administrativas e curiais. Na opinião de Demurger (2010), o papado soube explorar melhor a capacidade de gestão Templária destacando as transferências de rendimentos para a Terra Santa e para a cristandade. Segundo o autor, as casas de Paris e de Londres eram os locais do Templo que mais reuniam os impostos clericais arrecadados nos reinos da França e Inglaterra.

As Ordens religioso-militares foram encarregadas pelo Papado de proteger as fronteiras cristãs. Na época em que Portugal se lança à expansão marítima, a Ordem de Cristo tem sua responsabilidade ampliada, passando a ter a missão de, não só proteger as fronteiras, mas também de expandi-las.

Seria uma forma muito simplista de analisar o surgimento da Ordem de Cristo em 1317, acreditando que D. Dinis fundou a Ordem de Cristo somente para justificar a retomada dos bens da Ordem do Templo das mãos dos hospitalários, e com isso resolver a crise econômica que atingia Portugal, consequência que se alastrava em outros reinos europeus naquela época. A estratégia da criação da Ordem de Cristo por D. Dinis, não se resume apenas ao viés econômico, muita coisa estava em jogo, de antemão, podemos adiantar que, a opção por não deixar a “tutela” da Ordem de Cristo nas mãos da igreja foi uma medida de precaução muito inteligente da parte do monarca.

No momento em que é passada a tutela da Ordem de Cristo para D. Dinis, ele consegue a reintegração dos bens Templários à Portugal obtendo o controle administrativo da Ordem de Cristo, a parte espiritual continuou submetida à igreja, até por que isso, só caberia à própria igreja realizar. Apesar

de Silva (2001) afirmar que a Coroa portuguesa passa a controlar somente a partir de 1515. “Em 1515 a Ordem de Cristo passou a ser controlada pela Coroa, afastando-se parcialmente do poder papal. Em 1522, essa separação foi completa” [...]. (SILVA, 2001, p. 67). Veremos logo a seguir que a autora Silva (2002) vê esta situação de forma diferente.

Inicialmente, no momento da fundação da Ordem de Cavalaria do Nosso Senhor Jesus Cristo, o fator que mais pesou a favor de Portugal foi à fidelidade do reino com a Igreja de Roma, e a declarada continuidade da luta contra os infiéis, principalmente contra os mouros que ameaçavam as fronteiras portuguesas. A devoção à Deus e a assimilação das doutrinas católicas fica comprovada durante o período das guerras de reconquista.

Portugal nasceu essencialmente católico, podemos arriscar a afirmação de que a monarquia portuguesa se tornou uma extensão do pensamento clerical, ou seja, aderiu com muita convicção seus dogmas e suas formas de agir. Mas, os interesses de D. Diniz falaram mais alto após a autorização Papal ao monarca, que legitimou a criação da Ordem de Cavalaria do Nosso Senhor Jesus Cristo pela bula - *Ad Ea Ex Quibus Cultus Angestur Divinus* e que previa que o mestre tinha a obrigação de se apresentar o rei em antes de sua investidura a sua nova função prestando-lhe juramento e ménage. “Assim se entende a expressão de José Mattoso que, ao referir-se ao contexto e processo de instituição desta milícia, afirma que, dessa forma, a Ordem de Cristo ficava praticamente à mercê da coroa”. (SILVA, 2002, p. 46).

Uma situação que fortalece o argumento de que a tutela da Ordem de Cristo passa para as mãos da coroa, com exceção da parte espiritual, obviamente, é a tensão vivida pelo o Mestre Templário, D. João Lourenço, entre 1319-1324, devido à guerra civil que se instalou em Portugal nessa época, que foi um período de grande tensão interna, devido aos conflitos entre D. Dinis e seu filho, o infante D. Afonso.

Vamos aos motivos que fez com que desencadeasse os conflitos entre pai e filho: segundo Costa (2014), D. Afonso era o herdeiro legítimo ao trono português, o primeiro na linha de sucessão. D. Afonso Sanchez era o filho bastardo, porém, na concepção de D. Afonso, o bastardo era mais favorecido pelo pai do que o filho legítimo. D. Afonso é descrito pelo Cronista Rui de Penha como um filho ambicioso e ciumento, mas vendo por outra ótica, D.

Afonso estava profundamente magoado com as atitudes de seu pai, se sentindo injustiçado, tais fatos indicam que, o surgimento dos conflitos armados foi no âmago da família real portuguesa, ganhando maiores proporções de dentro para fora.

E, segundo o que acho e pude compreender, três razões houve, e todas sem causa nem razão, porque o Infante D. Afonso se moveu a esta sua desobediência contra seu pai das quais a primeira foi em Beja, por sentir que El-Rei D. Dinis queria grande bem a D. Afonso Sanches e ao Conde D. João Afonso, seus filhos naturais, os quais, segundo se acha, não serviam nem acatavam ao Infante [...] e a segunda causa foi a grande cobiça e desordenado desejo, que sempre teve, de haver e cobrar para si as riquezas e tesouros de El-Rei, seu pai; e a terceira, por querer que em toda [a] maneira, El-Rei deixasse e tirasse de si a Justiça e Governança do Reino, e livremente a deixasse a ele. (Apud COSTA, 2014, p. 10).

O reino de Portugal foi dividido em dois partidos, um do lado de D. Afonso, que era apoiado pela própria rainha, os filhos segundos da nobreza, alguns poderosos senhores do norte e do centro, os bispos do Porto e Lisboa, D. Frei Estevão Miguéis-Lisboa e D. Fernão Ramires-Porto. E, o outro do lado de D. Dinis cujo apoio veio dos filhos bastardos, dos grandes conselhos do Centro-Sul, dos funcionários reais, dos mestres das Ordens Militares e também do almirante-mor Manoel Pessanha.

Um fato muito interessante, e que nos dá indícios da preferência de D. Dinis por seu filho bastardo, D. Afonso Sanchez, no dizer de D. Afonso, é o apoio dos filhos bastardos ao rei, ao menos que associarmos isso a uma mera coincidência. Porém, é preciso levar em consideração que, um filho enciumado, magoado e movido pelos sentimentos da inveja é capaz de atitudes surpreendentes e até mesmo cruéis, como foi o caso dos irmãos citados na bíblia, Abel e Caim, ou dos personagens da mitologia grega Urano, Cronos e Zeus, onde ocorreram dois casos sucessivos do filho que destronou seu pai.

O infante ganhou apoio devido à política antissenhorial de seu pai que, durante seu reinado, abriu quatro inquéritos para apurar abusos cometidos pela nobreza do Norte, esta região era tradicionalmente controlada pelos senhores feudais. D. Dinis alertou o senhorio sobre os abusos de jurisdição em 1317, advertindo sobre a criação de novas horas que havia proibido a nobreza em relação aos seus funcionários em 1321, e, em 1324, havia a exigência régia de que todos os nobres, deveriam provar seus direitos feudais, ou seja, o rei

fechou o cerco ainda mais no decorrer da guerra civil em represália aos que apoiaram D. Afonso.

A política adotada pelo rei era centralizadora e sua intenção era a de minar o poder da nobreza tradicional aumentando sua autoridade jurídica sobre as terras ocupadas por ela, de forma a exercer maior controle sobre seus súditos. “Lisboa, nesse contexto, seria o centro de operações do monarca, onde ele conseguiria apoio não só de tropas para enfrentar as armas do infante como também da “opinião pública””. (COSTA, 2014, p. 11).

A governança contém subjetividades, que se concretizam nas práticas políticas dos governantes, isso ocorre de acordo com os seus interesses obviamente. D. Dinis nessa mesma época tratou os conselhos situados no litoral de forma diferente dos localizados na região norte. O rei, estimulou o desenvolvimento litorâneo da fachada atlântica favorecendo os conselhos e incentivando o crescimento econômico da burguesia local, com isso aumentava-se a proteção costeira contra ataques de estrangeiros ou de piratas naquela localidade.

D. Dinis contava com o conselho mais importante do reino nos combates contra D. Afonso, que era o de Lisboa, os homens que o apoiavam e lutavam em seu nome por sinal eram leais. No ano de 1323, D. Afonso vai a Lisboa reúne as cortes, mas não é correspondido em suas reivindicações. O infante assim, abandona a assembleia e vai até Santarém, onde reuniu um exército com o objetivo de conquistar Lisboa. Houve o encontro das duas tropas rivais: dionisianas e afonsinas em Albogas, havendo uma intervenção da rainha Isabel, que teve como resultado final a paz entre o rei apoiado pelo concelhio e o infante pelo senhorio.

Em 1324 encerrou-se a guerra civil, faltando menos de um ano para a morte de D. Dinis, que estava com sua saúde já bem afetada e para selar definitivamente a paz com seu filho D. Afonso, sede as suas exigências aumentado seus rendimentos em 10.000 libras, exilando o seu filho bastardo D. Afonso Sanches e destituindo de seu cargo o meirinho – mor; Mem Rodrigues de Vasconcelos. Estas concessões cedidas ao infante mostram claramente que a política de D. Dinis ainda não estava suficientemente centralizada de forma que controlasse a grande maioria de seus súditos, no momento dos conflitos civis de 1319-1324 o reino estava literalmente dividido.

É nesse cenário que o episódio ocorrido com o então mestre da Ordem de Cristo D. João Lourenço, nos revela através dos fatos que a tutela da Ordem, a partir do momento de sua criação, esteve nas mãos da monarquia portuguesa. Vamos aos acontecimentos que envolveram o mestre da Ordem de Cristo, o rei D. Dinis e o infante D. Afonso que, posteriormente a morte de seu pai, se tornou rei de Portugal.

Durante o período da guerra civil, D. Lourenço era o mestre da Ordem de Cristo, como o esperado desde a posse do cargo de mestre cumpriu seus juramentos apoiando o monarca, no entanto D. Afonso, ao mesmo tempo em que se tornou rival de seu pai, se torna da mesma forma seu adversário e a Ordem de Cristo, obviamente, ficou à disposição do rei.

Em 1321, não só o príncipe não é bem recebido em Tomar, terra da Ordem de Cristo, com o também, ainda nesse mesmo ano, depois de este ter ocupado o castelo de Coimbra, D. Dinis consegue recuperá-lo com a ajuda do Mestre da Ordem. (SILVA, 2002, p.46).

D. Dinis, pouco tempo após o término dos conflitos com seu filho morre, e, em 7 de janeiro do ano de 1325, D. Afonso se torna o rei D. Afonso IV, a partir de então ocorre a incompatibilidade da convivência pacífica entre o rei e D. Lourenço. Afinal, o mestre recentemente havia sido seu rival, porém cumprindo o seu papel, que era o de apoio, submissão e fidelidade a vossa majestade.

O mestre da Ordem de Cristo, prevendo as atitudes que iria ter que tomar por força das circunstâncias, no dia 6 de julho de 1326, se reúne com os freires da Ordem de Cristo e o comendador-mor e cria medidas de precaução aos integrantes da Ordem. O mestre queria garantias para deixar o seu mestrado de forma que continuasse a disfrutar das rendas e possuir os direitos decorrentes da Ordem de Cristo. Em 16 de agosto de 1326 é redigida uma nova ordenação da Ordem que, estava percebendo sua degradante situação perante o poder real, após redefinidas e formalizadas a nova regulamentação da Ordem, D. Lourenço renuncia ao seu mestrado.

Uma demonstração clara do poder régio sobre a Ordem de Cristo, que consente ser tutelada, mas também procura em alguns com o aval papal pela coroa, é justamente o fato de D. Lourenço renunciar ao seu mestrado visando um bem maior da Ordem, que era a manutenção do vínculo tutelador com a

monarquia portuguesa. A atitude tomada por D. Lourenço, de deixar seu posto, foi devido às pressões de Afonso IV que, no início de seu governo, já começa a desferir queixas sobre o mestre e a Ordem de Cristo ao conselho de Tomar.

Sai D. Lourenço e assume D. Martins Gonçalves Leitão obedecendo aos critérios definidos no costume da Ordem de Calatrava, de que na ocasião de morte ou renúncia do mestre deveria ser eleito para o cargo um cavaleiro da Ordem ou uma pessoa religiosa, obviamente adepta da religião católica romana. Embora, o mestrado de Martins Gonçalves Leitão tenha surgido em meio a sentimentos de vingança e início de perseguições de D. Afonso IV com relação a D. Lourenço, o monarca fez uma boa escolha mestral.

Devido à boa atuação do novo mestre e o desempenho militar da Ordem de Cristo em Granada apoiando Castela contra os infiéis muçulmanos, os rendimentos da igreja de Santa Maria de Portalegre é concedido a Ordem. As batalhas em Granada foram travadas em consonância com os argumentos utilizados para obtenção da autorização papal da fundação da Ordem de Cristo, que é a luta contra o infiel e a proteção das fronteiras em relação às invasões dos mesmos ao reino cristão português.

Vamos agora pontuar os motivos que levaram D. Dinis a tutelar a Ordem de Cristo:

- a) Resguardar os bens Templários recuperados das mãos dos Hospitalários;
- b) Colocar a Ordem de Cristo à serviço do poder régio, sem a interferência de terceiros;
- c) Não deixar a Ordem de Cristo vulnerável aos monarcas estrangeiros mais poderosos, como foi o caso de Felipe, o Belo, quando o Papa era o tutor e tinha plenos poderes sobre a Ordem do Templo;
- d) Reaproveitar os conhecimentos de navegação e rotas marítimas dos remanescentes Templários para utilizá-los no seu projeto de expansão marítima portuguesa.

As lutas contra os infiéis foram ampliadas para além das fronteiras de Portugal com seus vizinhos, pois o reino português, em 1249, se encontrava com suas fronteiras já delimitadas.

O recurso da guerra ao infiel proporcionaria a progressiva expansão do território em direção ao sul, até a conquista definitiva do Algarve, cuja incorporação ao reino, em 1249, marcaria a consolidação de suas fronteiras na Península. Além dos limites então estabelecidos, qualquer tentativa de dilatação territorial implicaria uma guerra contra a Espanha, o que colocaria em risco a nacionalidade tão arduamente conquistada. (BASTOS, 2012, p. 4).

Tratava-se nesse momento de garantir o que já estava conquistado, os muçulmanos africanos ofereciam ameaça constante, assim, não bastava somente criar a Ordem de Cristo para assegurar a proteção do reino, e para isso a influência da monarquia sobre a Ordem de Cristo em grande medida era fundamental. O investimento em todos os sentidos era alto, e a Ordem, desde o momento de sua fundação, exerceria funções determinantes que garantiriam a soberania portuguesa, tanto na proteção das fronteiras, quanto na expansão marítima que, sem dúvida, refletiria no reino e na nobreza de modo geral. A situação das fronteiras, exigiam estratégias de combate que alternavam em criar linhas de defesa ou de atacar para não ser atacado, contudo, é importante apontar que, dependendo do momento, a melhor defesa era o ataque.

Após a morte de seu pai, Afonso III, quando D. Dinis sobe ao trono, ele percebe a necessidade de navegar e descobrir novas terras, as quais que pudesse satisfazer a economia portuguesa, por isso manifestou a sua vontade de lançar a Ordem de Cristo às grandes navegações, reaproveitando os conhecimentos de rotas marítimas e de navegação dos ex Templários. O monarca deu o pontapé inicial para que Portugal se tornasse um país, considerado por muitos como, pioneiro das grandes navegações, e que dependeu de sucessivos reis portugueses ao decorrer dos séculos para que as navegações e as novas descobertas se frutificassem.

Quando D. Afonso III morre, em 1279, a situação dos Templários em Portugal não era mais a mesma que se iniciou no reinado de D. Tereza e Afonso Henriques. Naquela época, era o início das guerras de reconquista, diferente do final desta guerra para Portugal, que termina mais cedo do que a Espanha que se ocupou em conquistar Granada em definitivo até 1492. Ou seja, Portugal delimita suas fronteiras bem mais cedo do que a Espanha.

Em Portugal, durante o período em que os Templários travaram os combates contra os islâmicos de acordo com o discurso da igreja, reconquistando os territórios usurpados por eles. A Ordem do Templo obteve

muitas posses e acumulou grande fortuna. No final do século XIII os tempos haviam mudado para o reino português, o “ciclo de ouro” havia se encerrado.

O que os Templários conquistaram dos mulçumanos, em tempos das guerras reconquistas, estava sendo gasto na própria manutenção da Ordem Templo. Isso não quer dizer que o reino estava pobre ou falido, mas sim que o enriquecimento, através dos combates, havia se esgotado e tudo que se encontrava dentro de Portugal era do próprio reino, que precisava administrar bem e se autogerir para não acumular déficits.

[...] sob o reinado de Afonso III (1248 – 1279), e do conseqüente fim das guerras de Reconquista, que as Ordens Militares passaram a explorar de forma sistemática os bens coletados ao longo do processo de expulsão dos mouros. (SILVA, 2011, p. 7).

As guerras de reconquista vinham cada vez mais se enfraquecendo, até chegar seu fracasso total, devido à grande força militar mulçumana ter assegurado Jerusalém sob seu domínio. E na Península Ibérica os Cristãos conseguem fazer o mesmo afirmando sua hegemonia, afinal, a luta da armada da igreja era contra o infiel e não entre os próprios reinos cristãos.

O ideal de luta contra o infiel foi aderido pelos portugueses e enraizado em sua cultura, compartilhando os dogmas religiosos com a igreja romana a ponto de ser praticamente um só, do ponto de vista religioso obviamente. O reino de Portugal precisava proteger suas fronteiras e, ao mesmo tempo, expandi-las, para isso precisava dispor de dinheiro, tanto no aparato militar, empenhado na proteção das fronteiras com os seus vizinhos, quanto, no projeto expansionista além-mar.

O discurso da luta contra o infiel era apenas uma consequência devido aos dogmas católicos incorporados pelos portugueses ao longo de séculos de convivência com a igreja. Para o sucesso da Ordem de Cristo, na proteção das fronteiras e na expansão marítima, era preciso livrá-la de interferências externas que colocaria todo o investimento econômico, organizacional e estratégico, em risco, entre outros sacrifícios como perder homens em alto-mar, ou em batalhas por exemplo.

Depois do rebuliço que houve entre o Papa Clemente V, os Templários e Felipe, o Belo, D. Dinis não poderia se aventurar sem nenhuma garantia, e expor a Ordem de Cristo e seu reino, ou de seus sucessores, aos estragos

causados por uma situação que comprometesse novamente os bens retomados do Hospital, que atingiria novamente a organização e estrutura da Ordem.

No caso dos Templários, foram aproximados dois séculos de trabalho duro, de um gigantesco investimento econômico e de vários sacrifícios, incluindo o da própria vida de seus cavaleiros, a Ordem, foi uma imensa organização em vários seguimentos e uma formidável estrutura, que desabou perante os caprichos de um único rei.

D. Dinis já se encontrava com a idade um pouco avançada, com aproximadamente sessenta anos de idade, quando criou a Ordem de Cristo, porém, não era ingênuo a ponto de pensar que um processo de expansão marítima colonizadora se resolveria em pouco tempo. Por isso ao mesmo tempo em que apoia os sobreviventes Templários, toma algumas medidas para garantir seus planos com a nova Ordem.

Inicialmente D. Dinis tinha a preocupação de desenvolver a marinha portuguesa para depois lança-la em um projeto de expansão marítima. Mesmo antes da Ordem de Cristo ser oficializada em 1317, ele colocou o genovês Manuel Pezagno no posto de almirante-mor da marinha. Sua intenção, naquele momento, era de intensificar as relações comerciais nas regiões da França, Inglaterra e Flandres, que de acordo com Silva (2008), passado algum tempo, a Ordem de Cristo possibilitou o êxito dos empreendimentos por meio de financiamento e de sua experiência. (SILVA, 2008, p. 63).

Na época, de D. Dinis Portugal procurou ocupar todos os espaços possíveis para o desenvolvimento da agricultura, onde surgiram muitos contratos agrários tanto individuais quanto coletivos. As produções de oliveira, da vinha e de cereais, superavam a demanda passando a acumular excedentes. Havia também a salinicultura e a pesca, que ajudavam a suprir o consumo e gerar os excessos de produção.

Das regiões do Minho até ao Algarve cria-se uma expectativa em relação à navegação costeira e ao comércio exterior. Foi assim que os barcos de Portugal chegaram a Flandres e na Normandia pelo Oceano Atlântico. Os navios portugueses foram bem recebidos pelos Reis Eduardo I e Eduardo II, que lhes concederam as cartas de privilégios e de segurança nos anos de

1294, 1303 e 1308. Os mercadores portugueses foram protegidos também por Felipe, o Belo, rei da França. (PINTO, 2002, p. 173).

O comércio em Portugal se aquece nessa época e, vários comerciantes de vários lugares passam a frequentar seus portos. Entre eles estavam os bretões, aragoneses, venezianos, genoveses, flamengos, biscaios e ingleses. Assim, D. Dinis mexe na infraestrutura dos portos, afinal, Lisboa já era a capital e se projetava em nível internacional.

Foram realizadas melhorias nas capacidades e condições da Ribeira e o reforço das muralhas do porto de Lisboa, melhorias as quais ocorreram também nos demais portos principais do reino. Devido à ótima capacidade de produção que Portugal atingiu, e a projeção internacional que alcançou, o rei começou a realizar uma reorganização do exército através de um contingente de besteiros que exigiu aos conselhos. Dessa forma se formava uma equipe especializada na guerra, e também reforça a segurança marítima com uma armada numerosa.

3.2 NAVEGAÇÕES HENRIQUINAS

No início do século XIV, Algarve passa a ser sede da armada portuguesa principalmente em Tavira. Gibraltar sem dúvida era o espaço preferido de navegação dos portugueses. Porém, Castela também necessitava desse espaço de navegação e o definia como fronteira estratégica da mesma forma que Portugal, fator que torna necessária a convivência pacífica entre Portugal e Castela, aprofundando as relações diplomáticas entre os dois países.

Na prática, era muito difícil não existir conflitos entre Castela e Portugal, mas o que se nota é que as navegações poderiam ficar comprometidas e o estreito de Gibraltar não poderia ser a causa dos conflitos entre os dois reinos. Por isso optaram pela neutralidade de conflitos naquele local.

Na primeira metade do séc. XIV, entre 1329-1336, ocorre um clima de guerra pela disputa das Ilhas Canárias, os portugueses organizaram uma expedição e chegam ao arquipélago situado próximo à costa da África no Atlântico. Porém, o papa concedeu os direitos das Ilhas Canárias a um fidalgo

de Castela, fato que provocou descontentamento e protestos do rei Afonso IV em 1345.

Posteriormente, na primeira metade do século XV (quarta década), o infante D. Henrique, “o navegador”, envia outras expedições ao arquipélago, mas são combatidos pelos castelhanos e pelos nativos que habitavam aquele lugar. Na segunda metade do séc. XIV, ocorreu uma tentativa de Castela de tomar a coroa portuguesa, após a morte de D. Fernando de Portugal, que não deixou sucessor legítimo ao trono, gerando uma crise sócio-política em Portugal entre 1383-1385, tendo seu fim na batalha de Aljubarrota.

O rei de Castela alegava que, sem um sucessor legítimo por os infantes D. Dinis de Castro e D. João de Castro (irmão mais velho), serem filhos bastardos de D. Pedro I com Inês de Castro, era apropriado que ele D. João I, rei de Trastâmara e rei de Castela, casado com Beatriz, à filha legítima de D. Fernando, na linha de sucessão, sentiu-se no direito de reclamar o reino de Portugal, pela falta de herdeiros masculinos legítimos.

Os portugueses saíram vitoriosos, no ano 1385, e, D. João I, grão-mestre da Ordem de Avis, funda a dinastia de Avis em Portugal, tornando-se rei graças à atuação eficiente de Nuno Álvares, reconhecido como cofundador da dinastia de Avis pelo próprio D. João I, que se encontrava preso em Castela, e graças à atuação brilhante do Condestável Nuno Álvares no comando das tropas portuguesas contra Castela sobe ao trono.

É importante observamos que, até aqui, Portugal não tinha ainda realizado aliança com a Inglaterra, o que havia entre os dois reinos desde o século XII eram apenas contatos políticos, econômicos e militares. A aliança com a Inglaterra veio somente em 1387, através do casamento de D. João I de Avis do lado português com D. Filipa de Lancaster, do lado inglês.

A Inglaterra ao longo dos séculos XIV-XV, se revelou, um importante aliado para qualquer reino, principalmente os mais fracos militarmente. A “Guerra dos Cem Anos”, entre 1337-1453, com a França. Os Ingleses, embora derrotados no final da guerra, demonstraram seu grande potencial militar castigando severamente os franceses por todo esse período e deixando a França arrasada, assim como foi também arrasada por ela.

A ascensão da dinastia de Avis ao poder é um fato significativo para Portugal e particularmente para a Ordem Militar de Cristo, pois, durante o reinado de D. João e seus sucessores, a vontade de exercer maior influência na Ordem se tornou mais evidente. (SALLES, 2008, p.2).

Nos séculos XV-XVI, os portugueses passaram a explorar mais a navegação no oceano Atlântico, nas áreas que eles tinham mais interesse, sendo elas: a costa do norte da África e a costa oriental americana. Os viajantes deram suas contribuições a Europa na época dos descobrimentos através de seus relatos, embora alguns fossem fantasiosos e confusos.

A única fonte de informações precisas sobre a África e Ásia eram as dos viajantes árabes, principalmente sobre a costa oriental, porém os europeus não tinham acesso direto a essas informações. Algumas informações mais precisas chegaram a Europa através de um grupo de cartógrafos judeus de Maiorca, por volta dos finais do século XIV, estas informações estavam delineadas em mapas se referindo as localizações dos rios Níger, Senegal e Tombuctu, as informações destas regiões eram quase exatas.

Portugal, diante da crise europeia do século XIV, passava também por problemas econômicos, assim como os países do centro-europeu, a falta de mão de obra, o declínio da produção agrícola, as reservas de ouro e a prata se encontravam esgotadas e isso implicou em problemas na cunhagem de moedas. Se não bastasse todos esses problemas esses países enfrentaram as consequências da Peste Negra e da Guerra dos Cem Anos, cujos impactos econômicos se estendem até o século XV no cenário europeu.

De olho nos artigos de luxo, os comerciantes portugueses e o Estado, se unem para alcançar seus objetivos, a burguesia via a possibilidade de ascensão comercial que se estenderia do simples comércio de vinho, sal e pescado, para um comércio mais lucrativo e maior. Já o Estado via no noroeste da África, além do desenvolvimento comercial, uma região estratégica para o fortalecimento da defesa do reino, possibilitando um maior combate à pirataria moura, atuante nas costas do Atlântico, isso contribuiria também para a ampliação da atividade pesqueira.

O Estado português associou às novas empreitadas marítimas, a religiosa, e tradicional, luta contra o infiel, dando uma nova ocupação à nobreza, o foco da luta armada desviava das fronteiras do reino para fora dele, já que os territórios do reino já estavam definidos. A conquista de novos

territórios não seria lucrativa apenas para o Estado, os cavaleiros e fidalgos, da mesma forma, teriam suas recompensas que viriam através de saques, mercês, honrarias e propriedade de terras.

Começando pela cidade marroquina de Ceuta, em 21 de Agosto de 1415, no reinado de D. João I, Portugal inicia uma série de empresas marítimas e conquistas de novos territórios colonizando-os. Inicia-se então a chamada Era dos Grandes Descobrimentos. Ao infante D. Henrique, coube à supervisão dos preparos para tal missão, a cidade do Porto disponibilizou sua frota e adiantou o dinheiro para custear as armas e equipamentos.

O exército português armou uma estratégia pegando os seguidores de Maomé de surpresa, desta forma os marroquinos não ofereceram muita resistência aos portugueses, que sofreram apenas oito baixas⁵ no seu exército. A cidade foi dominada rapidamente e saqueada, os benefícios foram desde o soldado menos expressivo da hierarquia, aos mais nobres pertencentes à antiga fidalguia.

De acordo com Bastos (2012), o Conde Afonso de Barcelos conseguiu levar para Portugal seiscentas colunas de mármore e alabastro. Os saques ocorreram de maneira bastante violenta, houve depredação, não só dos estabelecimentos comerciais como das casas das pessoas, as orelhas e dedos das mulheres eram cortadas no momento em que estavam sendo-lhes arrancadas suas joias. A responsabilidade, das expedições marítimas da África, foi passada por D. João I ao Infante Henrique, ficando aos seus cuidados até 1460, ano de sua morte, que ocorreu no dia 13 de novembro.

As expedições henriquinas na África se deslocaram também para o oeste pelo Atlântico, buscando novas conquistas de ilhas e arquipélagos. Entre as conquistas mais cobiçadas pelos portugueses estavam as Ilhas da Madeira, das Canárias, dos Açores e de Cabo Verde, porém, não conseguiram arrancar do domínio espanhol as Canárias. Aproximadamente em 1420, D. Henrique deu início à colonização da Ilha da Madeira cultivando a cana de açúcar e, posteriormente, a uva da Malvasia, utilizada na produção de vinho que, por sinal, era, e ainda é, muito afamado. Nas Ilhas dos Açores houve uma ocupação sistemática por volta de 1430, incentivada por D. Henrique, concedendo terras a quem quisesse explorá-las, houve, no entanto, a inserção

⁵ Baixa neste contexto se refere ao número de mortes que o exército português teve naquele combate.

da criação de gado, e foi criado pela primeira vez o sistema de capitânias. O arquipélago de Cabo Verde teve sua colonização na mesma época das Ilhas da Madeira, recebendo muitos navios, e funcionava como galga para que estes chegassem ao Golfo e a Guiné.

Por volta de 1434, finalmente, os portugueses conseguem ultrapassar o Cabo Bojador, este local foi considerado por muitos navegadores como o terror dos mares por sua imensa dificuldade de navegação. D. Henrique persistiu em enviar os navios sequencialmente por esse caminho, por aproximados 12 anos, até que houve êxito em sua travessia, Gil Eanes é nomeado cavaleiro por ter conseguido esta façanha.

Saindo do Cabo Bojador, após navegarem 50 léguas, os portugueses chegam a Angra dos Ruivos e, no ano subsequente, sob o comando de Afonso Gonçalves após navegarem mais 50 léguas, eles chegam ao Rio do Ouro e, em 1441, chegam aos arredores de Cabo Branco, onde tiveram acesso aos artigos de comércio sendo eles: azeite, couro e peles de focas. Houve também a captura dos primeiros escravos, por Nuno Tristão, e o uso da caravela pela primeira vez em seu navio, esta experiência foi bem-sucedida e de grande valia para que os portugueses descobrissem o mundo.

Nuno Tristão, entre os anos de 1443-1444, chega a Ilha de Arguim, localizada na curvatura de Cabo Branco, descobrindo a foz do Rio Senegal navegando também o rio Gambia onde, é bem provável que foi morto, no ano de 1446, atacado por um grupo de guineanos munidos com flechas envenenadas. Em 1444 Dinis Dias havia chegado a Cabo Verde onde explora a Ilha de Palma. Esses domínios foram consolidados no decorrer de dez anos e, até 1455, não houve indícios de mais descobertas. O Rio do Ouro e o Rio Senegal se tornaram fornecedores de ouro em pó a Portugal, e Arguim foi transformada na primeira base europeia de tráfico de escravos.

Registo da Bula: Inter caetera.- O Papa Calisto III, pela bula que começa pelas palavras: *Inter caetera*, dada em Roma a 3 de março de 1455, outorgou e concedeu à Ordem de Cristo o espiritual de todas as ilhas desde o cabo bojador e de Não por toda a Guiné até à Índia, assim já adquiridas, como de todas as que depois se adquirissem, determinando que o descobrimento daquelas partes não podesse ser feito senão pelos reis do Portugal, confirmando juntamente as bulas de Martinho V e de Nicolau V sobre o mesmo assunto. (CRÔNICA DA TOMADA DE CEUTA POR D. JOÃO I, p. XXXII).

Segundo Bastos (2012), durante as incursões marítimas, sob direção de D. Henrique, o infante financiou suas empresas com sua própria fortuna pessoal, com as rendas da Ordem de Cristo e eventualmente com o dinheiro do tesouro público. Sem dúvida a expansão marítima portuguesa parece ser unanime, entre sucessivos reinados D. Henrique obteve o apoio de três consecutivos reis, sendo eles: o de D. João I, entre 1385-1433, de D. Duarte, entre 1433-1438 e o de D. Afonso V, governando entre 1438-1481. O infante também conseguiu atrair grande investimento da iniciativa privada, a ponto de que, em finais de sua gestão ultramarina, superaram o número de viagens patrocinadas pelo estado chegando entorno de 34 viagens. Além, disso, o príncipe recompensava muito bem seus pilotos, procurava se informar bem sobre as questões ultramarinas, distribuía mercês e contratava renomados navegadores como foram os casos dos Italianos, Usodimore, Cá da Mosto e Antônio da Noli.

3.3 AS COLÔNIAS DA ÁFRICA

Ao ocupar Ceuta os portugueses conseguem o melhor porto de ligação com a Berberia, o qual interessava muito a outros reinos cristãos, inclusive a Castela. Na época, a conquista de Ceuta pode ser considerada um trunfo, principalmente perante Castela, que era a principal interessada, pois Portugal acabava de dificultar o contato de Granada com os bereberés e isso favorecia muito Castela no processo de conquista de Granada.

As conquistas portuguesas no continente africano não pararam em Ceuta, seus interesses por outras praças do norte da África aumentaram. Os motivos para as demais conquistas eram religiosos, políticos e econômicos. Por trás das conquistas havia a necessidade de dar legitimidade a elas, era preciso justificá-las perante a igreja e aos demais reinos cristãos, e isso foi feito sob a alegação de que os territórios que os islâmicos usurpavam, estavam sendo reconquistados novamente para a fé cristã.

As praças de Marrocos eram atrativas aos portugueses em diversos aspectos, fatores econômicos, somados às questões políticas e religiosas, justificam a permanência portuguesa nesses locais por mais de três séculos. Nesses territórios havia terras muito ricas, a prática comercial de longa

distância e um enorme espaço marítimo, esses dois últimos tiveram grande importância diante a necessidade de conseguir produtos e tecidos para os negros que trabalhavam na Zona da Mina.

As praças portuguesas na África tinham como fonte de abastecimento a Europa. Houve um período de paz iniciado em 1471, que trouxe prosperidade e fartura, ocorreu também o aquecimento comercial.

Os membros das diferentes posições sociais obtiveram vantagens econômicas por meio da colonização das praças, localizadas no norte da África e a exploração da terra era a principal fonte de rendimento devido aos termos de paz firmados em 1471 com os muçulmanos, onde D. Afonso V concede algumas doações dentro dos limites que lhe pertencia na África, incentivando, inclusive aos militares que se comprometiam a combater a favor da coroa lusitana na África. Havia uma ferrenha disputa aos melhores cargos militares, os combatentes eram beneficiados com moradias, comendas entre outros benefícios.

A conquista das cidades e as incursões nos campos e aldeias eram aproveitadas para recolher o produto do saque de tudo o que tinha valor: alfaias, gado, cereais. Cada um dos contendores procurava fazer cativos, a fim de obter o dinheiro dos resgates. As praças serviam de base a um importante actividade de corso feita ao serviço do rei ou dos nobres. (FARINHA, 1999, p.9).

Vamos agora analisar com maior profundidade as dificuldades de manutenção das colônias lusas na África. Manter as tropas em solo africano ficava extremamente caro, os custos elevados e as dificuldades econômicas foram percebidas já no início da expansão das colônias começando por Ceuta.

Os custos para manter a armada lusitana no estreito de Gibraltar eram altos, assim como a manutenção dos soldados que atuavam nas fronteiras das colônias, havia, naquela época, dificuldade de recrutamento dos militares para atuar na defesa das fronteiras e de povoamento. Era necessário estabelecer uma estrutura administrativa constante em Ceuta e no reino, e estruturar os demais setores dos territórios conquistados além-mar, permitindo um bom funcionamento do sistema colonizador expansionista.

D. João I, por volta de 1420, passados aproximados cinco anos após a conquista de Ceuta diante do novo desafio e das circunstâncias daquele momento, se vê diante da necessidade de pedir auxílio a Afonso V, na época

rei de Aragão e da Sicília. A resposta de Afonso não foi favorável, não podendo atender as necessidades lusas naquele momento decorrentes da guerra contra os muçulmanos, o auxílio foi adiado, o qual se tratava de mantimentos para o abastecimento de Ceuta. Os portugueses estavam acostumados a buscar cereais na Sicília, em Castela e entre outras localidades, que eram entregues aos contratadores portugueses ou estrangeiros que iam buscá-los. “Foi o caso do contrato, feito em 1423, com Luís Eanes, outros portugueses e dois genoveses, Bartholomeu Lomellim e Bartholomeu Baraboto, de 2000 moios de trigo para Ceuta”. (FARINHA, 1999, p.15).

Desde cedo, devido à conquista de Ceuta, em comparação com o tempo que durou a presença lusitana na África, já se iniciou um debate sobre a viabilidade de manter Ceuta sob os domínios de Portugal. Os dirigentes questionavam sobre os altos custos em manter a colônia, a intenção deles era encontrar territórios com os custos de manutenção mais baixos. Em Bruges, o infante D. Pedro redigiu uma carta a D. Duarte seu irmão, em 1426, descrevendo a situação em Ceuta.

Do que sentya dos feitos de Cepta per alguma vez, senhor, vo-lo razoey; mas a conclusão é que, emquanto asy estiver ordenada como agora está, que é muy bom sumydoiro de gente de vossa terra e d'armas e de dinheiro. (Apud FARINHA, 1999, p.15).

O infante D. Pedro não concordava com a ocupação da África, preferia territórios maiores, era contrário à guerra e queria o abandono por completo de Ceuta. De fato, os argumentos do príncipe tinham sentido, mas, se analisarmos o outro lado da moeda, vamos perceber que de um lado ele tinha razão, mas do outro não. Não podemos analisar a colonização de Ceuta, das posteriores praças conquistadas e os conflitos nas fronteiras ao longo dos séculos, inviáveis apenas por questões econômicas, devemos analisar os fatos dentro de uma conjuntura.

Manter as colônias ao longo de mais de três séculos na África não foi nada fácil, inúmeros problemas surgiram e a administração e permanência dessas colônias aos domínios de Portugal foi penoso principalmente para os militares que travavam combates constantes, sacrificando suas vidas, e

aqueles que atuavam nas fronteiras viviam um pouco mais isolados e, provavelmente, sofriam com as dificuldades de abastecimento.

Mas, pensando pelo outro lado agora vamos perceber que a ocupação da África no campo político, era extremamente necessária para Portugal e Espanha, visto que somente o estreito de Gibraltar separava os muçulmanos do norte da África dos dois reinos. Historicamente a rivalidade entre cristãos-católicos e muçulmanos foi muito forte, embora tenha existido em vários momentos da história a convivência “pacífica” entre eles.

As colônias da África, e os embates militares que houveram por lá, mantiveram os islâmicos afastados de Portugal e Espanha, sendo este o grande ganho dos dois países em relação à África, apesar dos sacrifícios e do “tempo perdido”, que pode ser visto como atraso que impediram Portugal a se dedicar mais cedo na expansão marítima buscando a exploração de territórios menos onerosos. A presença portuguesa na África e a atuação militar naqueles territórios garantiram a soberania dos dois países cristãos até os dias atuais, e a igreja católica, obviamente, também foi beneficiada com isso.

A conquista de Tânger era fundamental para o domínio dos Bereberés e do estreito de Gibraltar. D. Fernando e D. Henrique organizaram uma expedição contra a cidade marroquina de Tânger em 1437. O exército sofreu uma perda muito grande de uma geração que tinha combatido contra Castela, isso impactou o exército psicologicamente e, em termos numéricos, diminuindo sua força, posteriormente novos militares para reposição foram recrutados com muita dificuldade. As coisas não saíram como o esperado, a conquista de Ceuta foi menos trabalhosa aos lusos do que a de Tânger.

O comando das tropas coube ao infante D. Henrique, apoiado por D. Fernando e o conde de Arraiolos. A estratégia militar de D. Henrique não deu certo, ele optou pela divisão das tropas em Ceuta, de forma que uma parte da tropa avançaria por Terra, sob seu comando, e a outra parte pela baía de Tânger. O problema ocorreu na geografia do caminho terrestre, o solo era montanhoso e isso fez com que as tropas de D. Henrique desviassem por Tetuão em um largo contorno.

Naquela ocasião os bereberés foram comandados por Sala bem Sala, o mesmo comandante que atuou ao lado dos mouros em Ceuta, em 1415, durante a conquista lusa. Devido à demora das tropas henriquinas, o exército

mouro teve tempo para pedir reforços ao reino de Fez e outras regiões de Marrocos, organizando melhor sua defesa. A vitória moura foi confirmada sem grandes esforços, pois derrotaram os portugueses facilmente, impondo-lhes o cerco sem muitas dificuldades.

Os portugueses ficaram detidos até que uma negociação fosse feita para que fossem liberados a regressar. A expedição fracassada retornou a Lisboa e no momento de sua chegada foi recebida com grande pesar. As Cortes foram reunidas em Leiria por D. Duarte, e até o Papa foi consultado para que se chegasse a um consenso sobre entregar Ceuta aos marroquinos, como exigido em acordo para a liberação de D. Fernando, que foi dado como garantia na negociação. A opção foi pela posse de Ceuta e o infante aos poucos caía no esquecimento, trancafiado em sua masmorra em Fez, até o momento de sua morte após, decorridos seis anos de seu cativeiro, D. Duarte morre.

Em 1443 D. Fernando morre, abandonado pela família real que, optou pela manutenção de Ceuta aos seus domínios. Para suavizar a triste e vergonhosa fase da história de Portugal, surgiu na historiografia lusa o estigma do Infante Santo atribuído a D. Fernando, dando a entender que sua morte foi para alcançar um bem maior, ou seja, para assegurar aos domínios lusos a colônia de Ceuta, embora seus custos elevados, e houvesse o questionamento de sua viabilidade. Fica demonstrado claramente nesse caso a sua importância religiosa, econômica e política, sendo esta última o quesito mais importante para a monarquia lusa e a primeira para a igreja, mas que se entrelaçam.

A morte de D. Fernando, que passou a ser vista como mártir, dando o enfoque ao Infante Santo que de certa forma o enaltecia, tinha como objetivo disfarçar a desastrosa investida contra Tânger que exigia uma reparação, ao mesmo tempo em que incentivava o espírito nacionalista português servindo de exemplo à sociedade.

A conquista de Tânger se transformou em uma questão de honra para os portugueses após o episódio do Infante Santo. D. Afonso V, em 1464, fez um duro ataque contra o território, mas somente em 1471 o domínio de Tânger se concretizou. A estratégia militar, diferente da utilizada por D. Henrique, foi bem-sucedida, os portugueses decidiram por começar os ataques por Arzila, território localizado mais para a região sul, era uma vila populosa, porém não tinha uma defesa tão sólida quanto Tânger.

Chegando a Arzila, no momento do desembarque da expedição lusa, morreram aproximadamente duzentos homens do exército lusitano, devido às dificuldades de ancoragem do local costeiro que foi escolhido para a desembarcação. O exército também sofreu muitas baixas em batalha, por não aceitar a rendição dos habitantes e insistirem nos combates. Mas, desta vez, os portugueses conseguiram com êxito alcançar os seus objetivos. A armada portuguesa, ao dominar Arzila, fez com que a população de Tânger abandonasse a cidade facilitando o domínio português.

A perda de Agadir, em 1541, fez com que ocorresse uma crise nas colônias portuguesas na África abandonando a maioria das praças conquistadas mantendo apenas as principais que eram a de Mazagão, a de Ceuta e a de Tânger. Isso revela a importância estratégica, que esses territórios tiveram naquela época para os portugueses. Cada uma tinha delas carregava em seu histórico os estigmas que justificavam a insistência portuguesa em tentar conservá-las em seus domínios.

Ceuta detinha o controle do estreito de Gibraltar possibilitando o principal caminho estratégico para um futuro ataque a Fez, que simbolizava o feito dos marroquinos na vitória de Tânger sobre os portugueses, o martírio do Infante Santo e posteriormente a o acontecimento da almejada conquista de Tânger pelos lusos. “No Sul de Marrocos, D. João III decidiu manter Mazagão, onde mandou erigir poderosas fortificações para apontar a Marraquexe, capital dos xarifes, a ameaça de uma rápida invasão”. (FARINHA, 1999, p.8). Houve reação por parte do xarifado e cerco em Mazagão, em 1562, porém sem sucesso.

De acordo com Farinha (1999), fatores conjunturais fizeram com que o Marquês de Pombal, em 1769, decidisse pelo abandono da última praça marroquina dominada pelos portugueses que era Mazagão. O que mais pesou entre os problemas conjunturais foi o fator político, na concepção de António Dias Farinha. Mas, convenhamos que ele deva ser associado ao econômico, manter os embates com os muçulmanos na África não era nada fácil se tratando também das despesas decorrentes dos combates que surgiam constantemente entre cristãos e muçulmanos.

Logo mais no capítulo seguinte vamos perceber o quanto os portugueses evoluíram nas técnicas de navegações e que a estratégia fazia

parte constantemente do ato de navegar, seja; da mais simples a mais sofisticada. E que muita coisa estava em jogo para que se obtivesse o sucesso desejado no alcance dos objetivos traçados pela coroa portuguesa. Afinal navegar não era coisa simples na idade média e isso exigiu muitos sacrifícios naquela época.

4 O ENVOLVIMENTO DA REALEZA COM A “ESCOLA DE SAGRES”

Chegou o momento de demonstrarmos os “dois lados da moeda”, mas o que queremos dizer com isso? Demonstramos como os conhecimentos náuticos foram obtidos pela Ordem de Cristo e a importância dos conhecimentos teóricos que os monarcas e demais membros da realeza tanto incentivaram a Ordem de Cristo obtê-los. A realeza não media esforços incentivando a Ordem de Cristo a aprimorar seus conhecimentos navais e mais uma vez o Infante D. Henrique teve um papel de destaque nesse sentido.

Mas, também demonstramos o quanto à prática de navegar e suas estratégias cotidianas somadas ao sacrifício humano que colocava em risco as vidas de todas as pessoas que se engajavam nas embarcações portuguesas, foram fundamentais para a concretização dos conhecimentos navais obtidos pela Ordem de Cristo.

4.1 FATORES QUE FIZERAM EMERGIR A EXPRESSÃO “ESCOLA DE SAGRES”

A polêmica “Escola de Sagres” levanta discussões e questionamentos até os dias de hoje, com relação se ela realmente existiu ou não. Mais adiante discutiremos um pouco sobre esta questão. O fato é que ela aparece na historiografia como a grande responsável por alavancar os conhecimentos de navegação obtidos pela Ordem de Cristo no projeto além-mar português. Nos bastidores dela havia, nada mais e nada menos que, os membros da família real portuguesa e pessoas de alta confiança da coroa. Foram estas pessoas as mentoras do planejamento estratégico do “projeto de Sagres”, que elevaram os níveis de conhecimentos dos pilotos e marinheiros da esquadra portuguesa.

A “Escola de Sagres”, segundo o autor Pinto (2002), era um centro de pesquisas que contou com vários núcleos envolvendo especialistas de todas as áreas que a navegação exigia. Com isso, houve o aperfeiçoamento dos conhecimentos náuticos, em teoria, em equipamentos e, conseqüentemente, na prática de navegar.

Os membros que compunham a Escola de Sagres eram: o rei D. João I e a sua rainha Felipa de Lancaster, o condestável Nuno Álvares Pereira, a infanta D. Isabel e os infantes, D. Henrique, D. Fernando e D. Pedro.

Vamos agora as observar as funções que cada um deles desempenhava dentro do planeamento estratégico de Sagres:

- a) Rei D. João era quem conduzia o projeto de Sagres, estando à frente dos demais membros.
- b) Rainha Felipa de Lancaster atuava como interlocutora estratégica, sagaz, observadora e inteligente procurava se informar das questões de âmbito nacional e internacional, buscando, através da retórica, convencer a todos os integrantes do grupo a tomar as melhores decisões possíveis.
- c) Condestável Nuno Álvares Pereira legitimava as questões internas, em outras palavras, era encarregado de fazer com que as ordens do rei fossem cumpridas e de representar a coroa portuguesa e seus interesses. Referente às questões externas (internacionais) cabia ao Papa legitimá-las.
- d) D. Isabel exercia o papel de conciliadora, era responsável por procurar apaziguar as discordâncias entre os irmãos. Atuava também como mediadora das crises internacionais, procurando amenizá-las.
- e) Aos Infantes cabia a eles não só cuidarem da parte da gestão, mas também eram responsáveis pelas ações estratégicas no preparo de instrumentos que impulsionasse Portugal ao projeto de transbordo marítimo e as novas conquistas. À D. João, D. Duarte e D. Pedro cabiam a função de planeamento. D. Pedro era o responsável pelas relações internacionais, ele coletava informações e estabelecia alianças políticas, a parte operacional ficava a cargo de D. Henrique e D. Fernando, que atuava como seu auxiliar.

Os integrantes da Escola de Sagres atuaram em conjunto para que obtivessem os melhores resultados possíveis no projeto expansionista além-mar. Mas, havia exceções, onde nem tudo saía como o planejado, como foi o caso do Infante Santo em Tânger.

A família real procurava reunir profissionais especializados em navegação, os mais experientes e inteligentes possíveis. Os cartógrafos e os

cosmógrafos exerceram importante papel no mapeamento das rotas marítimas que tanto interessavam aos portugueses. De acordo com os novos conhecimentos obtidos na prática através de novas travessias marítimas, os mapas iam sendo corrigidos e aperfeiçoados.

A prática das navegações foi extremamente próspera para a teoria e, no sentido empírico, que, além de dar sua contribuição para os cartógrafos e cosmógrafos, colhia dados dos fenômenos naturais para que se aperfeiçoassem os navios e os equipamentos navais. Os dados sobre as direções e transformações dos ventos e das correntes marítimas eram anotados para que pudessem ser mais bem explorados na navegação à vela.

Os aparelhos náuticos eram fundamentalmente importantes para identificação da posição em que se encontrava o navio e se ele estava indo na direção correta. Nas navegações do século XV a bússola era primordial para orientar a direção, o quadrante e o astrolábio eram utilizados para deduzir a latitude, tendo como referenciais a Estrela Polar e o Sol. A balhestilha foi utilizada pelos portugueses no final do século XVII, mas já a possuíam desde o século XVI, mas optaram por não a utilizar.

Esta aparelhagem já existia, porém foi aperfeiçoada pelos portugueses. “Culminando os aperfeiçoamentos, surgiu a caravela latina, que tinha cerca de 50 toneladas de arqueação, uma cobertura com um pavimento elevado na popa e dois mastros com velas latinas triangulares”. (PINTO, 2002, p. 13).

Essas características permitiram a este veleiro de navegar com mais velocidade do que os outros navios. Outro fator favorável era poder navegar a bolinha, ou seja, fazendo ziguezague contra a força do vento. Para acompanhar esta inovação, houve o treinamento dos tripulantes para os mesmos se adequarem ao novo barco e sua característica, para que assim obtivessem sucesso nas navegações com maiores velocidades do que as habituais até aquele momento.

Era muito comum o recrutamento de marinheiros para atuarem nas novas conquistas entre os corsários, nos navios pesqueiros e nas embarcações de transporte. Porém, não bastava os pilotos possuírem inteligência e valentia, como era característico desses marinheiros recrutados nesses lugares, era muito importante, da mesma forma, que eles se identificassem no manuseio dos instrumentos orientadores de bordo.

A partir da segunda metade do século XV a caravela latina e a portuguesa, passaram a ser usadas cotidianamente pelos portugueses nas navegações e nas novas descobertas. O quadrante se tornou mais confiável do que as cartas de marear, situando a tripulação principalmente à noite através da Estrela Polar. A volta das navegações na África para a Península Ibérica com o tempo se tornou banal e sem maiores dificuldades de percurso.

A base financiadora das atividades navais da Escola de Sagres, de acordo com Pinto (2002), vinha das fortunas pessoais de seus membros e das Ordens de Cristo, Avis e Santiago, pois os infantes ocupavam os cargos de grão-mestres destas Ordens, não ficando a Ordem de Cristo com esta exclusividade de fomento entre as Ordens. Em nossas análises respeitando as devidas proporções, a maioria dos investimentos provinha sim da Ordem de Cristo, até por que ela era a herdeira da fortuna Templária e estava à frente das expedições marítimas. Parte dos investimentos vinha também do corso e dos saques que permitiam um retorno financeiro rápido, entre as outras fontes de renda.

O sucesso dos empreendimentos marítimos portugueses não se resume aos conhecimentos navais, mas sim a uma conjuntura de fatores, entre os principais estão: fé, relações de poder, política, economia, cultura, coragem, habilidades, força, lealdade, experiência, derramamento de sangue, família, sofrimento, dor, sacrifício, inteligência, estratégias etc.

Com seu projeto estratégico, Portugal liberta-se de amarras francamente preocupantes e, com certeza, bastante perversas para uma nação que lutava bravamente pela consolidação e realização de sua identidade cultural e de sua plena individualidade. Assim iria pôr abaixo as muralhas que cercavam o seu presente e ameaçavam o seu amanhã, abrir novas janelas, construir pontes sobre o tempo e deslizar ágil e rapidamente pela história à procura de um destino diferenciado, mesmo que submetido a imensas dores, sofrimentos e indescritíveis obstáculos humanos, políticos, institucionais, religiosos, diplomáticos, técnicos, tecnológicos, econômicos, financeiros e culturais. (PINTO, 2002, p. 26).

De fato, os portugueses pagaram um preço muito alto para fazer de Portugal um Império, a expansão marítima portuguesa realmente teve um custo muito alto em todos os sentidos. Mas, a condição posta a Portugal pelo destino o guiou para este caminho, o intuito era dominar para não ser dominado e conquistar para não ser conquistado.

O resultado desse processo, ao decorrer de séculos de inúmeras batalhas, foi a sua sobrevivência enquanto Estado, tendo sua soberania legitimada, mantendo a unidade política e territorial, preservando sua nacionalidade e identidade cultural. Mas pagou muito caro por isso, sendo o elemento religioso determinante nesse processo. Desde a época do Condado Portucalense, as circunstâncias guiaram os portugueses para um caminho sem volta.

Conhecendo um pouco mais a fundo a história de Portugal, ainda que apenas parte dela, considerando os acontecimentos dentro de cada respectivo contexto e temporalidade, é muito difícil não se encantar por ela. E mais ainda não admirar os membros da linhagem real ao longo da história e suas ações visando o que acreditavam ser o melhor para o reino. A chamada Escola de Sagres foi uma demonstração clara disso, atuando com êxito em um momento crucial para Portugal politicamente e economicamente falando, que, nesse momento da história, falava mais alto do que o fator religioso, mas ao mesmo tempo estava fortemente ligado a ele.

O reino estava bem resolvido, nesse aspecto, e já acostumados na luta contra o infiel, contudo, as necessidades maiores eram outras pois, no futuro, a sobrevivência do reino dependia fortemente das conquistas ultramarinas, que atenderia principalmente a sua necessidade econômica e conseqüentemente política.

A coroa portuguesa se entregou totalmente ao projeto de expansão marítima, sem medir os sacrifícios, encarando os imprevistos e os perigos desta empreitada de forma espantosa, com uma dedicação incrível. A Escola de Sagres atuou de forma corajosa e muito ousada visto que, além de lançar Portugal aos perigos marítimos, havia os perigos terrestres, o enfrentamento dos islâmicos na África foi muito sangrento e penoso.

Para Pinto (2002), a coroa desafiou a alta nobreza seus interesses e os interesses do clero, porém, não nos alinhamos a essa percepção do autor pelos seguintes motivos, havia fidalgos portugueses que atuaram no financiamento da empresa marítima, alguns poderiam sim não ter concordado com o empreendimento, mas outros, até o financiavam e exploravam as terras conquistadas. Sobre a igreja, para o clero era também um investimento a longo prazo, que significava um considerável aumento de fiéis. As bulas emitidas pela

igreja e o Tratado de Tordesilhas demonstra o apoio concedido por parte da Igreja, o que gerou revoltas em outros reinos europeus como França e Inglaterra após o Papa ter dividido “o mundo entre Portugal e Espanha”.

Para quem pensa que a realeza portuguesa foi muito cruel e tirana ao sacrificar milhões de vidas, desde o período das guerras de reconquista até o período das colonizações, vamos trazer à tona algumas informações que contrapõe esta concepção. Ao pensarmos com os padrões de sociedades que temos atualmente seria fácil, e ao mesmo tempo injusto, criticar a conduta da família real atuante no Projeto de Sagres, mesmo no tempo que a antecede.

A vida das pessoas pobres não tinha muito valor, o cenário dos séculos XIV-XV era sombrio e devastador. Havia muitas mortes pela fome, peste negra, guerras e a escravidão. A nobreza era peça chave nesse contexto, saqueavam, matavam aprisionavam homens em conveses e os faziam remar algemados em um destino incerto. Os príncipes europeus nasciam do século XV nasciam presenciando essas situações e se habituavam a isso com certa normalidade quando adultos ou mesmo ainda jovens faziam isso com naturalidade, na época as regras da nobreza eram essas.

D. João I, a rainha Felipa e seus filhos não fugiam a esse contexto, estavam intrinsecamente ligados às normas de convívio daquela época. Naquele cenário se encontravam os demais membros das realezas espalhadas pela Europa.

Quando os infantes D. Henrique e D. Pedro começaram a praticar o corso e escravizar os africanos, tal fato já não era novidade, era um fator comum no continente europeu. Dessa forma, se assim não fizessem, corriam grande risco de serem vistos como fracos, tolos, medrosos e despreparados.

Os portugueses conviveram com os árabes por muito tempo na península Ibérica, o que permitiu que eles aprendessem com eles as atividades de pirataria e as aperfeiçoasse. Os corsários árabes, quando aprendiam os navios portugueses, estipulavam o valor do resgate dos sobreviventes para quem tinha condições de paga-lo e, os demais, que não tinham as mínimas condições econômicas para tal circunstância, eram vendidos no mercado de escravos. Quando a situação era oposta, os corsários portugueses faziam a mesma coisa correspondendo à cultura militar daquela época.

Exigir que Portugal colocasse fim a violência daquele tempo era pedir muito, pois nem mesmo os Grandes Impérios como Grécia, Macedônia, Pérsia e Roma conseguiram esse feito no curso da história. A Europa estava mergulhada em um mar de sangue e sofrimento, e seus povos acreditavam que no futuro a situação ainda iria piorar.

Devido às novas conquistas foram surgindo, aos poucos, mudanças culturais, políticas e sociais, que delineava novos contornos, ao decorrer de dois séculos a partir da conquista de Ceuta já era possível notar grande diferença em relação à violência, embora os navios negreiros e a escravidão ainda alimentavam assombrosas situações de torturas e maus tratos, diminuindo assim o tempo de vida dos escravos. Digamos que Portugal deu sua colaboração nesse sentido, ainda que de forma inconsciente inicialmente, e a Inglaterra, com a ascensão de sua burguesia, colaborou mais ainda para abrandar aquele cenário.

Contudo, os portugueses não foram influenciados somente pelas práticas de pirataria dos árabes. Em aproximados 700 anos d.C. os árabes herdaram dos celta-romanos habilidades artesanais de trabalharem com a madeira, metais e com a pedra. Eles teciam redes, cordas e tecidos, fabricavam vários artefatos para embarcações de navegação, legado o qual contribuiu para que, através da convivência ibérica com os árabes, os portugueses aperfeiçoassem essas técnicas e as usassem para intensificar as navegações.

Historiadores e especialistas registram que a presença árabe na península tinha "aportado" adaptações e inovações já testadas no oceano Índico e que ajustavam esplendidamente às técnicas de navegação do país. (PINTO, 2002, p. 160).

Não pode ser esquecido também que o legado, político, comercial, terrestre e marítimo deixado por D. Dinis, foi de extrema importância para a fluidez da expansão além-mar, por isso o sucesso do Projeto de Sagres está relacionado a uma conjuntura inclusive do passado. Portugal já estava propenso para as navegações, ele foi ao longo de mais um século preparado para isso, e assim conseguiu agilizar seu empreendimento marítimo com tamanha eficiência.

Apesar de a vizinha Espanha ter o mesmo propósito colonizador dos portugueses, ela teve o reino de Granada como travamento no seu egresso nas navegações. Quando a Espanha iniciou suas navegações com certo atraso em relação ao seu vizinho Portugal, ela não se saiu tão bem quanto ele.

Os portugueses se mostraram mais criativos e competentes. O contanto com os árabes e uma herança histórica muito parecida conseguiram resultados que merecem destaque, como foi o caso da “descoberta da América” por Cristóvão Colombo no ano de 1492.

Granada atrasou muito os estudos navais espanhóis e o aprendizado empírico de navegar, comparado aos portugueses, sem falar que Portugal desde a época de D. Dinis foi se preparando estrategicamente para o mar. Isso foi um fator bastante favorável aos portugueses, que permitiu as conquistas de territórios ultramarinos antecipadamente, não correndo o risco de os espanhóis terem encontrado e conquistado primeiro.

Portugal e Castela, no século XV, já passaram a disputar as terras além dos mares e, posteriormente, com a unificação da Espanha, em 1492, a rivalidade se tornou ainda maior. Eles se tornaram grandes competidores marítimos com notáveis conhecimentos e habilidades náuticas que causavam inveja a outros países.

Não é à toa que na historiografia aparece a expressão: “divisão do mundo entre Portugal e Espanha” pelo Tratado de Tordesilhas. Ambos rivais, entretanto mais ferrenhos e intoleráveis com os outros territórios, não conviviam bem com a ideia de outros países entrarem nessa competição.

Em resumo, a frase mágica seria: “não nos gostamos nem um pouco”, mas odiaremos com todo nosso rancor, à exceção de Roma e da Inglaterra, qualquer outra nação que queira se aproximar de nossa *exclusiva competição marítima*. (PINTO, 2002 p. 174).

Sobre o projeto de Sagres e todas as informações decorrentes, na era das navegações “portuguesas dos descobrimentos” essas informações eram extremamente sigilosas, havia uma ferrenha política de segredos por parte da coroa e da Ordem de Cristo referente a tudo que fosse a respeito de conhecimentos náuticos, rotas e descobertas. Muita coisa não fora descoberta até os dias atuais, e as informações que eram reveladas, somente eram

colocadas em pauta em momento oportuno, para posteriormente serem reveladas oficialmente, como foi o caso do Brasil.

A política de segredos, adotada pela família real, está associada a um forte argumento sobre a não existência da Escola de Sagres enquanto instituição de ensino formalizada. Este codinome, pelo o que aparece nas fontes historiográficas, está relacionado ao centro de estudos em Sagres criado por D. Henrique e os demais de sua família e aos núcleos de estudo a ele vinculados. Assumir a uma escola naval, formalmente, naquela época era o mesmo que dar um tiro no pé, pois os frequentadores do centro de estudo em Sagres obedeciam rigorosamente aos critérios de seleção da coroa portuguesa, onde os principais fatores eram a confiança e o sigilo.

Portugal, mesmo antes de Afonso V, já dificultava o máximo possível o acesso a registros sobre navegação. O vazamento de informações a esse respeito era visto como um enorme despreparo e infantilidade da parte dos membros do centro de estudos, principalmente pelo rei D. João I, dessa forma evitou-se assumir formalmente e publicamente a Escola de Sagres.

Por esses motivos ressaltamos que, por falta de documentos autênticos que comprove a existência desta escola formalmente fundada e reconhecida majoritariamente pelos historiadores e estudiosos do tema, decidimos nos alinhar a versão que a escola, enquanto instituição formalizada, nunca existiu e que a expressão, Escola de Sagres, está ligada diretamente ao centro de estudo em Sagres e o seu projeto expansionista. Porém, acreditamos que os estudos náuticos eram sim realizados em Sagres, e o que ocorria ali poderia ser considerado como um laboratório naval ou como um centro de estudos, como aparece na obra de Pinto (2002), naquele local, onde mesclava-se teoria e prática.

Não podemos deixar de crer também que estudos náuticos e o frutífero aprendizado de navegar se davam a bordo dos próprios navios, com a combinação de todas as informações que conseguia-se acumular, somadas à própria prática de navegar, ou seja, pelo *modus operandi*. Os autores, JOÃO (2005); Pinto (2002); Souza (1953); argumentam que a Escola de Sagres, enquanto instituição formalizada, nunca existiu. Esta primeira autora traz dados muito interessantes sobre a inexistência desta escola naval.

Um manuscrito deixado inédito por Duarte Pacheco Pereira veio a acrescentar um elemento importante para a lenda da escola. Menciona que o infante mandou vir da ilha de Maiorca um mestre Jácome, especialista em cartas de marear, para ensinar seu ofício aos Portugueses. (JÓAO, 2005, p. 410).

Segundo a autora, o cronista João de Barros repete esta informação em seus escritos. Ela faz menção ao sucesso dos empreendimentos marítimos portugueses como fruto de muito trabalho, esforço e estudo e que, D. Henrique procurava se informar a todo o momento sobre o assunto. Ele lia os livros antigos à procura de informações sobre os povos da antiguidade que trilharam os caminhos da navegação, na intenção de conhecer mais sobre as rotas marítimas.

O infante passou a residir na região do Algarve após a conquista de Ceuta, ele possuía residências em: Raposeira, Lagos e, a partir de 1451, escolheu em Sagres ao sul do Cabo de São Vicente, um território que era conhecido também como; *Sacrum Promontorium*⁶. E ali D. Henrique construiu, então em Sagres, a vila chamada Terçanabal, que ficou também conhecida como vila do infante, local de seu falecimento, em 13 de novembro de 1460. O objetivo era abrigar os barcos de mercadores que vinham do mediterrâneo, vitimados pelos temporais e pegos de surpresa pelos mouros, ali eram lhes oferecido tranquilidade e conforto espiritual.

A referência à expressão Escola de Sagres, se relaciona não só no sucesso dos empreendimentos marítimos portugueses, mas principalmente à figura do Infante D. Henrique e o fato de ele ter residido em Sagres. De acordo com Souza (1953), os especialistas em navegações, cosmógrafos, cartógrafos, matemáticos, pilotos etc. se reuniam, na verdade, em Lagos para realizarem estudos navais e trocar experiências, era lá que iam habitar os técnicos que ensinavam aos pilotos e demais tripulantes noções rudimentares de navegação e não em Sagres.

A Escola de Sagres foi uma lenda criada por poetas românticos portugueses do século XIX. Na verdade, foi do porto de Lagos, no sudoeste de Portugal, que a Ordem de Cristo, liderada por d. Henrique, deflagrou a expansão marítima do século XV. (CALDEIRA, 2016, s/p).

Nunes (2012) afirma que, após a tomada de Ceuta diante das dificuldades de abastecimento, o infante D. Henrique não viu outra solução se

⁶Sacrum Promontorium significa Cabo Sagrado, esse nome lhe foi atribuído pelos povos antigos.

não realizar percursos marítimos constantes entre Lagos e Ceuta. Diante das circunstâncias criou-se uma estrutura para manutenção da Cidade de Ceuta, levando ao recrutamento de homens e embarcações para a finalidade de abastecer e dar proteção à praça conquistada. É nesse contexto começaram as primeiras viagens de exploração e a prática do curso sob o comando do infante.

Lagos funcionava como porto de armamento, era uma vila portuária povoada, ao contrário de Terçanabal que era despovoada, contribuindo para que o infante convivesse muito pouco com as pessoas em seu cotidiano. No texto de Caldeira (2016), Lagos aparece como um porto cosmopolita onde frequentavam os navegadores alemães, venezianos, dinamarqueses, os monges vindos de Jerusalém, mercadores do Timbuctu, atual Mali, caravanas do Saara, astrônomos judeus e os cartógrafos italianos. O autor revela que D. Henrique passava grande parte do seu tempo em Lagos e em Tomar.

“Rebello numa série de artigos no *Archivo Pitoresco*, em 1866, refere o “desterro voluntário e laborioso de Sagres” e a quase solidão em que vivia o infante”. ((Apud JOÃO 2005, p. 414). Mesmo com pouco povoamento, Sagres recebia embarcações mercantes, assim como os demais portos do Algarve, que recebiam os navios venezianos, catalães, maiorquinos e genoveses.

Um fator que exalta a figura do infante é a alcunha de D. Henrique, o navegador que aparece na historiografia e que é criticado nas obras de Bastos (2012) e João (2005). As autoras dizem que este apelido se deu sem ao menos o infante ter participado de uma navegação se quer. Entendemos isso como um exagero, pois o infante participou da conquista de Ceuta e de Tânger e para isso ele teria de ter navegado e cruzado o estreito de Gibraltar. O que pode ter acontecido é de D. Henrique ter navegado muito pouco pelos arredores do norte da África, não passando da navegação de cabotagem.

Em algumas obras, D. Henrique aparece como um sábio amante solitário dos estudos náuticos. Em outras aparece sendo criticado pela justificativa de que o nacionalismo português exagerou na construção de sua imagem, incluindo cronistas e historiadores como principais responsáveis pela construção exacerbada da inteligência e das habilidades do infante. Porém, é preciso refletir sobre a permanência dos territórios conquistados no norte da África e o aparato naval que se instituiu na sua época, que possibilitou o seu

objetivo após quase quatro décadas de sua morte, que era de chegar até as Índias e a chegada ao Brasil oficialmente em 1500.

Um homem que estava à frente da Ordem de Cristo e dos descobrimentos marítimos não poderia ser tão despreparado. Reconhecemos certo exagero sim, na construção de sua imagem, mas reconhecemos os seus méritos, afinal, naquela época era extremamente difícil navegar na idade média, poucos dominavam com perícia os equipamentos navais e as embarcações não eram tão sofisticadas, assim como estamos acostumados atualmente. A navegação à vela foi a responsável pelas novas descobertas e por Portugal ter se constituído um Império e, na época de D. Henrique, houve grande investimento nesse tipo de embarcação.

O momento era extremamente delicado, além de investimentos marítimos, havia o campo militar e os combates contra os mouros na África sob a ameaça constante de os Islâmicos voltarem a ocupar a Península Ibérica. Lembrando que, ainda havia muçulmanos em Granada, fatores que, sem dúvida, assombravam os portugueses e espanhóis.

Os navios dos empreendimentos africanos costumavam regressar no porto de Lagos e lá é que solucionavam os problemas em decorrência de ventos fortes, das correntes marítimas e do mar agitado, devido ao avanço para o sul da África. “Sendo assim, é evidente que Lagos era o local para onde convergiam os experimentados marujos que ministravam praticamente aos interessados a arte de navegar à vela”. (SOUZA, 1953, p. 186).

No texto de Souza (1953), o autor cita o historiador português; Francisco Fernandes Lopes, que tratou deste assunto em um Congresso em Córdoba e disse que para navegar a cabotagem não era necessária tanta perícia assim, e, que os jangadeiros portugueses, com muito pouca instrução e embarcações rústicas, navegavam de norte a sul da costa africana com uma notável habilidade. Segundo esse historiador, não era necessário o conhecimento científico que D. Henrique e a esquadra portuguesa possuíam para navegar nos arredores da África.

A síntese deste historiador desconsidera as dificuldades de navegar no Oceano Atlântico e no Índico. Encontramos contradições no próprio texto de Thomaz Oscar Marcondes de Souza, quando ele diz que os problemas de navegação eram resolvidos em Lagos devido aos avanços para o sul africano.

Se as embarcações da esquadra portuguesa, que eram melhores arquitetadas, já apresentavam problemas com o avanço para o sul, imaginem as embarcações rudimentares, como disse Francisco Fernandes Lopes. Não podemos ser coniventes com a exaltação da imagem de D. Henrique, mas também não podemos ser injustos tirando o seu mérito e de todos os que participaram com eficiência dos descobrimentos.

4.2 EQUIPAMENTOS E CONHECIMENTOS NÁUTICOS

Vamos compreender agora um pouco dos conhecimentos náuticos próprios do século XV e das formas de navegação dessa época. Os conhecimentos navais e as práticas de navegação utilizadas no Mediterrâneo precisaram sofrer transformações. Segundo Nunes (2012), na primeira fase da expansão marítima as cartas – portulano e os métodos de navegação foram os mesmos utilizados nas navegações do Mediterrâneo e por um trecho curto do atlântico, entre Portugal e França, devido às relações comerciais com Flandres.

As cartas portulano eram baseadas em relatos orais dos navegadores, de acordo com suas experiências. É obvio que existia uma relação de confiabilidade nas informações prestadas pelo navegador relator para que fosse feito o mapeamento. No entanto, nessas cartas não estavam presentes os cálculos e a escala de latitude e longitude. Essas cartas serviam para demarcar as posições dos portos, os rumos dos ventos e os pontos que interessavam aos navegadores.

Nesta primeira metade do século XV percebe-se o uso da agulha magnética, por meio do método rumo e da estima, muito utilizada na navegação do mediterrâneo. Porém, é preciso levar em consideração de que as navegações eram consideradas curtas e os erros que aconteciam na estima eram de fácil reparação na aproximação da costa. Contudo, esse método não funcionou no Atlântico como funcionou no mediterrâneo.

Durante o dia o navegador não tinha as estrelas para a orientação do Norte daí surge a necessidade em se utilizar a agulha magnética, que sinalizava sempre para o norte magnético. Esse instrumento, como tantos outros, não foi criado pelos portugueses, é importante ressaltar que a China já fazia uso dele muito tempo antes.

A agulha magnética utilizada pelos portugueses no século XV tinha circulação livre sobre a rosa dos ventos com 32 rumos com separações de $11,25^\circ$ entre eles. O preparo magnético das agulhas era da seguinte forma, elas eram cevadas com as pedras de cevar originárias de Portugal na zona do Alvito. A pedra era friccionada e colocada em contato com a agulha de aço, e assim ocorria a magnetização. O magnetismo das agulhas precisava ser renovado de tempos em tempos.

Além da agulha magnética (bússola) era utilizada pelos pilotos a tabela numérica chamada de: Toleta de Marteloio. Tal tabela permitia ao piloto uma melhor compreensão do percurso.

Luciano Pereira da Silva apresenta a explicação do modo de trabalhar com esta tabela. Tem duas entradas para saber o «avançar» e o «alargar» do navio quando o mesmo fazia um rumo desfazado de uma determinada quantidade de quartas do rumo directo entre dois pontos. A segunda parte da tabela permitia determinar o «avançar» e o «alargar» para compensar o afastamento inicial do navio. (NUNES, 2012, p. 38).

Figura 1- toleta de marteloio.

largar.	avançar.	avançar.	secretorio.
p. una quarta.	.20.	.98.	p. 1 ^a quarta. .51. .5.
p. do. quartu.	.38.	.92.	p. 2 ^a q. .26. .22.
p. tre. quartu.	.55.	.83.	p. 3 ^a q. .18. .15.
p. quatro. q.	.71.	.71.	p. 4 ^a q. .14. .10.
p. cinco. q.	.83.	.55.	p. 5 ^a q. .14. .6 $\frac{2}{3}$.
p. six. quartu.	.92.	.38.	p. 6 ^a q. .11. .4.
p. sete quartu.	.98.	.20.	p. 7 ^a q. .10 $\frac{5}{1}$. .5 $\frac{1}{10}$.
p. oito quartu.	.100.	.00.	p. 8 ^a q. .8. .000.

Fonte: (NUNES, 2012, p.39).

Diante da pretensão portuguesa de adentrar o sul da África buscando novas praças de exploração, e a necessidade de navegar nesse sentido, os pilotos se deparavam com novas características climáticas. Se não bastasse o Oceano Atlântico possuir águas extremamente agitadas, os ventos não favoreciam muito a navegação costeira.

Pelo contrário os ventos forçavam a navegação para longe da costa, e na volta para a região norte, sopravam ao contrário dificultando o retorno das embarcações. “Foi assim que se deu a descoberta da volta da Guiné ou volta da Mina, com longos períodos de navegação longe da costa”. (NUNES, 2012, p. 39).

Como observamos essa “descoberta” foi em consequência de um imprevisto ocasionado pelo fato de que, para superar as dificuldades de navegar contra o vento, os pilotos iam para longe da costa para seguirem a favor do vento. Nuno Tristão teve dificuldades em Guiné, por se tratar de uma situação inesperada, houve violentos ataques dos indígenas a sua embarcação e muitos homens morreram, incluindo navegadores experientes.

Os pilotos se afastavam da costa esperando uma melhor oportunidade de posicionar seus navios a favor do vento. Esta situação exigiu a troca da navegação de rumo e estima pela navegação astronômica.

Desde a antiguidade o cientista grego Ptolomeu (matemático e astrólogo), havia realizado estudos geocêntricos e cartográficos que circulava pela Europa através das diferentes versões impressas no Tratado da Esfera de Sacrobosco, publicado no livro Repertório dos tempos. Como podemos perceber, algumas informações sobre astrologia antecederam aos árabes, e os portugueses não mediam esforços para juntá-las em toda parte para o aprimoramento da arte de navegar.

Através desses escritos os marujos já sabiam sobre a posição da Estrela Polar no espaço celeste alinhada ao polo norte. “A estrela descrevia uma circunferência em torno do norte geográfico e através dela era fácil saber a direção do norte geográfico”. (NUNES, 2012, p. 40). Com base nesses conhecimentos e os cálculos de latitude e longitude era calculado e convergido o percurso em léguas através da diferença de altura entre o ponto de partida e o da chegada e, para isso, utilizava-se o quadrante.

Vamos conhecer um pouco melhor esse instrumento náutico, que foi muito utilizado nas navegações pelos portugueses e pelos espanhóis. Há indícios que este instrumento existia desde o século IX, esses indícios

aparecem nos textos dos árabes e no século XII chega a Europa em Montpellier⁷ com o nome de *Quadrans Vetus*.

Ele possui 90° de um círculo geralmente construído em madeira. O fato de ele ser feito de madeira facilitava o uso deste instrumento, pois era leve. O observador visualizava a estrela através das pínulas e das fendas do centro. “Do ponto de confluência das arestas do quarto de círculo pendia um prumo que indicava ao observador o valor dos ângulos verticais”. (NUNES, 2012, p. 57).

Figura 2- quadrante aos olhos do observador.



Fonte: Disponível em: <http://www.imagick.com.br/?p=20531>. Acesso em: 04 mar. 2017.

No começo do século XVI o quadrante ainda permanecia a bordo dos navios, a frota de Fernão Magalhães mesmo ainda o utilizava nesse período. No século XVII ele ainda aparecia nos tratados de navegação.

De acordo com Nunes (2012), na navegação, a distância entre dois pontos era medida pela conversão do grau de latitude em distância. Para isso utilizava-se o sistema de medida em léguas, que permitia fazer a conversão da diferença angular em léguas percorridas.

Vale ressaltar que, é preciso considerar os parâmetros definidos em relação aos valores referentes ao grau de meridiano que, no século XVI, era igual ao grau do equador e também para todas as latitudes. Os regimentos

⁷ Comuna localizada no sul da França.

anteriores a este século são desconhecidos, segundo diz NUNES (2012). Entretanto, o autor menciona que, o grau de $16\frac{2}{3}$ léguas por grau de meridiano, levanta a suspeita que seja anterior ao século XVI. Pois, no início do século XVI, a medição era realizada em torno de 18 léguas.

Não só a Estrela Polar era utilizada para calcular a direção do Norte, utilizavam também como referencial a constelação da Usa Menor, ambas serviam como relógio aos navegantes. Quando notaram seu movimento cíclico passaram a calcular a hora noturna de acordo com as posições que as estrelas se moviam, a Estrela Polar funcionava como o eixo e a Ursa Menor como se fossem os ponteiros do relógio.

Através da Estrela Polar determinava-se a latitude do lugar que a embarcação estava, isso era feito sem que fosse necessário o piloto saber a distância entre o local do navio e o porto do qual saiu. Desde o século XIII já era sabido que a altura da Estrela do Norte oscilava de acordo com a latitude.

Os astrónomos sabiam que a Ursa Menor, ou Buzina¹⁹, era uma constelação circumpolar e que a estrela polar tinha uma diferença angular em relação ao Pólo do mundo. A diferença entre o pólo Boreal e a estrela Polar no século XVI, era maior do que a diferença actual, estima-se que seria aproximadamente de $3^{\circ} 30'$. Todavia, as opiniões dos cosmógrafos divergiam sobre o real valor. Contribuíam para essa confusão os instrumentos pouco precisos utilizados nas observações astronómicas. A título de exemplo, Pedro Nunes defendia um valor de $4^{\circ} 09'$ ou $4^{\circ} 10'$.²⁰ (NUNES, 2012, p. 40).

Para auxiliar os pilotos na localização era utilizado o regimento do Norte, eram regras práticas que funcionavam para correção da altura instrumental da Estrela Polar, que indicavam ao piloto qual incremento angular a ser adicionado ou subtraído para que a correção fosse feita. Como explica Nunes (2012), a navegação pela estrela Polar fazia com que os navegantes compensassem a diferença entre a estrela e o polo. Para isso, era realizado o seguinte procedimento: no momento em que a Estrela Polar passava pelo meridiano do lugar era só subtrair ou adicionar o valor de $3^{\circ} 30'$, de acordo com que a estrela estivesse acima ou abaixo do polo.

Contudo, havia um detalhe que dificultava esta correção, nem sempre a Estrela Polar estava no meridiano do lugar. Por isso foi criado o regimento do Norte⁸, com o objetivo de auxiliar os navegadores pois, mostrava aos navegadores os parâmetros para correção entre o observado e o instrumento.

⁸ Geralmente representado graficamente.

Para isso era necessário considerar as posições relativas entre a Estrela Polar e a guarda dianteira da Ursa Menor no firmamento.

Em relação à medição da latitude através do Sol, ela ocorria da seguinte forma:

[...] para determinar a latitude recomenda a medição da altura do Sol no momento da passagem meridiana ou meio-dia. De seguida, o observador devia corrigir a altura observada através da adição ou subtração da declinação do sol, conforme o astro se encontrasse a norte ou a sul do equador. Por fim o observador subtraía a altura corrigida a 90° para assim saber a sua latitude. (NUNES, 2012, p. 43).

Portanto, este cálculo tinha maior precisão apenas nas cidades localizadas nas mediações do Hemisfério Norte. Observando que, para obter a latitude através da observação do Sol, era preciso ter conhecimento de sua declinação, levando em consideração que o Sol apresenta um percurso de translação anual aparente em volta da Terra chamado de Eclíptica e, o plano da Eclíptica se encontra inclinado em relação ao equador da Terra. No decorrer do ano o Sol ocupa diferentes posições na Eclíptica e a sua declinação⁹ sofrerá variáveis a partir de 0° referente aos equinócios¹⁰ indo até o valor máximo de $23^\circ 27'$, que corresponde aos Solstícios¹¹. Há uma diferença angular do Sol fora dos equinócios em relação ao equador, que é a declinação, por isso é necessário à correção utilizando este valor, para corrigir a medição da altura do astro. (NUNES, 2012, p. 43).

Para auxílio da correção da Altura do Sol feita pelos pilotos, os astrônomos copiaram tabelas representando sua localização e declinação observada no instrumento. Os portugueses usaram as primeiras tabelas com a finalidade de navegação do *Almanach perpetuum*, de Abraham Zacuto, que foram traduzidas do hebreu para a língua latina em 1496.

Entre as cinco tabelas presentes no *Almanach perpetuum*, quatro mostravam o local do Sol no Zodíaco anualmente, apenas uma tabela revelava

⁹ A declinação do Sol é o arqueamento que vai do Sol ao Equador da Terra.

¹⁰ Equinócios: é o momento em que o Sol em seu movimento aparente ultrapassa o Equador equiparando a duração do dia com a noite. Ou seja; o dia e a noite terá a mesma duração em épocas que esse movimento ocorre. Os Equinócios marcam o início da primavera e do outono de acordo com o Hemisfério e também marcam o início do verão e do inverno de acordo com o Hemisfério.

¹¹ Solstício: é o momento em que o Sol alcança sua declinação máxima ou mínima de acordo com cada Hemisfério. Assim como os equinócios ele ocorre duas vezes ao ano.

a declinação do Sol em relação a sua localização no Zodíaco. Elas eram correspondentes ao primeiro grupo quadrienal de 1473-1476. Através dessas tabelas e das suas referidas datas quadrienais se pode encontrar o posicionamento do Sol em outros grupos quadrienais subsequentes. Para isso bastava fazer a correção angular de quatro em quatro anos.

A partir daí surge o regimento do Sol que permitia ao observador utilizar as operações matemáticas indicados nas tabelas, adição e subtração, no tocante à declinação do astro, para a realização da correção da altura instrumental observada. O regimento do Sol era extremamente importante para o cálculo da altura do Polo e da latitude durante a passagem desta estrela pelo meridiano.

O regimento do Norte foi bastante utilizado nas navegações do mediterrâneo e também nas navegações ao norte da linha do Equador mesmo no Atlântico. O problema surgiu ao sul da linha do equador, pois, no Atlântico sul a estrela do norte (Polar) desaparece aos olhos dos navegadores, não tendo como ser mais visualizada.

A partir daí surge o improviso português utilizando como referência astronômica o Cruzeiro do Sul, conhecido também como Carro. Porém, havia uma discrepância em relação ao Polo de mais ou menos 30°. “Embora apresentasse uma grande diferença para o Pólo, o alinhamento das estrelas (Crucis ou pé) e (cabeça) da constelação apontavam o Pólo motivando o interesse dos navegadores”. (NUNES, 2012, p. 44).

Como os pilotos e marinheiros em viagens longas passavam muito tempo a bordo dos navios havia a necessidade de medir o tempo de bordo e, para medir esse tempo, entre outras finalidades, surge a utilização das ampulhetas e nocturlábios.

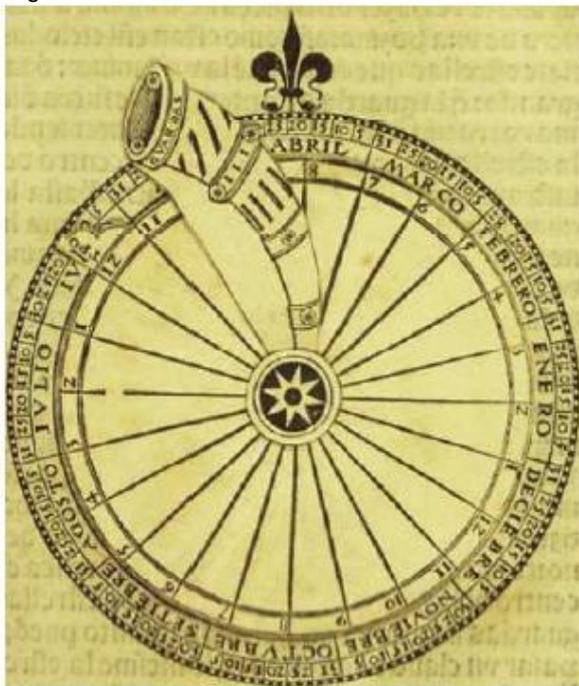
No século XV havia ampulhetas de uma e de meia hora a bordo dos navios e com elas, aconteciam os erros de manuseios que não eram precisos, na viragem das ampulhetas ocorriam erros do tripulante incumbido pela execução desse serviço. A ampulheta era virada frequentemente com antecipação, ou seja, antes da areia escorregar totalmente para a parte de baixo, ou com certo atraso depois que já fazia algum tempo que a areia havia passado totalmente para a parte de baixo.

A ampulheta passou a ser utilizada também para medir a relação entre tempo e distância percorrida, assim poderia se ter uma previsão entre um ponto e outro. Mas como havia os erros de virada da ampulheta o tempo medido entre um lugar e outro oscilava de embarcação para embarcação.

Embora se tratasse do mesmo percurso ele poderia sofrer variações de tempo e até mesmo pelas condições naturais ou do próprio percurso sendo impossível a passagem do navio pelo local idêntico o da viagem anterior, pelas diferentes embarcações utilizadas no trajeto e suas cargas. Mas, apesar de tudo isso, era possível ter se uma melhor previsão entre tempo e distância.

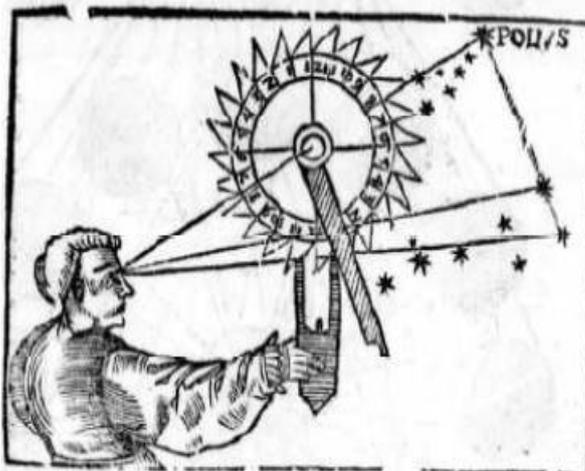
Vamos agora, as características do nocturlábio, instrumento gráfico de madeira que permite a visualização da hora noturna, através das posições da constelação Ursa Menor. O instrumento possui desenhos gráficos em seus dois lados, e na parte da frente, ele possui três discos. No primeiro há uma escala dos doze meses que compõe o ano, com divisões de cinco em cinco dias. No segundo disco ele tem a escala de horas, que gira iniciando a contagem do dia. E o último é o disco que orienta o posicionamento relativo das constelações usadas.

Figura 3-nocturlábio.



Fonte: (NUNES, 2012, p. 56).

Figura 4: Nocturlábio aos olhos do observador



Fonte: (NUNES, 2012, p. 57).

A explicação para a escala com meses e dias impressas no nocturlábium é devido o movimento de translação da Terra em relação ao Sol diminuir o dia sideral em três minutos e cinquenta e seis segundos em comparação com o dia civil. Na conversão do dia sideral para o dia civil é preciso a Terra girar um grau a mais para ao final de cada dia para se transformar em dia civil.

Referente ao manuseio do nocturlábium, vejamos a explicação abaixo:

O processo era bastante simples. Apontava-se o centro do instrumento para a Estrela Polar. Rodava-se então o círculo menor, para que o seu ponteiro coincidisse com a data, e rodava-se o ponteiro maior até que apontasse para a Kochab¹². Este ponteiro indicava as horas, lidas directamente no círculo menor. (Portal do Astrônomo s/d.).

Vamos agora compreender um pouco sobre o Astrolábium, utilizado pelos portugueses para calcular a latitude e também definir a hora. Os lusos adaptaram o astrolábium adequando-o às condições práticas de uso, desejada.

O astrolábium náutico é uma derivação do astrolábium planisférico, e o astrolábium planisférico é uma derivação do astrolábium esférico. O astrolábium esférico era muito grande e por isso de difícil transporte. O mesmo era uma demonstração esférica do céu, ele foi adaptado poder ser transportado com maior facilidade, surgindo então o astrolábium planisférico. Neste último um conjunto de anéis projetava o céu e tinha funções mais amplas, o astrônomo, através dele, poderia prever movimentos astronômicos e realizar cálculos de

¹² Kochab: estrela da Ursa Menor que ajuda compor o ponteiro do relógio astronômico, localizada na guarda dianteira do firmamento da Ursa.

astronomia judiciária, considerada de grande importância para a medicina judiciária¹³ e vivência social.

Figura 5- astrolábio planisférico.



Disponível em: <http://www.iar.unlp.edu.ar/divulgacion/activ-03.htm>. Acesso em: 05 de mar. 2017.

Contudo, no uso do astrolábio planisférico havia um problema, os navegadores não tinham conhecimento compatível com o instrumento e por isso tinha dificuldades de manuseio. Para navegar não era preciso muito mais do que identificar a altura dos astros e por isso as informações que não seriam utilizadas foram retiradas do astrolábio planisférico.

¹³ Astronomia judiciária: observando o céu ela estuda os corpos celestes e a natureza do se humano buscando compreendê-la, acredita-se que os astros têm influência sobre as doenças dos humanos.

Foi assim que surgiu o astrolábio náutico, simples e prático atendendo as necessidades de navegação da época. O material de que era feito variava entre metal (bronze) e madeira.

Figura 6- astrolábio náutico.



Disponível em: <https://matematicasycosmos.wordpress.com/2013/12/21/el-astrolabio/>. Acesso em: 05 mar. 2017.

Quando o mar estava agitado os cálculos com o astrolábio se tornavam mais difíceis. Mestre João ao acompanhar a esquadra de Pedro Álvares Cabral descreve ao rei Manuel as dificuldades de encontrar a latitude a bordo do navio, alegando que o galeio do navio fazia com que ocorresse um erro de medição de 4° ou 5° , e que era melhor que se fizesse o procedimento em terra firme. Como se não bastasse o balanço, o pequeno navio estava muito carregado, a ponto de atrapalhar o posicionamento do observador e o astrolábio.

A pesagem do sol era a designação dada à determinação da altura do astro através do instrumento e destinava-se ao cálculo da latitude do lugar. O método de obtenção da latitude do lugar por observação da altura do astro exigia uma observação no momento em que o meridiano do astro fosse coincidente com o meridiano do lugar. (NUNES, 2012, p. 44).

Pedro Nunes observou que o astrolábio possuía uma imperfeição na distribuição de massa, para ele a construção do instrumento era incorreta e por

isso, apresentava um desvio na vertical que comprometia a qualidade das observações.

4.3 OS SACRIFÍCIOS DE NAVEGAR NO ATLÂNTICO

Como podemos notar os instrumentos náuticos e os cálculos realizados através deles e dos astros não ofereciam resultados de alta precisão. Dificilmente os navegadores portugueses elevariam Portugal ao status de pioneiro das navegações no curso da história somente com as técnicas de navegação, seja com a parte teórica, seja com a prática ou com a combinação das duas.

Para serem reconhecidos historicamente como os senhores dos mares, os portugueses tiveram que ir além dos conhecimentos marítimos, isso inclui os conhecimentos astronômicos, obviamente. A partir de agora trataremos dos sacrifícios que a navegação do Oceano Atlântico impunha aos navegadores.

A ambiciosa missão de encontrar o *Promotório Prassus*, considerado o ponto final da África presente na geografia de Ptolomeu, e também encontrar os caminhos para as Índias e do reino de Prestes, João fez com que os homens, mesmo sabendo que corriam o risco de perderem suas vidas, se alçassem ao mar uns em nome de Deus, uns em busca de dinheiro, alguns apresentavam esses dois fatores juntos e outros somente a mando da coroa, como eram o caso dos escravos ou condenados a prisão.

O caminho para as Índias era um mistério para os portugueses que, por muito tempo, desde a época de D. João I, estava sendo investigado sobre o percurso que os levaria ao ponto comercial mais cobiçado do globo. Em 1487, ainda no reinado de D. João II, entre os meses de Julho e Agosto, saiu do Tejo uma pequena frota com objetivo de fazer um reconhecimento de territórios marítimos pela costa da África realizando demarcações e nomeando os Cabos e as Baías após o último pilar¹⁴ de Cão dando aos locais nomes de santos.

Na flotilha estavam os melhores navegadores, reconhecidos como tais pela própria coroa portuguesa: Bartolomeu Dias, Pedro de Alenquer, João de Santiago no navio de suprimentos, Pêro da Covilhã e Afonso Paiva, os dois

¹⁴ Os navegadores transportavam pilares de pedra para demarcarem os territórios por onde passavam.

últimos, ao chegarem a Alexandria, ardiam em febre. Passados aproximados quatro meses a tripulação começava a sentir os efeitos do Atlântico, navegando a bolinha contra o vento do sudoeste via litorânea, que os arrastavam para o norte.

Os navegadores foram deixando seus embaixadores pelos territórios costeiros, visto que um deles já havia morrido durante a viagem. Já estava chegando ao final do mês de dezembro quando a situação se agravava. Diante das adversidades os navegadores resolveram deixar nove homens junto ao navio de suprimentos ancorados nas praias da Namíbia para serem resgatados na volta.

Após muitos dias navegando sem muito sucesso, contra as correntes marítimas e ventos contrários, as duas caravelas, que seguiam viagem em direção de 29° para o sul, se afastaram da costa africana desolada e com baixas colinas. Baixando as velhas e navegando a meio mastro vão em direção a oeste, em oceano aberto, esperando o momento oportuno para pegarem os ventos favoráveis rumo ao leste.

Tal decisão pode ter sido tomada através das experiências já adquiridas nas navegações de retorno pela costa da Guiné, que levaram os navegadores a ter um conhecimento prévio dos rumos dos ventos, ou poderia ser uma manobra já executada anteriormente.

Isso envolvia um bordejo para o oeste, para longe da costa africana, levando os navios para fora, em um grande arco para o centro do Atlântico, onde eles captavam os ventos que os levavam para leste de volta a Portugal. Talvez, raciocinaram eles, o mesmo ritmo se aplicasse ao sul do Atlântico. Qualquer que fosse a lógica, foi um momento decisivo na história do mundo. (CROWLEY, 2016, p.44-45).

Os navios navegaram mais ou menos uns 1.600 km ficando treze dias a deriva no oceano. Outro agravante foram as latitudes da antártica que fez com que, após as embarcações entrarem naquelas imediações mais homens morressem devido ao frio. Mas, enfim, os ventos se tornam mais variáveis e os navegadores conseguem virar seus navios para o leste e seguir viagem para o sul.

Já cansados de navegar em mar aberto há aproximadamente um mês e sem avistar terra firme, estavam à beira de virarem novamente para o norte quando, no mês de janeiro de 1488, avistaram montanhas altas e, em três de

fevereiro aportaram em um ponto que chamaram de baía das Vacas. Este batismo se deu pelo fato de na hora do desembarque os tripulantes avistaram um grande rebanho de vacas sob vigilância de algumas pessoas daquele lugar.

Já haviam ultrapassado o Cabo das Tormentas e o Cabo das Agulhas que fica no encontro do Oceano Atlântico com o Índico. Esse feito ocorreu devido a grande volta que os pilotos optaram por realizar, com o objetivo de captar ventos favoráveis.

Após a parada naquele local Dias volta a navegar cerca de uns 320 km começando a contornar a ponta da África virando rumo ao nordeste. Já era possível sentir a temperatura da água aumentar quando os homens de Dias, após a chegada e soltura de mais um pilar de pedra a uma baía para demarcá-la no dia vinte de março, clamaram ao piloto a volta até o navio de suprimentos, pois aqueles que estavam a bordo não demoraria a acabar.

Os homens estavam muito debilitados e o pedido clemencia era unanime entre os tripulantes. Apesar de Dias estar no comando ele deveria obedecer às normas de navegação e consultar os demais oficiais sobre assuntos de maior importância.

Como a maioria dos tripulantes optou por não seguir a viagem, o navio então retornou após entrarem em um acordo de navegar por alguns dias e encontrar um rio batizando como Rio Infante levantando mais um pilar de pedra no oceano, apesar da decepção de Dias com seus homens, acreditando estar muito próximo das Índias.

De volta para casa, Bartolomeu Dias avistou o Cabo das Tormentas, nome dado por ele mesmo pela primeira vez, e o atravessou. Este episódio fez com que os portugueses percebessem a contradição da geografia ptolomaica em relação a esfera terrestre. Dias percebeu não só que havia terras além da África, contrapondo a teoria de que o Promotório Prassus era o ponto sul mais longe do mundo, quando descobriu que o Continente Africano possuía rota para as Índias.

Os homens que ficaram nas praias da Namíbia permaneceram lá por cerca de nove meses abandonados com o navio de suprimentos, até que Bartolomeu Dias voltasse a fazer outra viagem circunavegando a África pela primeira vez. Contudo, foram encontrados apenas três homens vivos, na data de vinte e quatro de Julho de 1488, quando esse fato ocorreu.

Enquanto aos espiões do rei, Pêro da Covilhã e Afonso Paiva, que haviam ficado em Alexandria, conseguiram se recuperar da febre e seguiram viagem por conta própria não retornando a Portugal. Eles foram em um barco do Nilo até o Cairo, chegaram ao Mar Vermelho e de lá foram para o Áden. Naquele momento os dois se separaram, Paiva seguiu para Etiópia e Covilhã para a Índia.

Afonso Paiva morreu primeiro, no caminho para Etiópia já Covilhã, estava coletando informações sobre como circunavegar a África e quando pretendia retornar a Portugal com muitas anotações sobre as rotas de comércio do Índico foi encontrado pelos espiões que o rei D. João II enviou a sua procura, sendo eles, um sapateiro, um rabino e dois judeus. Covilhã foi encontrado em meio à multidão no Cairo e a ele foram entregues cartas do rei ordenando seu retorno a Lisboa, porém o seu retorno deveria ser após encontrar o reino de Preste João.

Covilhã escreveu uma extensa carta e entregou ao sapateiro dando detalhes do comércio e da navegação do Índico, mas permaneceu realizando os levantamentos de informações importantes para Portugal. Ele passou por Áden, Ormuz, Meca e Medina até chegar à Etiópia e conhecer o imperador cristão Preste João. Ao chegar à Etiópia foi recebido com honras por um governante chamado Eskender, porém, não permitiu que partisse dali. Os portugueses durante uma expedição o encontraram após trinta anos naquele lugar, onde permaneceu até sua morte.

Os sacrifícios do Atlântico, como se pode perceber, não eram exclusivos do ato de navegar. Havia trabalhos a serem realizados em terra firme envolvendo o trabalho dos embaixadores, de espionagem, militares, entre outros. Essas pessoas enfrentavam situações adversas, em que a vida estava em risco constantemente convivendo com nostalgia, enfermidades, deformações causadas pelo escorbuto durante as viagens, sofrimento, dor, angústia, fome, sede, etc.

4.4 DAS ÍNDIAS PARA O BRASIL

Em 1490 Lisboa estava agitada vivendo a expectativa do contato direto com as Índias, além disso ainda chegavam, pelo rio Tejo, algumas cargas de

escravos, especiarias açúcar e até papagaios. No porto haviam muitos produtos sendo comercializados como por exemplo, amêndoas, limões, nozes, atum, sardinhas, aveia, caldeirões de cobre, tecidos, marfins escravos, etc.

“A cidade era vanguarda das novas ideias a respeito de cosmografia e navegação, o formato do mundo e como ele podia ser representado nos mapas”. (CROWLEY, 2016, p. 59). Esta descrição é baseada na concepção que um sábio alemão chamado Hieronymus Munzer tinha de Lisboa naquela época.

Munzer via Lisboa como uma cidade de maravilhas, ele cita Abraão Zacuto, a criação de um astrolábio realizada por ele, e um livro de tabelas de mapear as posições dos corpos celestes, ele via tudo isso como algo revolucionário para aquele tempo, em se tratando de navegação. O sábio chegou a ver de perto a produção bélica naval, que lhe causou grande espanto e relatou que os armamentos como: escudos, placas peitorais, morteiros, azagaias, canhões, entre outros eram feitos com alta qualidade.

O desejo de se chegar as Índias vai além do plano econômico se estendendo para o campo político expansionista e religioso. Em 1495, logo após D. Manuel I subir ao trono português, ele convoca o conselho geral em busca de apoio para iniciar as expedições rumo as Índias. A intenção era, ao mesmo tempo, controlar o comércio nas Índias, eliminar a fonte de riqueza que proporcionava poder aos sultões Mamluks do Cairo e, tomar a vanguarda das relações comerciais dos bens de luxo, estabelecidas pelos venezianos e genoveses no Oriente.

Crowley (2016) ressalta que, nessa época, devido à queda de Constantinopla, a Europa sentia o cerco fechar, era preciso reagir contra o Islã e o novo Rei não pretendia tardar para iniciar suas investidas as Índias.

O Rei Manuel sofreu forte oposição da nobreza pois, o próprio Rei D. João II havia desencorajado os nobres, alegando que os empreendimentos nas Índias seriam muito arriscados, por serem muito distante e arriscados, diferente das praças marroquinas, a qual estava já habituado em seu reinado a obter as recompensas com maior facilidade.

Manuel mostraria às vezes vacilante e indeciso, mas também podia ser autoritário. Ele alegou uma obrigação herdada de prosseguir nas descobertas

e chamou seu sentimento de missão divina, com o fito de anular todas as objeções. (CROWLEY, 2016, p. 57).

D. Manuel tratou de encarregar o capitão-mor¹⁵ Vasco da Gama de realizar o empreendimento as Índias. Mas antes, demonstrou certa preferência pelo irmão mais velho de Gama, chamado Paulo, contudo, este alegou problemas de saúde ao rei, mas aceitou de embarcar na expedição dirigida pelo irmão mais novo.

A flotilha contou com quatro navios, dos quais dois eram galeões batizados de São Rafael e São Gabriel. Os nomes dos galeões surgiram de uma homenagem que aos arcanjos, diante uma promessa que D. João II fez antes de morrer. As outras duas embarcações se tratavam da caravela Bérrio e, obviamente, o navio de suprimentos.

Os navios, embora em pouco número, estavam muito bem equipados, contando com vinte canhões a bordo. Havia também muitas balas e muitos barris de pólvora. A expedição tinha em seu contingente, vários profissionais como, alfaiates, fabricantes de barris, ferreiros, carpinteiros, artilheiros, soldados, músicos, padres, para em casos de morte proceder conforme as doutrinas cristãs liderando preces e aplicando a extrema unção.

No trabalho de convés estavam vários tipos de pessoas em condições subumanas, as pessoas destinadas ao trabalho pesado eram descartáveis e, mesmo aquelas que tinham suas profissões, como acabamos de mencionar, já era previsto aleatoriamente suas mortes e por isso, elas foram contratadas aos pares para a viagem, pensando nas peças de reposição.

Eram compostos por escravos africanos, órfãos, judeus convertidos e homens condenados, alistados para o trabalho pesado subalterno: puxar cordas, elevar âncoras e velas, bombear água do porão. (CROWLEY, 2016, p. 57).

Vasco da Gama e seu irmão Paulo além de serem muito bem assessorados pelo rei no aparato naval receberam a paga de dois mil cruzados de ouro cada um, para realizarem a expedição as Índias, valor que, para a época, era considerada uma quantia muito alta.

Os marinheiros e os pilotos eram os melhores que Portugal dispunha, eles receberam parte do pagamento adiantado para que pudessem prover o

¹⁵ Capitão-mor é equivalente a comandante.

sustento de suas famílias enquanto tivessem no mar. Os valores pagos a eles estavam acima do que havia sendo pago aos navegadores dos outros países. Todos esses fatores demonstram a importância dada pelo rei ao empreendimento das Índias.

Enfim no verão de 1497, a expedição estava pronta para a partida, com as velas estampadas com a imagem da cruz vermelha da Ordem de Cristo. A flotilha então, sai dos estaleiros para a aldeia de pescadores em Restelo, e de lá se dirigiram para a colina de Montemor-o-Novo. As instruções de navegação, a investidura de comandante da expedição e a benção do rei foram concedidas no topo da colina, onde se localizava o castelo do rei.

Gama foi solenemente investido com o comando da expedição e recebeu um estandarte de seda gravado com a cruz da Ordem de Cristo. Recolheu as instruções: procurar reis cristãos na Índia em uma cidade chamada Calicute, aos quais entregaria uma carta escrita tanto em árabe quanto em português, e estabelecer um comércio de especiarias e “as riquezas orientais tão celebradas por escritores antigos, mas que fizeram potências tão grandes como Veneza, Gênova e Florença”. Outra carta era endereçada ao Preste João. A missão era ao mesmo tempo sagrada e secular, nuanças de cruzadas e rivalidade comercial. (CROWLEY, 2016, p. 66.).

Restelo fica nas margens do rio Tejo em Lisboa e era um ponto tradicional de partida desde os tempos do Infante Henrique. O lugar favorecia os cerimoniais no momento da partida dos navegadores portugueses.

Em uma colina ali perto, havia uma capela deixada por D. Henrique, que fora construída em homenagem a Santa Maria de Belém, era um lugar onde se misturavam momentos de tristeza e de alegria, tristeza na hora da partida, pois esposas e filhos se despediam sem saber se o patriarca iria voltar com vida e, muita alegria quando ocorria à volta do marido ou do ente querido, seja lá o grau de parentesco que fosse.

Em um sábado, datando 8 de julho de 1497, depois de serem realizados os ritos e de muito choro no momento da partida, içam-se as velas das embarcações. Vasco da Gama zarpuou, no comando do navio Gabriel e Paulo seu irmão, a bordo do Rafael. A tripulação da flotilha, somando todos os integrantes, estava em torno de 148 e 166 homens. Ambos os navios possuíam lindas imagens pintadas em suas proas de madeira representando a figura dos arcanjos Gabriel e Rafael.

A partir de agora começa a saga do cavaleiro da Ordem de Cristo, Vasco da Gama, em busca das especiarias em Calicute, cidade indiana localizada na costa ocidental da Índia. A Ordem de Cristo era o braço que fazia valer os interesses da coroa portuguesa, ao mesmo tempo em que fazia valer os interesses da Igreja Católica. Se tratando da expansão da monarquia de Portugal, a Ordem de Cristo foi a representante direta dos reis e do cristianismo, a legitimidade desta ordem estava, sem dúvida, no fator religioso, fator fundamental para justificar a expansão do Império Português através do espírito de cruzada na luta contra o infiel.

As fontes nos levam a sintetizar que o papel da Ordem de Cristo, exercido na era das navegações, estava ligado a uma conjuntura que envolvia a legitimidade, amparada pela religião de combater contra o infiel, de colonizá-lo e de convertê-lo ao cristianismo, o caráter religioso expansionista que, obviamente, tinha como pano de fundo evitar o avanço do Islamismo. Vale apontar que do lado da monarquia, no sentido expansionista, como já comentamos, ela está ligada não só ao fator religioso, mas também a fatores econômicos e políticos.

A Ordem de Cristo era o braço militar e espiritual na era dos descobrimentos, embora que, com o passar do tempo, ela foi perdendo a vanguarda da parte espiritual para as ordens religiosas, inclusive para a Companhia de Jesus, ela foi sem dúvida a grande força colonizadora portuguesa, que falava em nome de Deus e do rei. A mesma foi a grande desbravadora dos mares, organizadora do aparato militar e naval no decorrer de séculos, o que possibilitou grande êxito na época dos descobrimentos.

Trocando em miúdos, a Ordem tinha a importante função de concretizar o que estava formalizado nas bulas papais e tratados. A legitimidade religiosa, de acordo com os princípios da Igreja Católica Apostólica Romana, seguia a seguinte ordem: Deus através do Papa concedia aos reis portugueses o direito às terras “descobertas”, e as que estavam ainda por serem achadas, conforme acordos estabelecidos entre Portugal e Espanha. A Ordem de Cristo era digna de reivindicá-las, representando Deus e o rei de Portugal na hierarquia eclesiástica, ela estava abaixo somente do Papa, o representante máximo de Deus na Terra.

A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde pera a parte do ponente, por graus ou por outra maneira como melhor e mais prestes se possa dar de maneira que não sejam mais. E que tudo o que até aqui é achado e descoberto, e daqui adiante se achar e descobrir por o dito senhor rei de Portugal e por seus navios, assim ilhas como terra firme, des a dita raia e linha dada na forma suso dita, indo pola dita parte do levante dentro da dita raia à parte do levante ou do norte ou do sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia; que isto seja e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e a seus sucessores pera sempre jamais. (TRATADO DE TORDESILHAS).

Após partirem, levaram uma semana para que avistassem as Canárias. Estavam com sorte, os ventos estavam a favor, assim, Vasco da Gama optou pela separação dos navios até que chegassem a Cabo Verde, que estava localizado a mil milhas para o sul. Foi naquelas extremidades que o navio Rafael sumiu no nevoeiro, causando um desencontro que durou até o dia 22 de julho de 1497, quando o restante da flotilha foi avistado no arquipélago de Cabo Verde.

Não demorou muito para que o navio Gabriel e Gama sumisse também, ocasionando em mais um desencontro. Desta vez ficaram parados ali por perto por quatro dias até que o Gabriel fosse avistado, em 26 de julho. Os navegantes aproveitaram para abastecer bem os navios e consertar os mastros, durante uma semana que passaram na Ilha de Santiago em Cabo Verde.

Em uma quinta-feira, datando o dia três de agosto de 1497, eles partiram rumo ao leste. Vasco da Gama optou por um caminho um pouco mais arriscado, não muito claro nos registros de bordo. Eram registros incompletos, diferente da manobra que estavam acostumados a realizar na costa da Guiné para pegar os ventos favoráveis do Atlântico.

Cerca de 1.100 quilômetros ao sul de Cabo Verde, perto de sete graus do equador, em vez de seguir o conhecido contorno da África para as calmarias da Guiné, o *Gabriel* e os navios que o seguiam viraram seus lemes na direção sudoeste e mergulharam no centro do Atlântico, em uma enorme curva em arco. A terra tinha desaparecido. (CROWLEY, 2016, p. 69).

A manobra realizada por Vasco da Gama foi uma versão exagerada e inspirada, na intuição de Bartolomeu Dias, quando ele tentou circunavegar a África anteriormente há aproximados nove anos. Os navios adentraram no Oceano em torno de 3.000 km, esperando a oportunidade de navegar pelo quadrante sudoeste, a intenção era explorar o máximo os ventos do sul do Atlântico.

A partir de 27 de outubro de 1497, e a aproximadamente 950 km ao sul da Ilha de Santiago, a tripulação da flotilha começou a vivenciar o inferno no mar. O Gabriel rachou o lais de verga¹⁶, sendo preciso baixar as velas por dois dias e uma noite e toda a tripulação teve que se desdobrar para evitar o pior. Ainda havia comida, contudo em má conservação, já bem deterioradas devido o passar dos dias.

A tripulação convivia com péssimas condições de higiene, e a água potável era um problema sério, pois no que parece era constante sua escassez ao longo das viagens. Os capitães e pilotos da Ordem de Cristo comiam e repousavam em suas cabines, mesmo assim não estavam isentos do fedor e da às más condições de higiene da embarcação. Além disso, a medida que navegavam rumo ao sul do equador, o frio assolava cada vez mais a tripulação.

Em determinadas situações os homens tinham de fazer suas necessidades fisiológicas em baldes sem ao menos poder se lavar. O ambiente no navio conservava uma umidade contínua, os homens dormiam com suas roupas impregnadas de sal e em colchões de palha.

Quando tudo corria bem a tripulação se divertia, eles podiam cantar, dançar, jogar cartas, pescar, dormir. Havia as datas comemorativas dos santos, aos quais eram dedicadas as missas, cânticos e procissões pelo convés.

Antes mesmo da travessia do Cabo da Boa Esperança a tripulação já estava muito debilitada. “Cada vez mais magros, sedentos, privados de sono e enfraquecidos por enjoos, aqueles pouco acostumados à vida a bordo sucumbiam à disenteria e à febre”. (CROWLEY, 2016, p. 71-72).

A falta de vitamina C comprometia o sistema imunológico dos homens e, somada às adversidades do Atlântico fez com que, todos esses sintomas viessem à tona a partir do 68º dia de navegação no Oceano. Segundo Roger Crowley os tripulantes começaram a morrer depois do 84º dia de navegação, e com 111 dias houve a perda de uma tripulação inteira devido à ação do escorbuto.

Em um sábado, dia quatro de Novembro de 1497, Vasco da Gama e seus homens estavam sem avistar terra durante 93 dias. Já tinham navegado cerca de 7.250 km, e não estavam mais tão longe do Cabo da Boa Esperança.

¹⁶ Peça de metal ou madeira localizada na posição transversal do mastro.

Gama e seus homens ancoram em uma baía larga localizada a 125 graus a noroeste.

Depois de tanto tempo sem avistar terra firme tiveram a oportunidade de realizar os reparos necessários dos navios, abastecer os barris de água, irem à caça da carne e ainda montarem um astrolábio. Foi nesta baía que encontraram com o grupo étnico dos Khoikhoi¹⁷, foram realizados alguns escambos de fora amigável, contudo, em um primeiro momento houve uma situação de estranhamento que ocasionou em um ataque aos portugueses e Vasco da Gama foi ferido por uma lança.

Os portugueses haviam descido de seus navios desarmados, isso encorajou os Khoikhois a atacá-los. Os portugueses aprenderam a lição e, dali por diante, no momento do desembarque, era necessário descerem em terra firme armados, mesmo sem a intenção de ferir alguém, era necessário demonstrar que poderiam e tinham condições para isso.

Depois de muitas tentativas e 6 dias tentando atravessar o Cabo da Boa Esperança, o ultrapassaram e chegaram a baía dos Pastores, a mesma que Bartolomeu Dias esteve com seus homens. Novamente houve o encontro com nativos e, ao mesmo tempo em que havia interação entre portugueses e nativos, pairava a desconfiança de um súbito conflito em ambas as partes.

Eram dois de dezembro de 1497 quando houve o “encontro” de muitos nativos Khoikhoi (cerca de 200) com os tripulantes de Gama, eles tocaram música e dançaram cada qual a sua maneira. Os portugueses não desceram a praia onde estavam os africanos, preferindo se divertir dentro de seus próprios navios.

Temerosos por uma emboscada, Vasco da Gama e seus homens resolveram partir daquele local efetuando alguns disparos para dispersão dos nativos que, em resposta, demoliram a pilastra de pedra que eles haviam erguido naquele momento. O pior estava por vir, quando uma tempestade chegou a separar os navios e, em quinze de Dezembro, nas mediações que Bartolomeu Dias esteve com seus homens e soltaram a última pilastra desistindo de avançar, Gama e seus homens lutaram contra uma forte corrente

¹⁷ Khoikhoi: povo do sudoeste da África que exercia a atividade do pastoreio, também chamados pelos europeus de hotentotes.

marítima que, em 20 de Dezembro, os empurraram para o mesmo lugar novamente, pois estavam em uma espécie de labirinto.

Até que a sorte os favoreceu e foram empurrados para frente por um forte vento, mas o mastro do navio Rafael não resistiu e rachou. Mais uma vez a água estava perto de acabar, era inevitável a redução de água para beber para um terço de litro diário, isto é, o que cada homem poderia beber por dia.

Mais uma vez o escorbuto avançava sobre os tripulantes da flotilha, eles precisavam desembarcar logo. Precisavam de um desembarque pacífico ou tudo que passaram e navegaram até ali poderia estar pedido.

Em onze de janeiro de 1498 encontraram um rio e, mais uma vez, a sorte favoreceu os portugueses. O povo que os navegadores encontraram desta vez foi os Bantos¹⁸, que diferente dos Khoikhoi, foi possível estabelecer alguma comunicação com eles através dos interpretes de Gama. Os portugueses foram bem recebidos por eles e o reabastecimento de água ocorreu sem problemas.

Navegando agora por um rio bem mais largo, o rio Zambezi, já no dia 22 de Janeiro, mais mortes diminuía a tribulação extremamente debilitada pelo escorbuto. “Suas mãos, pés e pernas estavam monstruosamente inchados; as gengivas, sanguinolentas e pútridas, cresciam por cima dos dentes, de modo que eles não conseguiam comer”. (CROWLEY, 2016, p. 75).

Segundo o historiador Roger Crowley (2016), o que salvou a tripulação da aniquilação foi, coincidentemente, a fartura de frutas encontradas nas margens do rio Zambezi. Foi um mês de ancoragem perto do grande Delta daquele rio, fazendo os reparos dos navios, enchendo os barris de água e, principalmente, esperando a recuperação dos homens para que pudessem retomar a viagem. Em retribuição a bem-aventurança através do rio Zambezi, os portugueses o rebatizaram de rio dos Bons Presságios.

No dia 24 de fevereiro de 1498 a flotilha navegava o canal de Moçambique e estavam bem próximos ao porto, ali já entraram em contato com a língua árabe. Ao adentrar na cidade de Moçambique os interpretes conseguiram estabelecer a comunicação com as pessoas daquele lugar, inclusive com os mercadores muçulmanos. As primeiras informações sobre o

¹⁸ Povo nativo da África que viviam ao sul do equador.

destino tão esperado eram obtidas e a ansiedade tomava conta da tripulação em especial Vasco da Gama.

Em 14 de Abril Vasco da Gama e seus homens chegam a Melindre, onde ficaram por cerca de nove dias. Foi lá que conseguiram um piloto disponibilizado pelo sultão para que os levassem a Calicute. Em vinte e quatro de Abril a flotilha zarpa rumo a cidade indiana que tanto almejavam.

No dia 19 de Abril as embarcações portuguesas chegavam à costa de Malabar, localizada a sudoeste da Índia. “Eles haviam se despedido de seus entes queridos perto do mar em Restelo 309 dias antes. Tinham navegado 19 mil quilômetros e já haviam perdido muitos homens”. (CROWLEY, 2016, p.87).

Finalmente, no dia 20 de Maio de 1498, chegam a Calicute e Vasco da Gama quebra o “isolamento da Europa”. Mal sabiam os portugueses que, cerca de 3 décadas mais tarde, as especiarias da Índia deixariam de ser prioridade e o Brasil, que era visto como a última opção de exploração portuguesa, passaria a ser a principal colônia.

Há muitas especulações sobre a forma que Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil. A historiografia, no decurso dos anos, nos trouxe várias versões sobre este acontecimento. Contudo, não é nossa pretensão defender aqui uma verdade absoluta, mas conhecendo a história de Portugal, com um pouco mais de profundidade, as argumentações de dois autores nos chamaram a atenção. Veremos a seguir o que os autores Jorge Caldeira e Eduardo Bueno, tem a nos dizer sobre a viagem de Pedro Álvares rumo às Índias, com uma breve estadia no Brasil.

[...] Cabral fora aconselhado pelo mestre a navegar para oeste, fazendo o que viria a se chamar de “a volta do mar”, antes de guinar para sudeste e contornar o cabo amedrontador que, anos antes, o rei D. João II rebatizara de “da Boa Esperança”, mas que os marinheiros, mais pragmáticos e menos protegidos, ainda conheciam por “cabo das Tormentas”. Embora sua missão fosse instalar um entreposto português no coração do reino das especiarias, em Calicute, na Índia, nada impedia Cabral de, naquele instante, prosseguir mais algumas léguas para oeste. (BUENO, 2016, s/p.).

Como podemos perceber Eduardo Bueno afirma em sua obra que Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral se comunicavam bem antes da chegada do cavaleiro da Ordem de Cristo no Brasil, obviamente quando Gama retornou de sua expedição as Índias em 1499. Segundo o autor, as instruções eram para que a frota de Cabral escapasse das correntes contrárias do golfo da Guiné e

da calma de suas águas, levando em consideração também o calor insalubre daquele local.

Bueno (2016) comenta, que a missão de Cabral era de fato chegar até as terras das especiarias, ou seja, Calicute, na Índia. Porém, há de se desconfiar que um erro de cálculo, de tamanha proporção, levaria os portugueses às terras que viriam a ser o Brasil, visto que os lusos nessas expedições contavam com ótimos pilotos e, ainda mais que, Cabral recebera orientações sobre a rota as Índias por Gama.

Bueno (2016) menciona também que Gama havia visto aves voando em direção sudoeste, o rumo que elas voavam despertou a suspeita de Gama de que, mais adiante, haveria de ter alguma terra. Cabral e seus homens confirmaram o que Gama disse, durante a viagem bem antes de encontrar terra firme. “Como se tais indicações não fossem o bastante, as ervas flutuantes e a vivacidade dos fura-buxos logo foram consideradas pelos homens de Cabral como mais do que um simples presságio”. (BUENO, 2016, s/p.).

Veremos agora algumas informações interessantes do autor Jorge Caldeira sobre a descoberta da América por Cristóvão Colombo em 1492:

Com a viagem vitoriosa de Colombo à América, em 1492, o papa Alexandre VI, um espanhol de Valencia, reconheceu em duas bulas, as Inter Caetera, o direito de posse dos espanhóis sobre o que o navegador genovês havia descoberto. E rejeitou as reclamações de d. João II de que as novas terras pertenceriam a Portugal. O rei não se conformou e ameaçou com outra guerra. A controvérsia induziu os dois países a negociarem, frente a frente, na Espanha, em 1494, um tratado para dividir o vasto novo mundo que todos pressentiam: o Tratado de Tordesilhas. (CALDEIRA, 2016, p.3).

Entre as várias argumentações deste autor, em demonstrar que os portugueses já sabiam das terras que seria batizada de Brasil bem em antes do ano de 1500, a que consideramos mais plausível, justamente por podermos confrontar essas informações com os documentos históricos em questão, estão baseadas na descoberta da América por Colombo, documentada nas bulas Inter Caetera e no Tratado de Tordesilhas que acabamos de citar.

Mesmo que os portugueses não tenham pisado de fato nas terras brasileiras antes do ano de 1500, por meio desses documentos é possível refletir que, se os portugueses não sabiam realmente da existência das terras brasileiras, eles tinham grande convicção que havia mais terras além das que Colombo encontrou.

Há também a possibilidade de terem feito uma divisão, propositalmente através do Tratado de Tordesilhas, mesmo correndo o risco de não haver mais terras ao leste da América do Sul. Ou seja, além da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

Lembrando que, a falta de documentos autênticos que comprovam o conhecimento prévio do Brasil a data de 1500 pelos portugueses, dificulta uma afirmação precisa sobre este assunto. Esta ausência, de documentos, é atribuída pela historiografia à política de segredo adotada pela Ordem de Cristo.

Pedro Álvares Cabral era um soldado da Ordem de Cristo e, segundo Bueno (2016), ele estava mais para um militar do que para um piloto. “Pedro Álvares Cabral não tinha experiência náutica antes vir ao Brasil, mas era um cruzado de grande valor militar”. (CALDEIRA, 2016, p.4). Esta informação também pode ser confirmada na obra de PINTO (2012), como veremos a seguir.

O rei D. Manoel I toma a bandeira da Ordem de Cristo e entrega a Pedro Álvares Cabral, capitão de uma esquadra de 13 navios que zarparia para as Índias. A bandeira seria içada na nau capitânea da esquadra. Cabral, cavaleiro da Ordem de Cristo, tinha duas missões: criar uma feitoria nas Índias e tomar posse de uma terra já conhecida da Ordem nos mares do Sul, o Brasil. Ele (Cabral) não era piloto e sua presença se devia ao fato de somente a Ordem possuir autorização para ocupar as terras dos “infiéis”. Dia 26 de abril de 1500, a esquadra aporta onde hoje é Porto Seguro - BA, e ergue a bandeira da Ordem de Cristo numa solene missa - a primeira missa rezada na terra descoberta e agora de posse lusa. (PINTO, 2012, p. 3-4).

No dia 22 de Abril a esquadra de Cabral ancorou cerca de 40 km da costa da terra de Vera Cruz, que veio a se tornar o Brasil posteriormente. Naquela ocasião, Cabral e sua tripulação já conseguiam avistar o monte alto de Porto Seguro (Bahia), o qual foi batizado de Monte Pascoal por eles. No entardecer do dia seguinte, 22 de abril de 1500, a armada de Cabral ancorou em frente ao monte Pascoal, 44 dias após ter partido de Lisboa. (BUENO, 2016, s/p.).

O descaso dos portugueses em colonizar o Brasil foi ganhando outra conotação devido aos conflitos na Índia. Os portugueses empregaram a mesma forma de tratamento das colônias da África as cidades da Índia. Mas, o

comércio na Índia era tradicional, já há vários séculos o comércio havia se consolidado naquela parte do Oceano Índico.

Os portugueses, desde início que chegaram à Índia, tinham a intenção de subjugar os povos daquele lugar e controlar o comércio. Contudo, controlar aqueles territórios como Malabar e Calicute, não era tão simples assim. Havia povos de várias etnias, que tinham várias crenças e religiões, a diversidade cultural era enorme.

O comércio era dinâmico, era um núcleo comercial tão consolidado que superava as divergências políticas. Era um ponto de encontro de mercadores de diversas regiões como Bagdá, Pérsia, Arábia, Gênova, Veneza, Florença, China, Egito etc. Evidenciando assim que as rotas de comerciais orientais do Índico privilegiavam o livre comércio.

Fonseca (1998) afirma que os Mouros tinham grande poder e difusão em toda a Índia. (FONSECA, 1998, p. 221). Desde as viagens de Gama e Cabral, que a Ordem de Cristo bombardeava Calicute, Malabar entre outros territórios. E assim, os combates tendo, a Ordem de Cristo à frente da armada portuguesa foram exercendo forte pressão, até o momento em que os portugueses começaram a perder força e a missão das Índias fosse abandonada por completo.

Em 1612, os portugueses foram expulsos de Syriam (atual Thanlyin, em Myanmar), tomada pelo Reino de Taungû, o que somado com a expulsão dos portugueses de Ugulim (atual Chinnssurah, em Bangladesh), em 1632, pelo Império Mugal, fragiliza a posição portuguesa no Golfo de Bengala. Em 1622, os portugueses perdem Ormuz, em um ataque anglo-persa. Em 1638, os portugueses são expulsos do Japão, em compasso com o aumento da centralização política no país. (LEITE, s/d. p.15).

O espírito de cruzada que obteve êxito na Península Ibérica, foi levado para a Índia, e as indulgências eram concedidas pelo Papa aos guerreiros que lá combatessem. Mas, o comércio nos territórios do Índico não comportava um desenvolvimento tardio na concepção de Luís Adão da Fonseca (1998). [...] “Os Portugueses foram mais felizes em desorganizar o mercado das especiarias de Alexandria, do que em abastecer a Europa das suas necessidades”. (FONSECA, 1998, p. 229).

No capítulo a seguir é realizada uma abordagem sobre o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no processo de ensino

aprendizagem e seus reflexos no desempenho do aluno. Assim como, a importância do professor como mediador da aprendizagem, que deve ser orientada e direcionada para que tenha foco e um melhor aproveitamento e não se disperse.

5 OBJETO DE APRENDIZAGEM VIRTUAL

Vivemos em um tempo em que houve grande avanço tecnológico, principalmente no que diz respeito à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Existem muitos mecanismos que nos proporcionam nos informarmos e nos comunicarmos, entre eles estão: o antigo serviço dos correios só que agora associado à internet, revistas, livros, vídeo – games, rádio, TV, a telefonia fixa, os celulares com seus aplicativos como o Whatsapp, as redes sociais de forma geral na internet etc.

O acesso à informação rápida se tornou rotineiro as mídias atualmente são dinâmicas. As escolas não ficam de fora desta realidade pelo contrário estão intrinsecamente ligadas ao mundo tecnológico e informativo.

Os alunos estão mais bem informados hoje em dia e isso pode ser mais bem explorado no processo de ensino – aprendizagem. O conhecimento em informática, o acesso aos computadores e a internet pode se transformar em um terreno fértil para o uso dos objetos de aprendizagem virtuais na aprendizagem.

As estratégias e práticas pedagógicas associadas à tecnologia podem contribuir significativamente para o rendimento escolar dos alunos. Os objetos de aprendizagem virtuais podem ser usados também na forma de avaliação. Isso diminuirá os impactos deixados pela pedagogia Tradicional não só pelo autoritarismo na transmissão de informações em sala de aula, mas também deixou marcas referentes à avaliação, que aos olhos dos alunos as provas são uma forma de puni-los.

5.1 UMA JUNÇÃO ENTRE TIC, APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO

A atuação do professor é indispensável no processo de ensino-aprendizagem. Não há dúvidas da importância dos diversos papéis que ele desenvolve. Sem o professor, a aprendizagem ocorre de maneira desorganizada e sem direcionamento. Um dos papéis mais difíceis e importantes que o professor exerce é o ato de avaliar.

A avaliação pode ter muitas faces, uma delas segundo Caldeira (2004), é a autoavaliação como forma de metacognição que também ganha mais

importância dentro deste modelo, onde o aluno participa mais ativamente dos processos de aprendizagem. (CALDEIRA, 2004, p.3).

A educação tradicional por séculos desenvolveu o estigma da avaliação punitiva, fator que intimida os alunos e retrai seus desempenhos. O processo educacional vem sofrendo transformações se tratando da maneira da disseminação do conhecimento, a tendência é de a educação tradicional ser substituída pelas novas estratégias pedagógicas em sintonia com as novas tecnologias. Segundo Paiva (2011), a prática da avaliação é rotineira no nosso dia a dia e serve para observarmos o que acertamos ou erramos, através da avaliação temos um parâmetro para fazermos melhor o que estávamos errando e aperfeiçoar o que estamos acertando, vindo por esta ótica a avaliação nos oferece subsídios para estarmos nos aperfeiçoando continuamente. [...] “a própria autoavaliação dos sujeitos envolvidos, a fim de identificar fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças que possibilitem alcançar o crescimento profissional, natural do ser humano em evolução”. (PAIVA, 2011, p. 134).

Ao buscar avaliar a aprendizagem temos um amplo leque de possibilidades, concepções e convicções a esse respeito, e o professor ao tentar avaliar com um perfil construtivista ainda enfrenta barreiras de ordem teóricas e práticas. Entender a avaliação como parte de um processo dinâmico, que é capaz de influenciar e ser influenciado ao mesmo tempo seja pelas respostas dos alunos, pela peculiaridade do contexto e do momento, nos leva a refletir nas diversas formas de avaliação que podem e devem ser consideradas. (CALDEIRA, 2004, p.4-5).

Vasco Moretto (2008) destaca em seu livro: “Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências” que, avaliar é uma situação complexa e desafiadora. Deve ser realizada em coerência com o processo do ensino e de aprendizagem, que ele denomina de “ensinagem”.

Fica evidente, que a avaliação não é um processo fechado, um produto final. “Ela é um momento privilegiado em que o professor recolhe dados para sua reflexão-na-ação com vistas a redirecionar seu processo” (MORETTO, 2008, p. 53).

Como podemos observar a avaliação diagnóstica é fundamentalmente importante para a ressignificação do processo de ensino – aprendizagem. Ela permite ao professor mudar suas estratégias pedagógicas e redirecionar a

aprendizagem. O professor poder mudar o que não está surtindo efeito e ainda aperfeiçoar o que está dando certo.

Atualmente a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC nos permite a inovar nossas metodologias de ensino, porém isso vai depender muito do olhar diagnosticador do professor e de suas práticas pedagógicas. Um dos papéis do docente é o de perceber como o aluno aprende e isso pode ser feito também através dos instrumentos de avaliação. Vejamos o que João Mattar (2010) tem a nos dizer logo a seguir.

Em pleno século XXI vivemos na chamada Era Digital e de acordo com Mattar (2010), as mídias digitais fazem parte do cotidiano das pessoas definida por ele como nativos digitais. Essas pessoas segundo o autor vivem sempre na expectativa de fazer uso de coisas que atendem seus anseios gratuitamente encontrando o que precisam e quando desejam.

As pessoas esperam que as coisas sejam de fácil compreensão e que sempre esteja uma pessoa por perto dando suporte no que não foi compreendido ou até mesmo preencher lacunas no entendimento. Elas esperam poder reutilizar coisas de seus interesses como; imagens, vídeos, músicas, frases etc.

Os nativos digitais são os que já nasceram na Era Digital, eles detém certo domínio tecnológico em relação aos games e possuem uma linguagem própria, cultural desse meio. Aprendem com facilidade a operar aplicativos de celulares, a jogar videogames, jogos de computadores entre outros conhecimentos de informática.

Mas, um jogo muito complexo que dificulte a dinâmica do jogar e a diversão de seus jogadores irá comprometer o interesse deles pelo aplicativo ou game. Por isso o game ou aplicativo deve ser ao mesmo tempo; inovador, sofisticado, ilustrado e possuir um grau de complexidade não muito elevado a ponto de comprometer o interesse dos jogadores se tornando chato.

Os nativos digitais querem sempre inovar e criar coisas originais também, ao mesmo tempo em que querem compartilhar experiências e serem beneficiados pelo conhecimento dos outros. Transpondo tudo isso que foi mencionado sobre os nativos digitais para a sala de aula pode obter-se bons resultados de aprendizagem por meio da aprendizagem orientada e mediada pelo professor.

Um estilo de aprendizagem representa a maneira como cada pessoa processa. Absorve e retém informações. As teorias os estilos de aprendizagem acreditam que as pessoas aprendem de diferentes maneiras e que o planejamento do ensino baseado nos estilos de aprendizagem dos alunos pode elevar a qualidade do aprendizado. Identificar o estilo de aprendizagem de um aluno significa identificar as formas como ele aprender melhor e, por consequência, como pode obter maior sucesso nos estudos. (MATTAR, 2010, p. 3).

Ao professor cabe o desafio de diagnosticar a aprendizagem de seus alunos e organizá-la, conciliando teoria, prática e tecnologia. O uso dos objetos de aprendizagem deve manter a coerência com a proposta pedagógica da escola e com plano de aula.

Segundo João Mattar (2010), os educadores Neil Fleming e Colleen Mills desenvolveram um questionário chamado Vark para identificação das preferências das pessoas em relação às formas que elas aprendem, no sentido de como acham melhor receber e fornecer informações. (MATTAR, 2010, p.4). Os resultados obtidos através do Vark demonstraram a preferência dos nativos digitais por quatro perfis que são os seguintes: cinestésico, visual, ler e escrever e aural.

- a) **Cinestésico:** neste o aluno prefere aprender fazendo e receber informações de diversas maneiras como; exemplos da vida real, receitas, imagens, vídeos, livros, aprender na prática mesmo do tipo colocar a mão na massa etc. Neste perfil para que se tenha um bom desempenho em uma avaliação é necessário escrever respostas práticas e simular as ações simulando a combinação da teoria com a prática experienciando a prova.
- b) **Visual:** o aluno aprende através da visualização de: gráficos, diagramas fluxogramas, slides, espaço em branco (preencher lacunas) pôsteres, vídeos, símbolos etc. Para este perfil é indicado que o aluno use as técnicas indicadas reconstrua as imagens de diferentes jeitos tentando vários arranjos espaciais redesenhando suas anotações. Neste perfil é recomendada a substituição das palavras por símbolos para um melhor rendimento dos estudos e, é bom que parte das anotações escritas se converta em páginas com figuras. Na hora da avaliação o aluno deve desenhar para ativar sua memória e aumentar o raciocínio, deve lembrar-se de suas anotações e fazer o procedimento inverso

transformando as figuras em palavras respondendo as questões do exame. Pessoas com este perfil são interessadas por layout, cores e design.

- c) **Ler e escrever:** a aprendizagem se torna mais fácil, pela leitura de revistas, livros, jornais, dicionários, manuais, apostilas entre outros. Os alunos absorvem bem as informações passadas pelo professor verbalmente desde que ele use bem as palavras. O melhor rendimento dos estudos é buscado no treinamento de escrever e reescrever as palavras, realizar leituras de notas silenciosamente por várias vezes, transcrever ideias e princípios próprios em outras palavras, tendem a transformar ações, reações e gráficos em palavras. Estes alunos imaginam suas anotações organizadas, em questões de múltipla escolha distinguindo umas das outras e no tocante as provas ou exames os alunos devem se preparar através dos seguintes exercícios: reescrever respostas de provas e dos exames anteriores e exercitar – se com as questões de múltipla escolha; escrever textos com parágrafos que tenham início e fim; escrever listas e organizá-las em itens de forma hierárquica e com pontos (a, b, c, d...,1,2,3,4...).
- d) **Aural:** aprende-se mais ouvindo e falando, o aluno gosta de assistir aulas, de participar de discussões em sala de aula e de tutoriais; o aluno também gosta de debates, discutindo sobre os tópicos com os outros alunos e com o professor; realiza explicações expondo novas ideias aos outros; faz utilização de gravador, se lembra dos exemplos interessantes compartilhados; das histórias ouvidas e das piadas; faz descrições de imagens e deixa espaços em branco para que no caso de se recordar de alguma coisa fazer anotações. Os estudos rendem mais quando as anotações são convertidas de forma simples e ampliadas em diálogos com outras pessoas e também realizando a leitura do livro - texto. As anotações devem ser gravadas e ouvidas posteriormente, é importante que outras pessoas ouçam o que o aluno compreendeu sobre um determinado assunto, as anotações devem ser realizadas em voz alta e explicitada para outra pessoa aural. Sobre as provas e exames no tocante ao aumento de desempenho é necessário que o aluno fantasie uma conversa com o examinador ouvindo sua voz e as escreva, é

recomendado também passar um tempo em locais silenciosos para que ideias venham à cabeça mais facilmente, a prática de escrever respostas para questões de exames antigos e pronuncia-las em voz alta ou na memória ajuda muito no desempenho.

De acordo com Mattar (2010), os quatro perfis descritos acima, identificados pelo questionário Vark não são em via, de regra; um por pessoa. Pois, segundo o autor a maior parte das pessoas é multimodal, ou seja, preferem dois ou até mais estilos. (MATTAR, 2010, p.6).

Os Objetos de Aprendizagem tem surgido como uma alternativa motivacional aos alunos em dias difíceis por quais passam a educação brasileira. Nas escolas públicas do Paraná foram implantados laboratórios de informática dando a oportunidade dos professores conciliarem suas práticas pedagógicas com a tecnologia.

Vejamos o exemplo do Freeware - Hot Potatoes que foi aplicado no Colégio Estadual Prieto Martinez, localizado em Curitiba - PR e que segundo a autora Leny Gallego Donda através deste objeto de aprendizagem se obteve resultados satisfatórios e significativos no tocante ao aprendizado dos alunos.

Para aferir o impacto produzido pelos exercícios realizados no computador, aplicou - se um questionário. As respostas obtidas sugerem que a utilização do programa Hot Potatoes para a produção de material didático chama a atenção do aluno e torna a aprendizagem da língua estrangeira mais interessante (divertida e eficiente). (DONDA, s/d. p. 1).

Foi pensando em facilitar a aprendizagem dos alunos que desenvolvemos um objeto de aprendizagem composto de duas partes que são: uma revista de história em quadrinhos em PDF, elaborada através da Plataforma Pixton e um quiz no formato HTML, confeccionado por meio do Freeware - Hot Potatoes entregando suas cópias aos cuidados do Programa de Pós - graduação em História Ibérica - PPGHI da Universidade Federal de Alfenas/MG. O quiz é composto por 10 questões de múltipla escolha formuladas de acordo com os assuntos tratados nesta dissertação.

Neste ano de 2017 no segundo bimestre ele foi aplicado como ferramenta de avaliação em alunos da segunda série do ensino médio da Etc. Prof. Carmelino Corrêa Júnior localizada na cidade de Franca – SP. As ilustrações presentes tanto na revista em quadrinhos quanto no quiz, atraem a atenção dos alunos proporcionando-os uma leitura menos cansativa e

divertida. Isso faz com que eles interajam com o texto se interessando mais pela leitura.

O interessante é que o quiz pode ser aplicado tanto em forma de avaliação ou ser utilizado para treinamento para a prova ficando a critério do professor. Podendo também colocar os alunos em dupla para respondê-lo ou individualmente no dia da avaliação. Nos dias atuais os objetos de aprendizagem mediados pelos professores atuam como facilitadores de aprendizagem e são grandes aliados do processo educacional ressaltando que; devem ser devidamente utilizados com foco no componente curricular e na proposta pedagógica da escola.

6 CONCLUSÃO

As guerras de reconquista na Península Ibérica resultaram na formação e no fortalecimento das monarquias cristãs. Inclusive foram responsáveis pela formação do reino português, que posteriormente se tornou Império.

Muito disso se deve às Ordens religioso-militares e as Ordens de Cavalaria. A Ordem Templária foi fundamental para a fundação e emancipação política do reino português, o que demonstra o tamanho do seu poder militar e sua eficiência nas conquistas e defesa dos territórios ocupados pelos muçulmanos dentro da Península Ibérica.

As expressivas doações, a autogestão da Ordem Templária e a boa administração financeira fizeram com que ela deixasse uma fortuna, quando suas atividades foram suspensas em consequência da perseguição de Felipe IV. O rei D. Dinis, percebendo a grande perda que Portugal sofreu, procurou logo resgatar o patrimônio dos Templários criando a Ordem de Cristo.

Essa manobra foi fundamental para que a Ordem de Cristo obtivesse o êxito que teve na Era dos Descobrimentos. Pois, a Ordem Templária lançou as estruturas para que a Ordem de Cristo atuasse na expansão territorial da monarquia portuguesa além-mar. As medidas tomadas por D. Dinis na estruturação do país, projetando-o para as grandes navegações e ao mesmo tempo procurando atender as necessidades econômicas de Portugal naquela época também foram importantíssimas.

As medidas realizadas pelo monarca não foram fatores isolados ou descontínuos. Seus sucessores deram continuidade a seu trabalho, porém, o reinado de alguns monarcas se destacou mais do que outros, como foi o caso de D. João I com o Infante D. Henrique a frente da Ordem de Cristo e D. Manuel.

O Infante Henrique, apoiado pela família real, fez muito pela navegação portuguesa como observamos. Houve grande incentivo na busca pelos conhecimentos navais e grande evolução nesse sentido. Porém, na sua época referente às navegações do Atlântico as técnicas de navegações ficaram mais na teoria do que na prática.

A Ordem de Cristo, comparada a Ordem Templária, ganhou muito na navegação se tornando muito eficiente, mas perdeu eficiência militar nos

combates em terra. A vanguarda da Ordem desde a época de D. Dinis pela coroa foi fundamental para a defesa de fronteiras de Portugal e de suas colônias e para o sucesso dos descobrimentos marítimos. Embora, tenha exercido importante papel militar em nome dos reis de Portugal, não deve ser esquecido o papel religioso e legitimador das conquistas territoriais que a Ordem desempenhava representando a Igreja, a cristandade e o próprio reino português.

Na presente pesquisa também foi constatado que, embora Portugal investido tanto em conhecimento astronômico, técnicas de navegação e tenha tido excelentes marinheiros e pilotos portadores de grande conhecimento naval, esses conhecimentos não foram suficientes para o sucesso nas navegações do Atlântico, exigindo grande sacrifício humano.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Luís Carlos; GARCIA, João Carlos. O Tratado de Alcañices (1297): uma construção historiográfica. **Rev. da Faculdade de Letras: História**, Porto, v. 15, II série, tomo 2, p. 967-986. 1998. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8488>>. Acesso em: 30 jan. 2016.
- ARMSTRONG, Karen. **Uma história de Deus**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BASTOS, Maria Malvina Gomes e Souza. As grandes navegações portuguesas e a conquista das águas profundas pelo Brasil. **Rev. Economia & Energia**. n. 87. out./dez. 2012. ISSN 1518-2932. Disponível em: <http://ecen.com/eee87/eee87p/navegacoes.htm#A_autora>:. Acesso em: 21 jun. 2016.
- BARUQUE, Julio Valdeón. **La Reconquista**. Madrid: Espasa, 2006.
- BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento**: um olhar sobre a expedição de Cabral. Rio de Janeiro: GMT, 2016. Disponível em: <<http://asdfiles.com/4go>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- CALDEIRA, Ana Cristina Muscas. Avaliação da aprendizagem em meios digitais: novos contextos. **11º Congresso Internacional de Educação a Distância**, Salvador, v. 4.3, p. 1-8, set. 2004. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/trabalhos.htm>>. Acesso em: 20 ago.2017.
- CALDEIRA, Jorge. A cruzada dos descobrimentos. **Rev. Superinteressante**. s/p., out. 2016. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/a-cruzada-do-descobrimto>>. Acesso em: 14 fev. 2016.
- CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel. MARTOS QUESADA, Juan. SOUTO LASALA, Juan Antonio. **Al-Andalus**. Madrid: Itsmo, 2009.
- COGINI, Bárbara Maria. Cristãos e muçulmanos na Península Ibérica-século XIII. XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. **Rev. ANPUH**, São Paulo, s/p., set. 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Barbara%20Maria%20Cognii.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2015.
- Cosmos y Matemáticas. **El astrolábio**. Disponível em: <<https://matematicasycosmos.wordpress.com/2013/12/21/el-astrolabio/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

COSTA, Bruno Marconi da. Guerra e poder local na Lisboa de D. Dinis: análise de cavaleiros-vilãos e peões em uma interface político-militar (1279-1325).

Rev. Medievalis. v. 5, p. 1-14, 2014. ISSN: 2316-5442. Disponível em:

<<http://nielim.com/medievalis/ojs/index.php/medievalis/article/view/56/47>>.

Acesso em: 02 out. 2016.

COSTA, Paula Pinto. Templários no condado portugalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do séc. XII. **Rev. da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património**, Porto, v. 12, p. 231-243. 2013. Disponível em:

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11799.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CROWLEY, Roger. **Conquistadores**: como Portugal forjou o primeiro império global. São Paulo: Planeta, 2016.

CUESTA, Juan Ignacio. **Breve história de las cruzadas**. S.I. Nowtilus, 2009.

DEMURGER, A. **Os cavaleiros de Cristo**: Templários, Teutônicos, Hospitalários e outras ordens militares na idade média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____, **Os Templários**: uma cavalaria cristã na idade média.

2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

DONDA, Leny Gallego. **O freeware Hot Potatoes e seu potencial como ferramenta de aprendizagem**. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1062-4.pdf>>.

Acesso em: 23 jun. 2016. Acesso em: 23 jun. 2016.

FARINHA, António Dias. **Os portugueses em Marrocos**. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

FLORI, Jean. **A Cavalaria**: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

FONSECA, Luís Adão da. **Vasco da Gama**: o homem, a viagem, a época. Lisboa: CDU, 1998.

FRALE, Bárbara. **Os Templários e o pergaminho de Chinon encontrado nos arquivos secretos do Vaticano**. São Paulo: Madras, 2005.

Freeware Hot Potatoes. Disponível em: <<https://hotpot.uvic.ca/>>. Acesso em: Acesso em: 09 nov. 2017.

GARTEN, Juan de. **Os Templários: soberana ordem dos cavaleiros do templo de Jerusalém**. São Paulo: Traço, 1987.

GONÇALVES, Maria Margarida de Sá Nogueira Laland. A política externa de D. Afonso IV (1325-1357). Universidade dos Açores. "**Arquipélago. História**". V. 11, p. 107-151.1989. Disponível em: <<http://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/982>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

Instituto Argentino de Radioastronomía. **Construcción de un astrolabio**. Disponível em: <<http://www.iar.unlp.edu.ar/divulgacion/activ-03.htm>>. Acesso em: 05 de mar. 2017.

Imagick. **Saiba mais sobre o descobrimento do Brasil**. Disponível em: <<http://www.imagick.com.br/?p=20531>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

JOÃO, Maria Isabel. "Sagres, lugar mítico da memória". In "Des(a)fiando discursos: Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques". **Repositório digital da Universidade Aberta**, Lisboa, p. 409-422. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/sagres-lugar-mitico-da-memoria/id/49346378.html>. Acesso em: 25 jan. 2017.

LAMY, Michel. **Os Templários: esses grandes senhores de mantos brancos: os seus costumes, os seus ritos, os seus segredos**. 4. ed. S.I. Notícias, 1996. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/action/SearchFiles>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

LEITE, João Gabriel Ayello. Competição, instituições e o declínio do Império português na Ásia. **Departamento de economia da Universidade de Brasília – FACE**, p. 1-60. s/d. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ky2/mueller/Portugalindia.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MATTAR, João. **Games em educação: como os nativos digitais aprendem**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. 3. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2008.

NUNES, Paulo Jorge Antunes. **Os instrumentos náuticos na obra de Pedro Nunes**. 162 f. 2012. Dissertação de (Mestrado em História Marítima)- Universidade de Lisboa, ULISBOA, Lisboa. 2012.

PAIVA, Liz Denize Carvalho. Perspectivas da autoavaliação institucional na universidade. **Rev. Eletrônica Novo Enfoque**. V. 13, nº 13, p. 132-141. 2011. Disponível em:

<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/13/artigos/11_Prof_Liz_Paiva_VF.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

PINTO, Flavio Martins. O Brasil e a egrégora Templária. **O Tuiti: Órgão de divulgação das atividades da Academia De História Militar Terrestre Do Brasil/Rs e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul**, mai. nº 12, p. 1-5, mai. 2012. Disponível em:

<<http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%2012.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Sagres: A Revolução Estratégica**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Plataforma Pixton. Disponível em: <<https://www.pixton.com/br/create/comic-strip/ciyxivxy>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

Portal do Astrônomo. **As horas nocturnas**. Disponível em:

<http://vintage.portaldoastronomo.org/tema_pag.php?id=2&pag=1>. Acesso em: 3 de mar. 2017.

SALLES, Bruno Tadeu. A Administração do Infante D. Henrique na Ordem de Cristo e os inícios da expansão marítima portuguesa no século XV (1420-1460). **Revista Tempo de Conquista**. v. 4, p. 1-25, 2008. Disponível em: <<http://revistatempondeconquista.com.br/documents/RTC4/BRUNOSALLES.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

SILVA, Ademir Luiz da. **Da cruzada à demanda: A tradição épica da ordem dos templários na baixa idade média portuguesa séculos XII-XIV**. 224 f. 2008. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, 2008.

_____. O novo Templo português: a formação da Ordem de Cristo – século XIV. XXVI Simpósio Nacional de História. **Rev. ANPUH**, São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1296048745_ARQUIVO_O_novoTemploportugues-SP.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e. **A Ordem de Cristo (14 17 -1521)**. Porto: Militarium Ofdinum Analecta, 2002.

SILVA, Pedro. **História e mistérios dos Templários**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/action/SearchFiles>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. Ainda a suposta Escola Naval de Sagres e a náutica portuguesa dos Descobrimentos. **Revista de Historia: Fatos e Notas**. v. 6, nº 13. p. 181-192. 1953. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/35225/37946>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

SOUZA, Guilherme Queiroz de. Da reconquista hispânica á conquista do novo mundo: uma análise do espírito cruzadístico ibérico na crux cismarina e na crux ultramarina. **X Jornada de Estudos Antigos e Medievais**, Maringá, p. 1-16, set. 2011. ISSN 2177-6687. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03058.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2015.

Tratado de Alcanises. Trad. retirada da Obra de: LUNA, Carlos Eduardo da Cruz. Nos Caminhos de Olivença. 3ª ed. S.I. Estremoz: 2000.

Tratado de Tordesilhas. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/index.html>. Acesso em: 13 ago. 2017.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ZURARA, Gomes Eannes de. **Crônica da tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Trad. PEREIRA, Francisco Maria Esteves. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.